



**PROFHISTÓRIA**

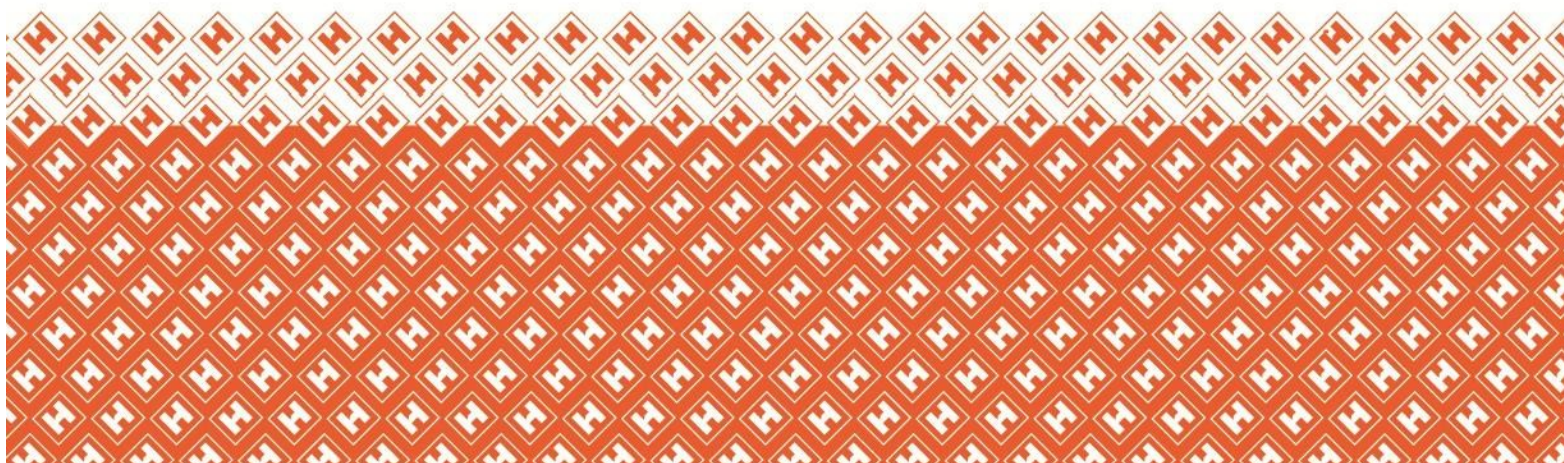
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

SUZALA MOREIRA REIS ARAÚJO

**Flores Esquecidas no Jardim das  
Borboletas: do Luto Impossível aos  
Lugares de Memória**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Agosto/2025



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB  
Mestrado Profissional em Ensino de História  
ProfHistória/UESB

**Suzala Moreira Reis Araújo**

**Flores Esquecidas no Jardim das Borboletas: do Luto  
Impossível aos Lugares de Memória**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Cleide de Lima Chaves

Vitória da Conquista/Bahia

Agosto/2025

A691f

Araújo, Suzala Moreira Reis.

Flores esquecidas no Jardim das Borboletas: do luto impossível aos lugares de memória / Suzala Moreira Reis Araújo, 2025.

115f.

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Cleide de Lima Chaves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 108 – 115

1. Ditadura. 2. Temas sensíveis. 3. Luto. 4. Antimonumento. I. Chaves, Cleide de Lima. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. III. T.

CDD 981.063

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Suzala Moreira Reis Araújo**

### **Flores Esquecidas no Jardim das Borboletas: do Luto Impossível aos Lugares de Memória**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória/UESB, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em 27 de agosto de 2025.

Banca examinadora:

---

Profª. Dra. Cleide de Lima Chaves  
(Orientadora)  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

---

Prof. Dr. Belarmino de Jesus Souza  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

---

Profª. Dra. Lina Maria Brandão de Aras  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A todos os familiares dos mortos e desaparecidos na Ditadura, que transformam luto em luta por justiça e verdade:  
“A água podre estagnada, não pode calar a cachoeira”  
(Milton Hatoum) À minha filha Maria Flor: Perdi a ti cedo...  
“mas o amor? Esse ficou tardio – e nunca mais saiu de mim”  
(Drummond) um dia a gente volta a se encontrar! Ao meu  
filho José Luiz “O amor move o sol e as outras estrelas.”  
(Dante Alighieri), no dia em que você nasceu o sol brilhou  
dentro de mim. E nunca mais deixou de brilhar.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de honrar o que nos foi dado. E eu honro todos os dias os presentes que ganho da Vida. Talvez por ter vivido tantas dores, aprendi a olhar os pássaros a voar, e voei junto com eles. Através dos livros caminhei por tantas ruas, escutei tantas vozes e vivi mais de uma vida. E isso me salvou e eu cheguei até aqui. E por isso, agradeço!

Ao meu marido Gabriel por todo o amor, suporte e cuidado com o nosso filho e nossa casa, por sonhar comigo meus sonhos e acreditar em cada um deles, pela paciência nas ausências, pelas viagens pelo mundo e pelos cafés e conversas em torno da nossa mesa, muito obrigada! O melhor lugar do mundo sempre será onde você está.

Ao meu filho José Luiz, a luz da minha vida, obrigada por ser tão maravilhoso . Sou muito feliz por ser a sua mãe. Ao meu lindo passarinho, minha filhinha Maria Flor, obrigada por estar na minha memória e no meu coração. Voa alto, minha menina!

Agradeço à minha família por todo o suporte, especialmente a minha irmã Simoni, que foi rede de apoio no cuidado com o meu filho, minha parceira nas discussões sobre literatura e conversas sobre a vida, obrigada! O teu olhar melhora o meu.

À minha querida orientadora Cleide, que me ensinou muito mais do que História, e que me orientou para além da academia, muito obrigada! Uma mulher extremamente inteligente e inspiradora, profissional, mãe, amiga e mulher de coração gentil e intelecto afiado. Quando inteligência e bondade se unem, coisas extraordinárias acontecem, você é a prova disso!

Gostaria de agradecer ao ProfHistória pela oportunidade única de ser aluna do Programa. Aproveitei cada aula, cada texto e cada evento, entendendo o meu lugar de privilégio por fazer parte desse Mestrado.

À minha amada UESB, muito obrigada! À Universidade Pública devo muito e por isso sou tão grata!

Aos meus colegas de turma, especialmente a Aline e Ênia, obrigada pela partilha, troca de experiências e afeto. Vocês fizeram mais leve essa jornada.

Aos meus professores, mestres na História e na Vida, obrigada! Um agradecimento especial à Professora Isnara (*In memoriam*) que sempre acreditou em mim (até quando eu mesma não acreditava) desde a graduação até o mestrado. Que Deus a tenha em um bom lugar!

Aos familiares de vítimas de desaparecimentos forçados no período da Ditadura, agradeço por me permitirem contar um pouco dessa história. Muito obrigada!

## RESUMO

O golpe de 1964 representou uma ruptura com os princípios democráticos e instaurou uma Ditadura no Brasil que durou de 1964 a 1985. As Forças Armadas ocupavam os principais cargos do país, com o apoio de parte do empresariado e da população civil. O regime foi marcado por perseguições, censura à imprensa, torturas e desaparecimentos forçados, intensificados pela promulgação do Ato Institucional N° 5. Os desaparecimentos forçados no período da Ditadura ainda hoje se constituem como um hiato na História do país e lançam as famílias a uma experiência do vazio, do incompleto, impossibilitando a elaboração do luto pela ausência do corpo. Por entender que a História é também território de temas sensíveis e controversos, e apoiados nos princípios dos Direitos Humanos, propomos uma sequência didática para professores e professoras, que inclui visita ao Monumento aos 27 Baianos, Mortos e Desaparecidos Políticos, Vítimas da Ditadura Militar, situado em Vitória da Conquista/BA, bem como escrita de biografias por parte dos(as) estudantes. Dessa forma, para além de militantes políticos, os/as estudantes poderão reconhecer nessas pessoas, pais, mães, irmãos, amigos, amores, a quem foram negados o direito à sepultura. Evidenciamos, dessa maneira, a luta dos familiares pela memória, verdade e justiça. Destacamos a inserção de um QR code no Monumento, onde estudantes, professores e comunidades terão acesso a uma cartilha informativa, bem como à sequência didática proposta.

**Palavras-chave:** Ditadura, Temas Sensíveis, Luto, Antimonumento

## ABSTRACT

The 1964 coup represented a break from democratic principles and established a dictatorship in Brazil that lasted from 1964 to 1985. The Armed Forces occupied the country's main positions of power, supported by sectors of the business elite and segments of the civilian population. The regime was marked by persecution, press censorship, torture, and enforced disappearances, which intensified with the enactment of Institutional Act No. 5. The enforced disappearances during the dictatorship remain a gap in the country's history and cast families into an experience of emptiness and incompleteness, making it impossible to mourn due to the absence of a body. Understanding that History also encompasses sensitive and controversial topics—and based on Human Rights principles—we propose a didactic sequence for teachers that includes a visit to the Monument to the 27 Bahian Political Dead and Disappeared, located in Vitória da Conquista, Bahia, as well as the writing of biographies by students. In this way, beyond recognizing them as political militants, students may also come to see these individuals as fathers, mothers, siblings, friends, and loved ones who were denied the right to a proper burial. Thus, we highlight the struggle of families for memory, truth, and justice. We also emphasize the inclusion of a QR code on the Monument, through which students, teachers, and communities will have access to an informational booklet as well as the proposed didactic sequence.

**Keywords:** Dictatorship, Sensitive Topics, Mourning, Counter-Monument

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	19
2.2 DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NA BAHIA.....	30
2.3 A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	36
2.4 DITADURA MILITAR: DISPUTAS DE NARRATIVAS E DIFERENTES USOS DO PASSADO .....	42
<b>3. PATRIMÔNIOS DIFÍCEIS E ANTIMONUMENTO: DOS CORPOS INSEPULTOS AOS MOVIMENTOS EM FAVOR DA MEMÓRIA .....</b>	<b>49</b>
3.1 O LUTO IMPOSSÍVEL: O LUTO SEM O CORPO E AS MANEIRAS POSSÍVEIS DE ELABORAÇÃO DA PERDA POR PARTE DOS FAMILIARES DOS DESAPARECIDOS NA DITADURA MILITAR.....	50
3.2 ANTIMONUMENTOS: LUGARES DE MEMÓRIAS DIFÍCEIS.....	62
3.3 FLORES ESQUECIDAS NO JARDIM DAS BORBOLETAS: O MONUMENTO AOS MORTOS E DESAPARECIDOS BAIANOS NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA .....	66
3.4 DE 28/08/1979 A 26/03/2025: DO SILÊNCIO IMPOSTO PELA LEI DA ANISTIA AOS MILITARES NO BANCO DOS RÉUS .....	76
<b>4. TEMAS SENSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE SILÊNCIOS, LUTOS E MEMÓRIAS .....</b>	<b>80</b>
4.1 OS TEMAS SENSÍVEIS NA HISTÓRIA.....	81
4.2 TEMAS SENSÍVEIS NAS AULAS DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR .....	86
4.3 DO JARDIM DAS BORBOLETAS ÀS SALAS DE AULA: A ESCRITA BIOGRÁFICA ACERCA DOS 27 BAIANOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS - Uma proposta de sequência didática .....	91
4.3.1 Recurso Educacional Aberto (REA) Sequência didática.....	93
4.3.2 Recurso Educacional Aberto (Comunidade).....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“No espaço de uma dor cabe todo o esquecimento, diz um verso sobre estas coisas incertas, mas os versos nem sempre acertam. Às vezes, no espaço de uma dor cabe apenas o silêncio. Não um silêncio feito da ausência de palavras: um silêncio que é a própria ausência.” (Julián Fuks, em “A Resistência”)

A Ditadura Civil Empresarial Militar no Brasil foi um regime que durou de 1964 a 1985 e foi marcado por uma ruptura com o modelo democrático existente, bem como censura à imprensa, perseguição a sindicalistas, intelectuais e todos aqueles que eram contrários ao regime. Ao longo dos 21 anos em que os militares ocuparam os principais cargos do país, houve a restrição dos direitos políticos e perseguição de opositores, intensificada sob a vigência do Ato Institucional Nº 5.

As consequências deste período da História do Brasil perduram até os dias atuais, pois ainda hoje, famílias de militantes vítimas de desaparecimentos forçado não conseguiram o desfecho para elaboração adequado do luto, já que muitos corpos não foram encontrados, como denuncia o relatório da Comissão da Verdade e o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964.

Nesse sentido, entende-se que um dos papéis da História e do historiador é justamente trazer à tona questões incômodas, muitas vezes tratadas com pouca importância pela História oficial, mas que podem ter uma importância social e afetiva. Ignorar esses temas controversos e desconfortáveis é manter a História no seu status de insensibilidade diante de algumas questões, pois ao impossibilitar que os/as estudantes possam pensar uma História afetiva em sala de aula, permeada por dores e lutos, angústias e controvérsias, amplia-se a distância entre o que se ensina e aprende e a própria história da comunidade e do país.

Por estar entre dois campos de conhecimento, a História e a Psicologia, e por entender que os dois campos são complementares, bem como por minha experiência pessoal com o luto, surgiu a motivação de um estudo que abordasse essas questões sensíveis, o que

entendo ser de importância fundamental para a construção do indivíduo e do coletivo, pois, temas como a morte e o luto permeiam a vida de todos, embora não se fale tanto sobre isso, tanto em âmbitos privados como em âmbitos públicos.

A minha atuação como professora de História na educação básica iniciou-se logo após a conclusão do curso de Licenciatura em História na UESB, no ano de 2004. Aos 21 anos recém completados, eu iniciava uma carreira desafiadora em uma escola da rede particular de ensino de Vitória da Conquista. Originária de uma família de classe trabalhadora, fui a primeira, tanto do lado paterno quanto do materno, a concluir o nível superior, graças à escola e universidades públicas. Aos 21 anos fui aprovada no concurso para professora da Rede Estadual da Bahia, e no ano de 2007 assumi a regência de turmas do Ensino Médio de História do Colégio Estadual João Lopes de Oliveira, no município de Caetanos, onde permaneci até 2014, quando assumi a direção do Colégio Estadual Vilas Boas Moreira, hoje municipalizada, situada no Bairro Brasil, em Vitória da Conquista.

Paralelamente, já era estudante de Bacharelado em Psicologia, na UESB. Faço parte dessa que foi a primeira turma de psicólogos formados pela Universidade, ainda que não conseguisse cumprir todas as disciplinas do curso no tempo certo, pois os horários da escola às vezes coincidiam com os meus horários de aula na faculdade.

No ano de 2018, recém-casada, engravidei de uma menina que se chama Maria Flor. Foi uma gestação desejada e se passou de forma muito tranquila. Às 34 semanas de gestação, com casa e vida preparadas, o pequeno coração de nossa filha parou de bater, sem despedidas, sem avisos. Mergulhei num luto profundo. Paralelamente, surgia o hoje Instituto Maria Flor, que luta pela humanização de protocolos em situações de perdas gestacionais/neonatais na nossa cidade, estado e país.

O resultado dessa luta no nosso município foi a aprovação da Lei 2.780/23, a “Lei Maria Flor”, que foi pensada e escrita por mim e pelo pai de minha filha e que obriga as redes pública e privada de nossa cidade a separar 10% dos leitos para mulheres que passaram por situação de perda gestacional/neonatal. No Hospital Municipal Esaú Matos, a Enfermaria Maria Flor é um espaço preparado para receber essas mães, que antes precisavam ficar em enfermarias com mulheres que tinham seus filhos vivos nos braços, o que, muitas vezes, acabava complicando o luto e impedia uma elaboração adequada de uma situação que, por si só, já é tão traumática.

No ano de 2020 retomei o curso de Psicologia, e no final de 2021 fui agraciada com a

chegada de meu segundo filho, José, após uma gestação extremamente difícil e de um parto de emergência, alguns dias de UTIneo e finalmente, com o nosso filho em casa, consegui conciliar licença maternidade e estudos. Aprovada no mestrado, conciliei disciplinas e TCC de Psicologia, e finalmente, em 2024, me formei Psicóloga na UESB, com Trabalho de Final de Curso sobre o luto em crianças, que posteriormente se transformou em um livro para o público infantil, ganhador do Prêmio Zélia Saldanha (2024) e a ser publicado pela Edições UESB.

O luto sempre foi um assunto que me chamou muita atenção na Psicologia e também na História. O desconforto ao se falar sobre isso nas salas de aula e nas conversas cotidianas se tornou ainda mais claro quando passei por um. Como uma experiência universal, a morte é carregada de tabus e os desdobramentos dela também. Os rituais de morte são objeto da História e da Psicologia, o luto também, porque, objeto dessas duas ciências são os homens e mulheres e crianças e idosos, suas dores e como elas são elaboradas nas diversas sociedades.

A compreensão, portanto, de que o luto pode se apresentar como um sentir coletivo e, além disso, estar ligado diretamente à história recente do país, como no caso da Ditadura, pode ser uma forma de sensibilizar os estudantes para temas desconfortáveis, mas, por serem ações humanas, se constituem também em temas da História. Enterrar nossos mortos, ritualizar a morte é um direito. Mais do que isso, está ligado à dignidade humana, e por isso é absolutamente cruel um familiar não saber onde os restos mortais de seu ente querido se encontram. Entendemos que é dever também da História não deixar a sociedade esquecer tamanha atrocidade.

Um dos questionamentos que buscaremos responder ao longo deste trabalho é de como a abordagem de um monumento que conta histórias de vida e morte pode favorecer, nos alunos da Educação Básica e comunidade, a reflexão sobre o luto individual e coletivo dos familiares dos desaparecidos políticos baianos no período da Ditadura Militar. Para tanto, utilizaremos o Monumento aos 27 Baianos, Mortos e Desaparecidos Políticos Vítimas da Ditadura Militar, situado na Praça Tancredo Neves, antigo Jardim das Borboletas, na área central de Vitória da Conquista/BA.

Segundo informações extraídas do site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, o Monumento aos 27 baianos, mortos e desaparecidos políticos, foi inaugurado no dia 09 de julho de 1998, por iniciativa do Grupo Labor - Assessoria, Documentação e Pesquisa, e homenageia aqueles que foram vítimas dos horrores da ditadura na Bahia. O

Monumento traz a imagem de uma figura vazada, o que transmite a ideia de ausência, de falta, de perguntas que ainda estão sem respostas. Observamos que o Monumento se perde na paisagem da Praça Tancredo Neves, e em conversas informais com colegas e amigos, muitos não se lembraram ou não conheciam o Monumento, o que nos motivou ainda mais a apresentar aos alunos e comunidade tal obra, destacando a sua importância simbólica para a história do estado, da cidade e do país.

A arte do monumento ficou a cargo do conquistense Romeu Ferreira, sob supervisão da também conterrânea, Ana Palmira Casimiro. A execução ficou sob a responsabilidade de Moisés Rodrigues da Silva e Marcionílio Alves Costa, em oficina da Marmoraria Amsterdã. Importante destacar que vândalos destruíram o Monumento logo que este foi inaugurado, e que precisou ser reconstruído com recursos próprios, com materiais e custos pagos pelo Dr. Ruy Medeiros, advogado e historiador, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e que durante a ditadura foi preso e torturado.

A Ditadura Civil Empresarial Militar brasileira (1964-1985) foi um movimento liderado por vários setores da sociedade, dentre eles, as Forças Armadas, empresários e parte da sociedade civil, em consonância com os acontecimentos recentes em toda a América Latina, como rupturas na ordem constitucional (Paraguai em 1954; Uruguai e Chile em 1973 e Argentina em 1976) de acordo com o contexto histórico da época, quando EUA e URSS disputavam poderes no mundo polarizado da Guerra Fria, embora se vislumbrasse também uma possibilidade de um terceiro bloco, formado por países que não se alinhavam explicitamente aos Estados Unidos ou à União Soviética.

O uso do termo Ditadura Civil Empresarial Militar se justifica pelo entendimento de que civis que ocuparam cargos de destaque nesse período eram sócios e/ou executivos de grandes corporações. Para além disso, a aliança entre esses chefes civis e militares que tinham em comum visão de mundo, interesses e eram contrários às mesmas ideias, visava favorecer o capital nacional e estrangeiro (Monteiro, 2024). Porém, não foi apenas a simples ocupação de cargos que coube aos membros do setor empresarial brasileiro, e sim a própria estruturação e financiamento do golpe de estado. Ainda segundo Monteiro (2024), foi a partir dos estudos de Dreifuss que outros pesquisadores puderam desenvolver esse conceito.

A Revolução Cubana (1959) marcou os passos da política externa dos Estados Unidos na América que, por medo do efeito da influência da URSS nas nações latino-americanas,

decidiram-se por financiar ditaduras a fim de garantir a hegemonia na região, angariando aliados, quando ao mesmo tempo, bombardeavam conteúdos anticomunistas à população. Em 1964 iniciou-se no Brasil uma Ditadura que perdurou até o ano de 1985, marcada por repressão, tortura, desaparecimentos forçados e perguntas que ficaram sem respostas.

A atuação dos Estados Unidos no golpe que levaria os militares ao poder no Brasil, foi dentre outros fatores, baseada na propaganda e no financiamento de ditaduras, modelo utilizado em vários países da América Latina. A propaganda anticomunista no contexto da Guerra Fria e o alinhamento do Brasil aos EUA fizeram surgir mecanismos de repressão que davam respaldo à crescente perseguição de antagonistas internos, identificando a vontade da Nação e do Estado com a vontade do regime. (Brasil, 2007)

Pode-se considerar que o regime militar brasileiro passou por três fases distintas: a primeira foi quando o golpe de fato aconteceu e se consolidou, a partir de 1964. A segunda fase começou a partir do Ato Institucional nº 5, o AI-5, em 1968, quando a repressão chegou ao seu auge, no que ficou conhecido como “anos de chumbo”, e a terceira fase se dá com a chegada do general Ernesto Geisel ao poder, em 1974, quando opositores do regime desapareceram ao mesmo tempo em que indícios de uma abertura política começava a ocorrer, o que se caracteriza como um paradoxo (Brasil, 2007).

A obra de Élio Gaspari traz uma divisão bastante detalhada sobre as fases da ditadura, com acesso a documentos do período e entrevistas importantes. Sua obra é dividida em quatro volumes: “A Ditadura Envergonhada”, que vai do período inicial do regime até o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), no ano de 1968; “A Ditadura Escancarada”, que aborda a fase de maior repressão da ditadura, marcada por perseguições e violência; “A Ditadura Encurralada”, que aborda o período de crise do regime, com a acentuação da luta pela abertura política; e “A Ditadura Derrotada” que fala sobre os últimos tempos da Ditadura, a campanha pelas Diretas Já e a redemocratização. Para fins didáticos, utilizaremos a divisão acima neste trabalho.

Ao longo dos 21 anos de ditadura no Brasil, os vários setores da sociedade apresentavam apoio aos militares, mas, dentre esses grupos havia também aqueles que eram resistentes ao regime. No campo político partidário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se constituía como uma Frente Ampla e heterogênea de oposição. A União Nacional dos Estudantes (UNE) também teve atuação fundamental nesse período, assim como os

sindicatos, embora boa parte do sindicalismo tenha sido colaboracionista do regime. Da mesma forma, a classe dos intelectuais e a classe artística tiveram uma atuação importante, ainda que muitos tenham se eximido ou tenham se tornado apoiadores dos militares. Além disso, alguns grupos específicos de esquerda fizeram a opção pela luta armada contra o regime e se organizaram para resgatar presos políticos, utilizando como estratégia, sequestros, assaltos a banco, atentados a quartéis e outras ações.

A Guerrilha do Araguaia, que ocorreu na região do “Bico do Papagaio”, na Bacia do Rio Araguaia, entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, foi um dos eventos mais marcantes da luta armada contra o regime ditatorial. A partir de 1972, o Exército lançou operações militares para combater a guerrilha, que foram marcadas por intensa violência e desaparecimentos forçados e levantam questionamentos até os nossos dias acerca do destino dos corpos insepultos, como uma lembrança macabra da capacidade de destruição e sofrimento provocados por uma ditadura. Esses corpos desaparecidos e a impossibilidade de sepultamento abriram hiatos na história do país, e o luto aparece de diversas formas, inclusive em forma de luta política por parte dos familiares desses desaparecidos.

Por muito tempo, a História enquanto disciplina, esteve centrada nos grandes feitos, grandes nomes e fontes escritas, pois dessa maneira ela ganhava estatuto de ciência ao estudar o que se considerava mais concreto, baseado numa ideia positivista do tempo e dos fatos. O/a professor/a, considerado aquele que detinha o saber, transmitia aos seus alunos esses fatos, com o distanciamento necessário, suprimindo emoções e simpatias, para que as aulas se pretendessem as mais “neutras” possíveis.

Foi a partir da ascensão da História Nova, mais especificamente os estudos sobre as Mentalidades, que a História passou a ser estudada, cada vez mais levando-se em consideração as suas dimensões humanas, e disciplinas como a Psicologia passaram a fazer parte do repertório dos estudos históricos, agora mais interdisciplinar e focado nos sistemas e crenças próprios de uma época.

Mais recentemente, novos conceitos como temas sensíveis (temas que geram controvérsias, especialmente aqueles ligados a memórias difíceis), por exemplo, e estudos voltados às questões relacionadas ao luto coletivo passaram a fazer parte do repertório de estudiosos da área, especialmente após a pandemia do Covid-19, que colocou a humanidade frente a frente com noções amplas acerca da finitude.

Dessa forma, observou-se a necessidade de estudar temas considerados sensíveis e que objetivem desenvolver uma reflexão que muitas vezes é suprimida nas aulas de História, como os diversos lutos enfrentados pelas sociedades, dentre esses, o luto advindo do desaparecimento de pessoas nas ditaduras que assolaram a América Latina. Para tanto, utilizaremos a educação patrimonial como ponto de partida, através da abordagem de um monumento que conta histórias difíceis.

Entende-se que os estudos voltados aos monumentos históricos que contam histórias de vida e morte, bem como a abordagem desses conteúdos causem alguns estranhamentos e distanciamentos, tanto dos/as professores/as quanto dos/as estudantes, visto que ainda não se reconhece a sala de aula e lugares de memória como territórios onde se possa abordar temas sensíveis relacionados à mortes e lutos.

Podemos caracterizar o luto, numa perspectiva psicanalítica, como a perda de um elo entre o sujeito e o seu objeto, portanto, o luto seria uma reação à perda (Freud, 1915). Para Melanie Klein (1940) a perda não é apenas real, mas também simbólica. Para que a elaboração desse luto seja possível, é preciso que haja um desligamento libidinal desse objeto, o que é impossível quando não há um objeto concreto, ou seja, um corpo para que se proceda com os rituais de morte que são comuns à sociedade em que a pessoa está inserida. Com o desaparecimento do corpo, há a impossibilidade da elaboração desse luto, pois sempre haverá lacunas a serem preenchidas e perguntas não respondidas.

Diante desse cenário, emerge no seio das famílias dos desaparecidos e da comunidade, eventos traumáticos que funcionam como uma fissura, e os diversos não-ditos impossibilitam a elaboração do sofrimento, e é nesse contexto que o luto impossível emerge, no lugar do corpo ausente: “[...] sem notícia não há fato, sem corpo não há morte. Sendo assim, a vivência do luto torna-se impossível” (Silva; Feres-Carneiro, 2012, p. 67 ).

O luto impossível se inscreve no campo do silêncio, do oculto, daquilo que é impedido de vir a público. Quando um trauma familiar e/ou coletivo ocorre é importante se perguntar como aquilo vai repercutir no outro, como um indivíduo pode ser atingido pela história de outros (Ruiz Correa, 2000). Cabe também questionar, como um país inteiro pode ser atingido na sua memória coletiva, e como as narrativas irão (ou não) privilegiar ou contar a história dos diversos lutos que fazem parte desse contexto. No caso dos entes daqueles que desapareceram, vítimas de uma ditadura que perseguiu e matou, a impossibilidade de

ritualização da morte, a ausência do corpo, impossibilitou a vivência adequada deste luto.

No contexto que se seguiu aos anos de abertura política, com o movimento pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, e após as manifestações das “Diretas Já”, ocorreu a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, o que foi um sopro de esperança democrática para a sociedade brasileira, mas que ao mesmo tempo, deixou perguntas sem respostas, famílias sem corpos, filho e filhas, pais, tios, tias, amigos, irmãos e irmãs desaparecidos para sempre. A busca pela verdade culminou numa Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, composta pelas famílias, que buscam saber o paradeiro de seus entes queridos (Brasil, 2007).

Brasil afora, monumentos que relembram os tempos de repressão da Ditadura foram construídos, como o Monumento Tortura Nunca Mais, em Recife, e o Memorial da Resistência de São Paulo (antigo DEOPS), a fim de que lugares de memória pudessem servir como um lembrete dos feitos de um regime que perseguiu, torturou, matou e escondeu os corpos de seus cidadãos, infringindo aos familiares um luto sem solução, e à memória coletiva esquecimentos propositais, a depender das narrativas escolhidas para se contar essa história.

Os patrimônios difíceis são aqueles que remetem ao sofrimento, encarceramento e morte, e segundo Meneguello e Pistorello (2001) tem por objetivo a rememoração coletiva, bem como a busca de reconhecimento de direitos e de reparação. Uma das finalidades principais dos chamados patrimônios difíceis é o de ser um lembrete para a sociedade daquilo que não deve estar oculto, como é o caso dos desaparecidos políticos do período da Ditadura Militar no Brasil e em outros países da América Latina na segunda metade do século XX.

Nesse sentido, os patrimônios que contam histórias difíceis, como é o caso do Monumento aos 27 Baianos, Mortos e Desaparecidos Políticos na Ditadura Militar, localizado em Vitória da Conquista/BA, tem a função de denunciar atrocidades de um passado recente que continua sem solução. Monumentos com objetivo semelhante também são encontrados em países que amargaram ditaduras, como foi o caso da Argentina, Uruguai e Chile, por exemplo. Muitos desses monumentos têm o seu significado questionado por narrativas que tem o objetivo de desqualificar as vítimas e contar uma história dos vencedores.

Por se tratar de temas sensíveis, conteúdos como a escravidão e a Ditadura Militar são alvos de batalhas ideológicas que nem sempre tem compromisso com a verdade histórica,

mas com as intenções de determinados grupos. Por muito tempo, o ensino de História no Brasil esteve atrelado às intenções dos grupos políticos no poder e a chamada História oficial servia para forjar a noção de identidade do Brasil, um projeto de nação, cuja meta era formar “[...] patriota defensor dos valores universais: ‘branco, católico e masculino’” (Gil; Eugênio, 2018, p. 141)

Os temas sensíveis, ou socialmente controversos, vem ganhando cada vez mais espaço nos ambientes escolares, e o ensino de História tem uma grande importância nesse contexto. A escola, cada vez mais, é provocada a falar sobre traumas, preconceitos, controvérsias. Ela é convocada a ser um lugar plural, de busca de sentido e de discussões amplas e diversas, lugar de sensibilidades, de uma história feita efetivamente por pessoas que se reconhecem nesses contextos.

Mas, o que define um tema como um tema sensível? Gil e Eugênio (2018) afirmam que as escolhas didáticas são escolhas políticas e que a liberdade do professor é a de poder fazer escolhas. Por serem temas controversos, o professor pode se deparar com tensões e confrontos em sala de aula, oportunidade para que os estudantes compreendam que os temas sensíveis estão intimamente relacionados à violação dos Direitos Humanos.

Produções acerca de temas sensíveis ainda são relativamente escassas no Brasil, mas um grande esforço feito por professores pesquisadores comprometidos com a educação, tem mudado um pouco essa realidade, ao lançar um novo olhar ao ensino de História:

As questões socialmente vivas se constituem em objetos privilegiados dos currículos de história, por um lado em função das demandas sociais de grupos identitários e, por outro, pelos constantes ataques porque passam professores que se dedicam a dar atenção ao passado vivo (Sefner;Pereira, 2018, p. 16).

Embora se reconheça que temas como Ditadura Militar ou passado escravocrata brasileiro, por exemplo, sejam socialmente sensíveis, e que no tempo presente, muitas nuances precisam ser estudadas em sala de aula, para o professor não é tarefa das mais simples se debruçar sobre questões que permeiam os debates sociais, como racismo e violação dos Direitos Humanos. Pensar a escola sem um espaço de debates para os chamados temas sensíveis, é desconsiderar as questões que permeiam a sociedade e que se fazem presentes também dentro da escola.

Este estudo tem como método a revisão bibliográfica, que consiste na seleção e

análise de publicações acadêmicas e científicas relevantes acerca do tema, tanto na área de História quanto na área de Psicologia. Justifica-se o uso de publicações, incluindo as dissertações do ProfHistória coletadas no banco de dados do Portal EduCapes, por entender que esses estudos permitem uma compreensão de conceitos, discussões e teorias que possibilitem sustentar as questões aqui propostas.

Inicialmente, definiu-se critérios de inclusão e exclusão para a seleção do material na Plataforma, com base nas dissertações que versavam sobre Temas Sensíveis, Ditadura Militar e Patrimônio. Foram selecionadas 32 dissertações do ProfHistória e 03 dissertações do repositório da EduCapes sobre luto coletivo, sendo que uma é sobre o luto na Ditadura Militar. Também foi utilizada a Plataforma Scielo para busca e coleta de artigos e livros, através de pesquisa de palavras-chave relacionadas aos temas.

Na primeira sessão deste trabalho, abordaremos o contexto histórico que resultou na instauração do regime militar no Brasil, abordando tensões políticas e sociais, tanto no contexto nacional, como nos contextos regional e local. No mesmo capítulo, abordaremos as versões sobre revisionismo e negacionismo, fazendo uma discussão pautada em artigos de historiadores e professores.

Na segunda sessão, faremos uma revisão bibliográfica sobre patrimônios difíceis e antimonumentos como lugares de memória, relacionando ao Monumento aos 27 Baianos, Mortos e Desaparecidos Políticos na Ditadura Militar. Para além disso, abordaremos o conceito de luto do ponto de vista de estudos da psicologia e psicanálise e como o luto sem o corpo impacta em indivíduos, famílias e sociedades. Por fim, faremos uma breve abordagem sobre os atos antidemocráticos do 08 de janeiro de 2023 e como a sociedade e o judiciário estão atuando diante da ameaça à democracia brasileira.

Na terceira e última sessão, abordaremos os temas sensíveis na História como a morte e o luto e os seus lugares em sala de aula, e como o Monumento aos 27 Baianos, Mortos e Desaparecidos pode ser utilizado numa proposta de sequência didática para uso de professores e professoras nas turmas de terceiro ano do ensino médio. Entrelaçando conceitos de antimonumento e patrimônio difícil com a escrita biográfica sobre os mortos e desaparecidos baianos na Ditadura, propomos uma sequência didática aos professores e professoras, que poderá ser acessada via QR code e aplicada em turmas de terceiro ano de ensino médio. Por fim, apresentaremos a proposta de um recurso educacional aberto, exposto no Monumento

estudado, onde tanto os estudantes quanto a comunidade podem ter acesso, através de um QR code, que acessará uma cartilha digital informativa sobre o Monumento, com destaque para os conquistenses Dinaelza Santana Coqueiro e Péricles Gusmão Régis.

## 2. DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NO BRASIL

“O passado é conservado por ele mesmo. Nos segue por toda a vida.” (Marcelo Rubens Paiva, em “Ainda Estou Aqui”)

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 30 de março de 2024, setores da sociedade brasileira lembraram os sessenta anos do golpe que destituiu um governo eleito democraticamente e deu início a uma Ditadura Militar que contava com amplo apoio de empresários e civis, e que viria a durar 21 anos. Sobre a Ditadura e seus métodos ainda há muitos questionamentos, especialmente no que diz respeito aos desaparecidos políticos, na sua maioria, militantes de esquerda que eram contrários ao regime.

Os diversos segmentos da sociedade utilizam o termo “Ditadura Militar” para definir esse período, porém, outras definições nascidas no meio acadêmico trazem explicações sobre o conceito do que foi esse período. Alguns defendem que a Ditadura Militar Brasileira foi uma ditadura das Forças Armadas:

[...] Seus adeptos consideram que em última instância o poder político esteve sob o controle dos colegiados superiores das FFAA. Exemplificam suas colocações destacando que os militares exerceram os mais relevantes cargos da administração federal – como a presidência da República, ministérios e diretoria das empresas estatais – e estiveram presentes em órgãos consultivos e na chefia dos estados. (Monteiro, 2024, p. 93)

Para os adeptos do conceito de “ditadura militar”, a justificativa é que as Forças Armadas estavam no comando dos mais altos cargos da administração do país, desde o presidente da República até Ministérios e empresas estatais, elaborando formas de repressão ao criar um sofisticado aparato de militarização do Estado, como o Serviço Nacional de Informações - SNI, o Departamento de Operações e de Informações - DOI e o Centro de Operação de Defesa Interna - CODI.

Fico (2017) afirma que adjetivar a ditadura em ressalva, ou seja, afirmar que ela foi também civil ou mesmo empresarial é impreciso, causando uma imediata implicação política:

nesse caso, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares. O termo “civil-militar” também é utilizado por muitos estudiosos que, contrariando Fico, entendem que os civis, especialmente das classes média e alta da população brasileira, tiveram ampla participação e constituíram uma base para o golpe e a manutenção da Ditadura. Já para Monteiro (2024) civis das várias camadas brasileiras foram apoiadores da instauração e manutenção da Ditadura. Dentre esses personagens, podemos citar líderes de partidos políticos, membros mais conservadores da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Reis Filho (2012) ainda afirma que muitos civis, após o golpe de 1964, galgaram altos cargos da administração pública e estavam presentes em posições de relevância em universidades, conselhos, empresas estatais e até em ministérios. O apoio dos vários setores da população civil foi um dos pilares da Ditadura e utilizando o mesmo argumento de Fico, retirar dos civis esse papel talvez seja reduzir a responsabilidade destes nesse processo. Um exemplo foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, e que contou com ampla adesão da população em vários estados da federação. É de se questionar se uma ditadura pode durar 21 anos sem apoio de grande parte da população.

No campo marxista, Monteiro (2024) também destaca os estudos de René Dreifuss, cujo argumento defende que as mudanças no capitalismo mundial tiveram um impacto na economia e na organização sócio-política das classes sociais no Brasil. Já Belarmino Souza (2020) afirma que nas abordagens de tendências marxistas, as determinações econômicas e estruturais se destacavam e os militares eram compreendidos como agentes da burguesia. Nos anos pré golpe, surgiram entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) comandada por uma elite de empresários e militares, geralmente originários da Escola Superior de Guerra - ESG. O IPES, no contexto dos anos de 1960, esteve ativo na derrubada do presidente João Goulart. A partir dessas contribuições e reflexões de Dreifuss, o termo ditadura civil-empresarial militar passa a ser utilizado por alguns pesquisadores.

Segundo a noção ‘ditadura empresarial-militar’, as políticas ditatoriais favoreceram principalmente os interesses do capital (nacional e estrangeiro) e o termo “civil” isoladamente é vago pois não precisa a camada ou classe social dos indivíduos não militares que idealizaram e geriram a ditadura (Monteiro, 2024, p. 99).

A repressão aos sindicatos e trabalhadores foi uma realidade no período pós-golpe, o

que reforça a utilização do termo “empresarial” como um dos braços da ditadura brasileira. E por esses argumentos, entendemos que a utilização de “Ditadura Civil Empresarial Militar” é o que mais se aproxima dos referenciais estudados para a elaboração deste trabalho. Para tanto, utilizamos somente o termo Ditadura para nos referirmos ao período.

Sobre a Ditadura já se escreveu muito, mas há ainda muito a se escrever, especialmente no que se refere aos torturados, suas memórias e reverberações de suas perdas em suas famílias e gerações seguintes, suas formas de elaboração de luto e como a falta do corpo impacta na vida dos familiares e na história do país. No momento oportuno nos aprofundaremos nessas questões.

Por hora, é importante compreender qual o contexto histórico e social que possibilitou as condições para que golpes militares financiados pelos Estados Unidos eclodissem em toda a América Latina. A experiência brasileira não foi isolada, ao contrário, os regimes análogos nasceram da ruptura da ordem institucional, tendo as Forças Armadas no comando e sob a órbita da política externa norte-americana (Brasil, 2007).

Após a II Guerra Mundial, o mundo viu surgir dois blocos hegemônicos comandados pelos Estados Unidos da América (EUA) de um lado, e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de outro. Esses dois blocos ditaram o destino de várias nações mundo afora, financiando movimentos políticos, mas sem participar diretamente de conflitos. Aqui na América Latina não foi diferente: após a Revolução Cubana de 1959, Fidel Castro chegou ao poder ao desbaratar a ditadura financiada pelos Estados Unidos e comandada por Fulgêncio Batista, e instituiu o comunismo com o apoio da URSS. Diante desse quadro, os EUA ligaram o alerta sobre movimentos semelhantes que poderiam ocorrer na região e para garantir que os governos da região continuassem como aliados, os Estados Unidos apoiaram e patrocinaram golpes militares por toda a América Latina (Brasil, 2007).

No Brasil, Jânio Quadros havia sido eleito em 1961, numa coligação que reunia a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do vice João Goulart: “Em seu governo, Jânio optou por dar prosseguimento à política do seu antecessor, Juscelino Kubitschek, que abriu o país ao capital estrangeiro, ampliando o endividamento externo brasileiro” (Santana, 2009, p. 14).

Segundo Motta (2002), no que se referia à política externa, o Brasil se mantinha independente, posição adotada por Jânio Quadros e que foi seguida também pelo seu

sucessor, João Goulart. Santana (2009) afirma que Jânio Quadros usava suas pautas moralizantes para angariar apoio das parcelas mais conservadoras da sociedade, enquanto se sustentava no seu viés modernizante até a sua renúncia ao cargo de presidente do Brasil em 25 de agosto de 1961. O seu vice-presidente, João Goulart, era visto com desconfiança pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira, por ser um “[...] líder da ala esquerda do PTB” (Motta, 2002, p. 234).

Santana (2009) ainda afirma que era fato que parcelas das classes dominantes, como militares conservadores e setores médios do Brasil, acreditavam que João Goulart, era, no mínimo, um simpatizante dos comunistas, e foi nesse contexto que surgiu o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que buscava realizar ações para combater o comunismo no Brasil. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era comumente associado ao comunismo, especialmente por setores da Igreja Católica, que atacavam abertamente João Goulart, em artigos de revistas e jornais. Na Revista Ação Democrática, citada por Santana (2009), o IBAD afirma que:

Não temos dúvidas que a maior parte dos brasileiros com cujos votos o senhor João Goulart se elegeu vice-presidente da República - e agora seu presidente, por força da Constituição - não teriam votado nele se tivessem visto com clareza o que Jango representava (Santana, 2009, p. 15).

Podemos perceber por essas ações em revistas e jornais, que diversas organizações e movimentos de natureza conservadora e que se originaram da sociedade civil, atuaram de forma ativa contra o governo de João Goulart. O objetivo desses setores era a desestabilização do governo e a futura derrubada daquele que se tornava a personificação da ameaça comunista no Brasil.

Dias (2009) afirma que, embora João Goulart fosse um grande latifundiário e proveniente de uma elite agrária, era paradoxal que ao mesmo tempo que o projeto político do seu grupo fosse um projeto reformista, e assentado numa estratégia de economia com traços liberais, também contava com um Estado regulador e que era baseado no assistencialismo. O objetivo de Jango e seu grupo era estabelecer um projeto de desenvolvimento que visasse a abertura do país ao mercado internacional em busca de modernização e progresso, o que não distava muito dos outros projetos políticos pensados para o Brasil à época, voltados para a industrialização e urbanização do país. O que realmente parecia diferenciar um projeto do

outro era a política externa, num jogo de poder característico da Guerra Fria.

As Forças Armadas, contrárias à posse de João Goulart, lançaram um manifesto à nação brasileira onde expuseram os motivos dessa oposição e reforçaram que, ao ocupar o cargo de Ministro do Trabalho, João Goulart já “[...] demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas” (Santana, 2009, p. 17). E foi nesse contexto de tensão e crise política que João Goulart assumiu a presidência do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros. O processo de posse foi conturbado, e após reuniões sucessivas no Congresso Nacional e suas duas casas, encontrou-se uma solução: o sistema parlamentarista. Esse sistema dava ao Congresso Nacional poderes para a tomada de decisões.

O golpe começava a se delinear no horizonte da República. Silva (1975) afirma que a associação de Jango aos comunistas se deveu pelo fato de que enquanto era Ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas (1953-1954) estimulava denúncias contra as violações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive cogitando estender a atuação das Leis Trabalhistas para o campo e para a reforma agrária. Obviamente que os grandes proprietários de terra viram os seus interesses ameaçados e a associação de Jango ao comunismo ia fincando suas raízes.

O medo do comunismo foi o ingrediente que reuniu e mobilizou diversos setores da sociedade numa frente contra o governo e com um principal objetivo comum: a deposição do presidente. Setores da classe média e das classes dominantes viam o comunismo não apenas como um sistema de revolução social e econômica, mas como uma filosofia, crenças que faziam concorrência com a religião e que opunham-se ao que era mais caro a ela.

João Goulart sofria os ataques anticomunistas, e após o presidencialismo se tornar mais uma vez forma de governo – no plebiscito de 1963 e Jango finalmente receber a sua faixa presidencial – os setores à esquerda e os movimentos sociais o pressionavam para implementação das Reformas de Base. Por outro lado, os setores conservadores também pressionavam para garantir a sua fatia de benefícios.

Nessa ‘corda bamba’, Jango resolveu optar por ampliar e garantir o apoio de sua base, a classe trabalhadora, que, naquele momento, mostrava-se desejosa pela manutenção do Presidente no poder. Os setores da classe dominante reagiram, sintetizando todas as tensões do período na organização da campanha de derrubada do presidente João Goulart, tendo como alvos prioritários de convencimento os setores médios (Santana, 2009, p. 20-21)

Numa sexta-feira 13, do mês de março, daquele ano de 1964, João Goulart reuniu mais de 200 mil pessoas no seu histórico comício da Central do Brasil. O seu discurso é carregado de conteúdo social:

Dirijo - me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas, mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste país (Goulart,1964).<sup>1</sup>

Ao defender as reformas de base, dentre elas a reforma agrária, e apoiado por organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que inclusive organizou o ato, Jango tentava demonstrar ao Congresso o apoio popular ao seu governo.

Mas, seis dias depois do comício na Central do Brasil, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, na Praça da Sé, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” contava com intensa adesão popular e com o apoio dos diversos setores conservadores da sociedade e da Igreja Católica. Segundo Simões (1985) grupos de mulheres ligados à Igreja tiveram papel de destaque político nessa campanha de desestabilização do governo de Jango. Em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a presença feminina era maciça e organizada.

O conservadorismo cristão era o recheio dessa atuação e a campanha anticomunista se voltava para a manutenção e proteção da família, da pátria e da religião. As mulheres, nesse contexto, apareciam como figuras maternas, protetoras das famílias, discurso que foi usado pela Igreja Católica amplamente, exaltando o papel feminino como agregador, como as defensoras do lar, assim como Maria (Ary, 2000).

Embora setores da Igreja Católica juntamente com parte das senhoras de setores médios já se organizassem contra o governo Jango e sua suposta ligação com o comunismo, na política institucionalizada ainda não se via esse movimento de forma clara. Não apenas setores da Igreja Católica apoiavam as pretensões golpistas, mas setores protestantes também engrossaram as fileiras do combate ao comunismo.

---

<sup>1</sup>Discurso proferido por João Goulart no dia 13/03/1964, no histórico comício da Central do Brasil. disponível no Site [www.institutojoaogoulart.org.br](http://www.institutojoaogoulart.org.br)

Elizete da Silva (2009), no seu artigo intitulado “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências”, ao reconhecer a religião como uma forma de expressão de cultura, examina as relações que Batistas e Presbiterianos estabeleceram com os governos militares. Por todo o período da Velha República e o Estado Novo, o respeito à autoridade e a submissão àqueles que eram escolhidos por Deus para exercer o poder político na governança de um país foi uma prática comum às religiões protestantes, que se mantinham distantes, na maioria das vezes, dos embates políticos.

Porém, a partir da organização dos movimentos sociais no Brasil, bem como dos partidos políticos de esquerda, anos antes do Golpe de 1964, alas de Igrejas tradicionais, como a Igreja Batista, por exemplo, passaram a buscar um lugar no espaço político nacional. Enquanto afirmavam publicamente o respeito à autoridade, faziam críticas veladas ao governo de Jango. Já em 1963, o discurso era mais explícito: o Jornal Batista, por exemplo, discorria sobre o comunismo e sobre os rumos políticos do país (Silva, 2009)

Após o Golpe de 1964, os Batistas claramente escolheram o seu lado e, assim como outros setores da sociedade, se justificavam da forma mais paradoxal, quando o que estava em jogo era um golpe militar: a destituição do governo de João Goulart seria uma intervenção política em favor da democracia e do país, que se via ameaçado. Os líderes batistas não demoraram a legitimar o golpe e o regime militar. De fato, a lógica esdrúxula de grande parte da sociedade brasileira se apoiava no argumento de que precisava haver um golpe para salvar a democracia, e nesse contexto, a face ideológica das Igrejas foi revelada:

A pseudo omissão dos batistas frente às questões políticas do país se desvelou, para mostrar uma face ideológica e conservadora, aparentemente contraditória ao condenar o totalitarismo comunista, mas, ao mesmo tempo, legitimar o golpe militar, como se o mesmo não fosse um golpe de força que instalaria um regime totalitário, tanto quanto o comunismo que rejeitavam (Silva, 2009, p. 43).

Após a efetivação do golpe em 1964, as articulações de líderes religiosos junto ao governo militar para angariar cargos e postos na política, em todos os âmbitos, foi um lugar comum não apenas para as denominações batistas, mas também para os presbiterianos, que possuíam nas suas hostes pastores agentes da Polícia Federal e de outros órgãos de repressão, muitas vezes acusando os seus próprios irmãos da igreja de subversão (Campos, 2002).

Setores progressistas das igrejas evangélicas foram pouco a pouco se tornando alvo da

Ditadura, e a partir de 1964, professores de seminários presbiterianos passaram a ser perseguidos, ao mesmo tempo em que jovens presbiterianos se lançaram à luta partidária. Foi o caso de Paulo Wright, militante da Ação Popular (AP), deputado por Santa Catarina. Cassado em maio de 1964, “ [...] militar na AP até o seu desaparecimento nos porões da repressão militar” (Silva, 2009, p. 57).

O empresariado brasileiro não ficou de fora dessa movimentação golpista. Grandes empresas apoiaram e financiaram o golpe e foram favorecidas pelos governos militares. Empresas como Camargo Corrêa e FORD, dentre outras, foram beneficiadas nesse contexto (Campos, 2014). Nas empresas, as sucessivas violências e a desarticulação dos sindicatos criaram um clima de medo, pois o aparato ideológico tinha como objetivo a disciplina social e a docilidade do trabalhador.

A partir dessas análises, entende-se que o golpe foi orquestrado a muitas mãos, civis, empresariais e militares, com as Forças Armadas se declarando guardiãs da vontade do povo:

O que existiu foi divisões de tarefas entre os segmentos da coalizão ditatorial. Militares se ocupando principalmente da repressão, empresários e burocratas trabalhando na concepção e execução de políticas públicas e uma infinidade de aliados atuando nos estados e municípios, sendo a maioria deles civis (Monteiro, 2024, p. 101).

A partir de 31 de março de 1964, uma nova narrativa se impunha no país: uma “revolução” havia acontecido, o “comunismo” havia sido derrotado e um “novo tempo” se inaugurou, tempo de ordem e prosperidade para a nação. Nos primeiros momentos pós-golpe, o general Costa e Silva se auto-nomeou comandante em-chefe do governo nacional, embora o escolhido para o cargo de presidente da República tenha sido o general Castelo Branco, contrariando, ao menos por hora, as pretensões de Costa e Silva, que precisou se contentar com o seu cargo de Ministro (Fico, 2004).

Para que o regime se sustentasse foi necessário aparelhar o estado, com um sistema de repressão eficaz. O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964,

[...] subordinou rapidamente todos os outros órgãos repressivos, como os centros de informações das três armas, a polícia federal e as polícias estaduais. Para integrá-los e harmonizar suas ações, criou-se o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI, uma instituição tornada oficial em 1970, que aglutinava representantes de todas as demais forças policiais (Magalhães, 1998, p. 3).

Dentre as diversas medidas tomadas pelo general Castelo Branco, a Lei de Segurança Nacional, que ajudou a redigir e assinar, bem como a convivência com a tortura já nas primeiras horas pós-golpe, é o que mais nos interessa para esse estudo.

Embora alguns estudiosos sobre a época afirmem que as torturas no regime militar brasileiro só ficaram frequentes a partir de 1968, Fico (2004) afirma que a tortura já era prática nos primeiros tempos após o golpe, porém, é importante destacar que após o AI-5 passou a existir uma generalização dos alvos, uma plenificação do regime ditatorial. A imprensa cobrou uma posição do então presidente, que acabou por se omitir. Diante disso, militares mais radicalizados, dentre eles, o general Costa e Silva, ansiavam por um regime mais “linha dura”, se colocavam como os verdadeiros guardiões dos princípios ditatoriais. Castello Branco, dessa forma, se viu pressionado, e esse grupo foi ganhando terreno, de forma gradativa:

Trata-se de um pressuposto básico para firmar-se uma interpretação que se baseia em pesquisas ainda incipientes: o entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como linha dura. Terá sido o fracasso de Castelo de pôr cobro aos anseios punitivos de militares radicalizados (Fico, 2004, p. 33).

Fico também discorda da premissa que o Ato Institucional nº 5 foi um “golpe dentro do golpe” como afirma grande parte da historiografia, mas apenas algo que ocorreu dentro dessa trajetória de ascensão de radicalismo de setores das Forças Armadas, e que obedecia à lógica de que todo aquele que seria considerado subversivo deveria ser eliminado.

Diante disso, os militares admitiam a tortura e o extermínio, e a polícia política teve um papel fundamental nisso, pois agia em nome de uma “utopia autoritária”, ainda que dentro das Forças Armadas não existisse uma unidade, como se supõe nas leituras de textos históricos sobre a época: “Os militares (e os civis) diretamente envolvidos em tortura e assassinato político foram poucos” (Fico, 2004, p. 34).

Enquanto isso, os presos, como é comum às ditaduras, passaram por experiências de medo e incertezas diante do futuro. A ditadura trazia o que Pilar Calveiro (2013) entende como “lógica binária”, quando se concebe o mundo como dois campos contrários: o próprio e o alheio. Para que haja guerra, é preciso ter um inimigo e o inimigo, nesse caso, é todo aquele que é contrário ao governo estabelecido: “o outro ameaçador, perigoso. A lógica binária é

uma lógica paranoica, em que o Outro deseja minha destruição e é suficientemente forte para alcançá-la” (Calveiro, 2013, p. 89).

Segundo Teles, “o Brasil teve uma ditadura empenhada em ações repressivas seletivas, que preservou uma aparente normalidade institucional, com focos de ação violenta, os quais foram diferentemente orientados conforme o alvo em questão” (Teles, 2013, p. 8). As Forças Armadas estavam à frente, coordenavam o aparato repressivo e tomaram para si o papel da polícia política. O Estado se estruturava para eliminar os elementos “subversivos” e minar as oposições, em todos os cantos do país onde essas oposições se faziam presentes.

Mas os coniventes foram muitos, e isso fica claro quando as denúncias não eram levadas à frente e ainda mais claro quando se pensa que até os dias atuais ainda há mortos e desaparecidos, o que só foi possível diante de uma rede de silêncios e supressão de informações. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) tinha ampla liberdade de ação, mas não era independente dos militares, ao contrário, seus métodos de tortura e extermínio eram aceitos como uma forma de se manter a ordem: “hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes” (Fico, 2004, p. 47).

Enquanto o regime autoritário brasileiro se consolidava, em outros países da América Latina, os movimentos de rompimento institucionais aconteciam de um a um: Uruguai (1973), Chile (1973), Argentina (1976), ao passo que a ditadura de Stroessner, no Paraguai, já remontava à década anterior, 1954. (Brasil, 2007). A cooperação entre os órgãos de segurança desses países acontecia de muitas maneiras, e “[...] a eficiência do sistema repressivo brasileiro fez com que fosse exportado para outros países, especialmente para o Chile e o Uruguai, a partir de 1973” (Teles, 2013 p. 14).

Além disso, há diversos casos de desaparecimentos que até os dias atuais não estão esclarecidos, como no caso de Horacio Campiglia e Monica Binstock, ambos da organização argentina Montoneros, que desapareceram no Rio de Janeiro, em 1980. Em um documento<sup>2</sup> com data de 7 de abril de 1980, o oficial de segurança nacional do embaixador norte-americano na Argentina, James J. Blynstone, informa no seu memorando secreto que “Os dois montoneros do México foram capturados vivos e devolvidos à Argentina a bordo do

---

2 Documento transcrito disponível no site <https://memorialdaresistenciasp.org.br/>

C-130” e continua, apontando que “Campiglia e Mónica foram levados do Rio de Janeiro para El Campito, o centro clandestino de detenção do quartel de Campo de Mayo, na capital argentina, a maior guarnição do Exército Argentino.” Os dois Montoneros desapareceram nesse intervalo, e para tentar esclarecer as circunstâncias desse desaparecimento, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) solicitou à Força Aérea Brasileira (FAB) informações acerca dos voos militares que saíram do Rio de Janeiro com destino a Buenos Aires em março de 1980, porém nenhuma resposta foi obtida.

Segundo Codato (2005) o projeto militar acabou por desdobrar-se num processo pendular, com o uso de maior ou menor violência, baseado na conjuntura, e que vinha demonstrando a dificuldade de transição que enfrentava o governo Geisel. A política de abertura democrática continuou no governo Figueiredo (1979-1985), quando se normalizaram as atividades parlamentares e o calendário eleitoral, bem como a revogação parcial das medidas de exceção.

No dia 28 de agosto de 1979, o presidente João Baptista Figueiredo decretou a Lei da Anistia que

[...] ainda fez restrições aos que foram condenados pelos crimes considerados mais graves pelo Regime, isentou de responsabilidades os que haviam torturado e matado em nome da Ditadura, mas que, enfim, permitiu a libertação de detidos, o retorno de exilados e restabeleceu os direitos políticos dos cassados (Souza, 2020, p. 141).

A Lei da Anistia é objeto de muitas controvérsias e críticas. Daniel Arão Reis (2010) afirma que “esta lei configurou um *pacto de sociedade*.”, o que não significa que houve unidade em torno dela. Existia um consenso, mas não uma unanimidade.

Arão discorre sobre a Lei da Anistia e o seu caráter “amplo, geral e irrestrito” e os “três silêncios” gerados em torno dessa lei: “O silêncio sobre a tortura e os torturadores, o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973” (Reis, 2010, p. 173).

Nesse contexto de abertura política, as eleições diretas para governadores de estado e parte do senado foram retomadas e houve o restabelecimento do pluripartidarismo, com novos partidos surgindo. Foi o caso do Partido dos Trabalhadores (PT).

## 2.2 DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NA BAHIA

Nos últimos anos, alguns estudos de grande relevância destacaram aspectos da Ditadura Civil Empresarial Militar na Bahia e ainda há muito o que se estudar, porém os trabalhos existentes são extremamente valiosos para se conhecer este período da história em terras baianas. Infelizmente, a maioria dos escritos encontrados tem a sua concentração em Salvador, porém, existem estudos de grande valor histórico que versam sobre o interior, mais especificamente sobre Vitória da Conquista, e que se constituem em fontes imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

As eleições para governador, no ano de 1962 evidenciavam as contradições e paradoxos na política baiana. Antônio Lomanto Júnior se apresentava como o candidato sob a coligação UDN (União Democrática Nacional)/PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), incluindo também alguns outros partidos menores, e era apadrinhado político de Juracy Magalhães, que representava uma ala mais conservadora da sociedade baiana, sustentada por históricos conchavos políticos. Porém, o PTB era o partido de João Goulart, desafeto político de Juracy, que, na Bahia, se mostrava menos “progressista” (Ferreira, 2004, p. 86). Dessa improvável junção surgiu a coligação, que levaria Lomanto Júnior à cadeira de governador da Bahia, derrotando o seu adversário, Waldir Pires, que sob a sigla do Partido Social Democrático (PSD), que nacionalmente se encontrava mais ao centro, na Bahia buscava se alinhar aos propósitos do presidente da República e suas reformas de base.

Essa situação tornou as eleições de 1962 na Bahia um fenômeno bastante peculiar, mas não raro, inclusive nas eleições dos tempos de hoje, quando as alianças nem sempre seguem uma lógica baseada em projetos políticos em nível regional ou nacional.

Lomanto Júnior se consagrou vencedor no pleito eleitoral de 1962 e tinha neste momento a difícil tarefa de conciliar a sua governabilidade - precisando manter boas relações com Jango - ao mesmo tempo em que precisava prestar contas aos grupos que o colocaram no poder. Até a eclosão do golpe, Lomanto Júnior tentava equilibrar os pratos da política baiana e suas relações com o governo federal, bem como as relações internas entre a UDN e o PTB.

Nesse contexto, a UDN encontrava-se sem unidade na Bahia. Grupos dentro do partido se formavam, com algumas diferenças de pensamento, mas com alguns pontos em comum: “[...] partilhavam os valores comuns do anticomunismo, e do antigetulismo,

patrimônio maiores da cultura política udenista.” (Ferreira, 2004, p. 88) Emergia, nesse contexto, e dentro da UDN, a pessoa de Antônio Carlos Magalhães.

Na Bahia dos anos de 1963, um ano antes do golpe militar, assim como no restante do país, campanhas de desestabilização começaram a ser feitas e os setores conservadores da Igreja Católica, juntamente com as senhoras de classe média e alta da capital da Bahia, estavam empenhados em desmoralizar João Goulart e as suas reformas de base: “Dentre as manifestações de maior visibilidade, destacamos a procissão de Corpus Christi, realizada em 1963 (...) considerada a maior procissão já realizada, até aquele momento, em Salvador” (Santama, 2009, p. 24). As “Cruzadas do Rosário”, realizadas em diversos estados da federação, aconteciam como um tipo de “ensaio geral” para as marchas da Família e ali se defendia “Deus, pátria e família”, contra o “demônio” do comunismo.

Segundo Dias (2009) “no início de 1964, o golpe, anunciado aos quatro ventos, ainda aparecia inexecutável em curto prazo”. Mas no dia 31 de março de 1964, o país foi surpreendido pelo golpe militar e a sociedade baiana também. A Bahia não estava de fora do cenário observado em todo o território nacional neste período e também experimentou os efeitos do golpe, visto que:

Também aqui, como no restante do Brasil, este golpe de estado incidiu sobre uma realidade caracterizada pelas contradições e conflitos típicos de uma sociedade de base essencialmente tradicional em um momento crucial de seu processo de modernização (Ferreira, 2004, p. 85).

Diante do cenário baiano, de uma política extremamente intrincada, com seus caminhos tortuosos entrelaçados com as velhas oligarquias e as camadas médias urbanas que despontavam especialmente nas cidades maiores, não houve muitos posicionamentos públicos a favor de João Goulart.

O governador Lomanto Júnior ensaiou um pequeno movimento em favor de Jango ao se reunir com sindicalistas e garantiu que apoiaria o presidente da república e “[...] lutaria pela legalidade constitucional” (Ivo, 2009, p. 64) Essa reunião não surtiu efeito, a não ser a visita do general de Brigada Manoel Mendes Pereira, que possivelmente confrontou o governador e pediu explicações.

Já despojado do comando da Polícia Militar da Bahia por motivo da reunião supracitada, Lomanto Júnior, no dia 02 de abril comunicou ao povo baiano o seu apoio ao movimento dos militares. Já o prefeito de Salvador, Virgildásio Senna, que se declarou

favorável às reformas de base, teve os seus direitos políticos cassados, foi preso na sede da 6ª Região Militar (Ferreira, 2004). Destino parecido tiveram os prefeitos de Feira de Santana, Francisco Pinto, de Alagoinhas, Murilo Cavalcante e de Vitória da Conquista, José Pedral, que também tiveram os seus direitos políticos cassados e foram perseguidos pela ditadura (Dias, 2009).

O presidente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia e deputado federal eleito pelo PSB, Mário Lima, pretendia ir à Brasília ao ser convocado para uma sessão de emergência naquele início de abril de 1964, mas não conseguiu embarcar diante da confusão que já tomava a capital da Bahia. Decidiu, no entanto, retornar ao centro da cidade onde se localizava a sede do seu sindicato, onde membros do exército já se encontravam. O comandante da tropa de cavalaria não permitiu a sua entrada mesmo sob argumentos de se tratar de um parlamentar. Ao se dirigir ao comando da VI Região Militar, no centro da cidade de Salvador foi acusado de ser comunista e enviado ao Forte do Barbalho:

Foi o primeiro preso político a ser levado para lá quando do golpe de 1964. Logo depois, outros chegariam para lhe fazer companhia na mesma triste sorte. Dirigente sindicais e estudantis, jornalistas e políticos, como o prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto, ocuparam as celas da instalação militar (Ivo, 2009, p.67).

Ainda segundo Ivo (2009), as refinarias de petróleo foram alvo de ataques pelos setores mais conservadores da sociedade. Acusados de comunistas, os sindicalistas da Refinaria de Mataripe pararam as atividades já em primeiro de abril e logo nos dias que se seguiram pediram a restituição da ordem constitucional e a soltura do deputado Mário Lima. O exército, então, ocupou a refinaria. No dia 04 de abril, os militares já tinham controlado a situação.

Perseguições, demissões e delações foram comuns nesses dias. Pouco a pouco, a resistência ia minguando e os sindicalistas, considerados subversivos, já nada mais podiam fazer. Os petroleiros baianos eram vistos como ameaças por setores conservadores da sociedade e era necessário combater “esse mal”. Muniz Ferreira afirma que, após o golpe, uma mentalidade estranha à democracia e hostil à classe operária, triunfou. Essas palavras corroboram a sua teoria de que “[...] o golpe que objetiva erradicar o movimento em prol da democratização da sociedade brasileira foi dirigido prioritária e notoriamente, contra a classe operária” (Ferreira, 2009, p. 92).

Quanto ao Movimento Estudantil na Bahia, assim como em outros estados do país, foi desestruturado e teve muitos ativistas perseguidos. A Lei Suplicy, que foi aprovada no ano de 1964, tornava ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE) bem como as entidades estaduais do movimento estudantil. Ainda assim, as lutas estudantis contra a ditadura ocorriam, e a UNE realizava os seus Congressos e já em 1968, a esquerda figurava novamente como direção da entidade (Brito, 2009, p. 113).

No dia 28 de março de 1968, um acontecimento ocorrido no Rio de Janeiro veio modificar os planos das lutas estudantis Brasil afora. O assassinato do estudante Edson Luís, ao participar de um protesto contra o fechamento do Restaurante Calabouço, foi o estopim para passeatas e protestos nos diversos estados do país. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Diretório Central dos Estudantes deflagrou uma greve, o que levou o governador Luís Viana Filho a fazer um pronunciamento na TV pedindo aos estudantes para não participarem do movimento. Porém, vários estudantes continuaram a se reunir nas suas faculdades e a aprovação de uma Missa de 7º dia pela memória de Edson Luís transformou-se num evento político que contou com a presença de mais de 1.500 pessoas, dentre as quais, artistas, intelectuais e outros setores da sociedade, segundo o Jornal da Bahia do dia 4 de abril de 1968 (Brito, 2009).

As manifestações estudantis contra o governo militar na Bahia prosseguiram. Lutas contra o corte de verbas na UFBA levaram os estudantes a irem às ruas em protesto e à deflagração de uma greve, que se tornou oficial no dia 11 de junho de 1968. Quatro dias depois, no dia 15 de junho, a polícia, juntamente com os agentes do DOPS e bombeiros, invadiram as faculdades e prenderam os estudantes que ali se encontravam. O reitor Roberto Santos se posicionou contra a invasão das faculdades e lembrou que a UFBA se tratava de uma autarquia. Os estudantes, então, continuaram mobilizados enquanto buscavam ajuda de setores da sociedade, como a imprensa e intelectuais. Após um mês de julho intenso e marcado por protestos e tensões, os estudantes decidiram por voltar às aulas no dia 05 de agosto de 1968.

Ainda segundo Brito (2009), a volta às aulas na UFBA naquele agosto de 68, foi marcada por indignação motivada pela prisão do principal líder estudantil do movimento, Wladimir Palmeira. Longe dos ânimos se acalmarem, novas manifestações foram marcadas. Policiais infiltrados agiam no meio do movimento estudantil e até o Mosteiro de São Bento

foi invadido pelos militares, que buscavam estudantes participantes dos protestos.

Esse contexto marcava o endurecimento do regime militar. Às vésperas da promulgação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, um esquema de notória repressão podia ser observado. A partir de então, o movimento estudantil viu suas resistências minarem, quando o aparelho repressivo desbaratou o 30º Congresso da UNE. Outras medidas para desarticular o movimento estudantil dentro das Universidades foram tomadas:

Em fevereiro de 1969, o Governo criou o Decreto 477 (...) que “previa a expulsão de professores que se envolvessem em manifestações de caráter ‘político-partidário’. Quanto aos estudantes que participassem dessas ações, seriam impedidos de matricular-se por até 3 anos numa faculdade (Brito, 2009, p. 137).

A Ditadura e seu aparato se fizeram presentes em muitos pontos da Bahia. Em Ipiaú, por exemplo, o prefeito Euclides Neto que embora tenha sido eleito com o apoio da UDN, tampouco escapou das garras da repressão. O seu passado no PCB angariou para si um Inquérito Policial Militar (IPM), de abril de 1964 a dezembro de 1965 (Ferreira, 2004).

Por outro lado, a deputada Ana Oliveira, do Partido Libertador (PL), após observar o sucesso das manifestações em favor dos militares em São Paulo no dia 19 de março de 1964, conclamou as mulheres baianas a se integrarem ao movimento nacional e a se unirem em favor das famílias e contra o comunismo, utilizando a Assembleia Legislativa para este chamado (Santana, 2009)

Após o golpe de 31 de março de 1964, as mulheres de classe média, senhoras cristãs e com apoio de setores da Igreja Católica passaram a manifestar apoio ao regime vigente e o resultado dessa intensa mobilização foi a maior manifestação baiana de apoio aos militares, contando com 400 mil pessoas, no Campo Grande, no dia 15 de abril de 1964. A manifestação contou com o apoio do governo do estado e da prefeitura municipal.

Mas, não apenas a Igreja Católica se movimentou a favor do golpe e da destituição de João Goulart da presidência. Os protestantes baianos também se faziam presentes, em consonância com o que acontecia nos outros estados da federação. Segundo Elizete da Silva, barganha e clientelismo político, com troca de votos por assistencialismo eram comuns entre políticos batistas e militares (Silva, 2009).

No ano de 1966, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente do país

naquele tempo, doou um terreno situado no bairro de Ondina, em Salvador, para a construção do Hospital Evangélico da Bahia. Castelo Branco veio a Salvador pessoalmente para lançar a pedra fundamental do empreendimento e no seu entorno estavam grande parte de pastores e políticos evangélicos.

No ano de 1971, Antônio Carlos Magalhães, que ocupava a cadeira de Deputado Federal, obteve a indicação do governo militar para ser governador da Bahia. ACM consolidou sua base política na capital e no interior do estado, e ao convidar o deputado federal Raimundo Brito, membro da Igreja Batista, para ser o seu secretário de justiça, reafirmou as suas relações com os evangélicos. Mas as alianças entre militares e batistas não se esgotaram na nomeação de Raimundo Brito como secretário de justiça de ACM. A indicação de Clériston Andrade para prefeito de Salvador, no período de 1971 a 1975, demonstrava o prestígio deste político e suas boas relações com os grandes nomes do regime de exceção. A indicação de Andrade era mais do que uma questão política, mas talvez uma espécie de “recado”, especialmente porque Salvador era a sede do Arcebispado da Igreja Católica e parte do clero católico baiano fazia críticas à ditadura:

A indicação do Diácono Batista Clériston Andrade para administrar a cidade de Salvador, sede do Arcebispado Primaz da Igreja Católica Brasileira, constituía, para os irmãos batistas, uma grande conquista, de extrema relevância para um grupo religioso que buscava visibilidade (...) especialmente quando parte do clero católico baiano estava alinhado à Teologia da Libertação e fazendo coro contra os desmandos da ditadura militar (Silva, 2009, p. 53).

Advogado e funcionário do alto escalão do Banco do Brasil, bem como diácono batista, Clériston Andrade foi a indicação de ACM ao governo do Estado da Bahia, em 1981. Vitimado por um acidente de avião no interior do Estado, teve a sua trajetória política interrompida.

É importante salientar que, assim como na Igreja Católica, o governo militar não era uma unanimidade dentro do movimento evangélico baiano. A Juventude Batista Baiana não era bem vista pelos líderes religiosos, por conter membros do movimento estudantil, secundaristas e universitários. O movimento estudantil teve um papel atuante contra a Ditadura Militar em Salvador e nas principais cidades do interior. Houve a delação de alguns desses jovens aos órgãos de repressão, acusados de comunistas e falsos evangélicos, que segundo os líderes religiosos se infiltraram nas igrejas para espalharem ideias subversivas.

Diante da resistência dos vários setores da sociedade baiana, estudantes, operários e membros da Igreja Católica e denominações evangélicas, bem como trabalhadores, professores, políticos, artistas e intelectuais, Muniz Ferreira lembra que “conquanto a fortemente golpeada e paralisada em um primeiro momento, a consciência democrática baiana jamais permitiu que se extinguisse no estado a chama da resistência” (Ferreira, 2004, p. 95).

### 2.3 A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Nos anos de 1960, o Partido Social Democrático (PSD) de Vitória da Conquista, contava com personalidades de vulto nos seus quadros: o médico Régis Pacheco e o engenheiro José Pedral Sampaio. Pedral, que provinha de família tradicional da cidade, compreendia a necessidade de reformas sociais e a imprescindível modernização do município.

Após ser derrotado nas eleições de 03 de outubro de 1958 para Gerson Sales, Pedral compreendeu que os votos da zona rural tinham dado o triunfo ao seu adversário, de modo que passou a articular com o legislativo e passou a trabalhar pela emancipação dos distritos. Foi nesse contexto que distritos antes pertencentes a Vitória da Conquista foram emancipados, como Barra do Choça, Caatiba, Anagé, Belo Campo e Cândido Sales e tornaram-se cidades, sendo realizada a chamada “Campanha da Esperança”, como conta o próprio Pedral Sampaio, em entrevista concedida em dezembro de 1999 a José Dias (Dias, 2009, p. 93).

Com o objetivo de modernizar a cidade e ganhar a eleição de 1962, Pedral Sampaio e o seu grupo político se aproximaram da população da zona rural e ajudaram a criar sindicatos e associações de bairro. O discurso de modernização da cidade e superação do conservadorismo administrativo empolgava grande parte da população conquistense: “Sem citar o próprio nome, ao apresentar o quadro geral dos problemas da cidade, Pedral sutilmente se prontificava, perante seus pares a ser o candidato do PSD” (Souza, 2020, p. 47).

Embora proveniente das velhas oligarquias da cidade, Pedral encarnava o papel de candidato progressista, contando com o apoio de vários setores da sociedade conquistense,

dentre os quais, estudantes e boa parte da imprensa. O semanário “O combate” fazia campanha aberta para Pedral e o colocava como o candidato que iria renovar Vitória da Conquista. Em contrapartida, fazia acusações à UDN, atribuindo a seus membros tentativa de compra de votos. Assim que a candidatura de Pedral foi homologada, seu plano de governo revelou afinidade com as propostas de João Goulart, reafirmando a necessidade de modernização da cidade, que crescia de forma desordenada.

No dia 07 de outubro de 1962, Pedral, à época com 37 anos, foi eleito com 7.051 votos. No dia 31 de dezembro do mesmo ano, o novo prefeito utilizou a Rádio Clube de Conquista para saudar a população conquistense, e com votos de esperança para o ano seguinte, deixou claro o seu posicionamento ao se alinhar, no discurso transmitido pelas ondas do rádio, ao projeto político de Leonel Brizola. O lado estava escolhido na polarização que tomava conta dos setores políticos do país desde a renúncia de Jânio Quadros.

No ano de 1961, em 7 de setembro, Jango assumiu a presidência do Brasil, mas com poderes limitados. Em janeiro de 1963, uma consulta popular viria definir os rumos do sistema político do país. Pedral não se fez de rogado e foi à campo contra o parlamentarismo. Belarmino de Jesus Souza afirma que “na condição de prefeito eleito, Pedral se empenhou na campanha do plebiscito, por meio do qual o eleitorado brasileiro pôde dizer ‘sim’ ou ‘não’ ao parlamentarismo” (Souza, 2009, p. 59), No dia 24 de janeiro de 1963, o sistema de governo do Brasil, era, novamente, presidencialista.

Pedral se mostrava favorável às reformas de base de João Goulart e era simpático ao seu projeto de governo, e tanto se aproximou do governo federal que o próprio presidente veio à Conquista em 1963, quando inaugurou a rodovia Rio-Bahia. Pedral foi enfático em defender a campanha legalista e aproveitou a ocasião para solicitar ao presidente uma emenda para a verba de saneamento da cidade. João Goulart se comprometeu e cumpriu a sua promessa. Porém, a situação política no Brasil continuava cada vez mais polarizada e Pedral em conversa com Waldir Pires, candidato que fora derrotado por Lomanto Júnior nas últimas eleições para governador da Bahia, afirmava que não havia chance de um golpe de estado. A História mostrou rapidamente que ele estava errado na sua previsão:

No dia 31 de março de 1964, foi iniciado em Minas Gerais o deslocamento de tropas rumo ao Rio de Janeiro marcando o início do golpe, que, ao ter na sua execução setores militares e na sua articulação e desdobramentos o apoio de setores civis, mormente o grande empresariado, pode e deve ser identificado como Golpe

Empresarial-Militar (Souza, 2009, p.75).

Mas, a escalada da crise que colocava João Goulart em delicada situação diante da conjuntura política nacional, também foi uma realidade em Vitória da Conquista. Seus simpatizantes e apoiadores não passaram ilesos, e assim que o golpe foi consumado, aliados de Jango passaram a ser cassados na cidade. O prefeito Pedral Sampaio foi preso juntamente com alguns aliados, dentre os quais, vereadores que o apoiavam, juntamente com nomes como Franklin Ferraz Neto, advogado aliado do prefeito e primeiro juiz do Trabalho de Vitória da Conquista, Ivo Freire de Aguiar, funcionário do Ministério da Agricultura, o professor e militante comunista Everardo Públio de Castro, o poeta e escritor Camilo de Jesus Lima, dentre outros (Dias, 2009).

Ainda segundo José Dias (2009), os vereadores foram obrigados (ou nem tanto) a cassar o mandato de José Pedral numa sessão onde os militares exerceram forte vigilância e aqueles que eram a favor do prefeito foram substituídos pelos suplentes. Foram eles: Péricles Gusmão Régis, Anfilóbio Sampaio, Aníbal Lopes Viana e Raul Ferraz. Estudantes, militantes e líderes sindicais também foram presos.

Os ventos da ditadura sopravam forte no Planalto da Conquista e Orlando Leite finalmente assumiu a prefeitura da cidade, após a confirmação da prisão de Pedral. Notícias de elementos e organizações de caráter comunista pululavam por todo lado e um clima de tensão tomou conta da cidade. Torturas, humilhações, violação de direitos: esse foi o aparato utilizado pelos agentes da ditadura no sudoeste baiano.

Péricles Gusmão Régis foi uma das vítimas dos horrores da ditadura, encontrado sem vida em sua cela, é ainda hoje um lembrete de como um governo de exceção e seus métodos de tortura podem “quebrar” um homem, como afirma Calveiro (2013): “a ‘quebra’ de um homem pela tortura pode significar um arrasamento do sujeito.” O arrasamento do sujeito para um fim político ideológico, com sua morte e desaparecimento acontecia nas ditaduras, mas não há arrasamento possível da memória dos seus afetos, que o recordam enquanto pai, filho, amigo, esposo. Os regimes de exceção querem ser totalitários em tudo, mas esquecem que os afetos que fazem morada nas memórias é “terra que ninguém anda”, como afirma um ditado sertanejo muito conhecido, ao se referir ao coração de toda a gente.

Em Vitória da Conquista, não apenas a conjuntura do país levou à cassação do prefeito

e a prisão de seus aliados, mas as disputas locais pelo poder abriram brechas para delações e perseguições. Foi a união do útil com o agradável para um grupo que defendia um projeto político contrário ao que se via na cidade.

Contra Pedral, pesavam as acusações de fazer parte da Frente de Libertação Nacional, movimento que, supostamente, seria ligado ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Provas de sua ligação com Leonel Brizola e João Goulart foram utilizadas, como um telegrama recebido em 24 de maio de 1963. O Jornal “O sertanejo”, agora atuando como uma voz jornalística a serviço da Ditadura em Conquista, utilizava o termo “terrorista” ao se referir aos conquistenses presos na capital da Bahia (Souza, 2020).

Após o Ato Institucional Nº 2, em outubro de 1965, a configuração da política conquistense praticamente não se alterou. MDB e ARENA disputavam o poder político, com a ARENA aliada ao regime e o MDB como oposição a ele. Em 1966, Luiz Viana Filho foi eleito governador da Bahia. No âmbito político nacional, a ARENA conquistava espaço em todos os estados da federação. A partir de 1967 o regime começava a se mostrar ainda mais autoritário. O terreno para o Ato Institucional Nº 5 estava sendo preparado e, de fato, foi anunciado em dezembro do ano seguinte. O AI-5 significou o endurecimento da Ditadura, com a supressão de direitos individuais.

Em Conquista, na ocasião do decreto do AI-5, o prefeito era Fernando Spínola, que apoiou enfaticamente as medidas necessárias para a manutenção do regime. Nas eleições de 1970, disputavam Jadiel Matos (MDB) e Nilton Gonçalves (ARENA), que contava com o apoio do governador Antônio Carlos Magalhães. Embora o clima da cidade indicasse a vitória de Jadiel, quem se elegeu foi Nilton Gonçalves, por uma diferença mínima de votos:

Em meio a denúncias de fraudes e irregularidades, o candidato governista Nilton Gonçalves obteve 7.449 votos e o mdbista Jadiel Matos 7.089 votos. A diferença em favor da ARENA foi de apenas 360 votos. Foram registrados ainda 226 votos nulos e 226 votos em branco. Houve denúncias de fraudes e manipulações. Os opositoristas vociferavam que Jadiel não havia perdido por pouco, mas sim havia vencido (Souza, 2020 p. 99-100).

Segundo Raul Ferraz, em entrevista concedida a Belarmino Souza (2020), “a eleição de 70 foi ganha por ACM”. Após a derrota no pleito eleitoral de 1970, Jadiel Matos passou a ser vítima de perseguição na cidade. O mandato de Nilton Gonçalves durou pouco. Costa e Silva decretou o Ato Institucional Nº 11, o qual impunha um novo calendário eleitoral. Nesse

contexto, e diante de muitas divergências, Fernando Spínola e Orlando Leite se candidataram ambos pela sigla ARENA, para a disputa das eleições de 1972. Porém, quem venceria aquela eleição seria Jadiel Matos, do MDB, que também garantia uma expressiva vitória no legislativo municipal:

A eleição de Jadiel Matos ocorreu quando acontecia um processo de radicalização em nível nacional. A ação repressiva e a tortura campeavam, efetivadas por diferentes órgãos ligados às Forças Armadas e aos grupos paramilitares. Além disso, ocorria a guerrilha comandada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no Vale do Rio Araguaia, cujo combate havia sido iniciado pelo Exército em meados de 1972, penúltimo ano de mandato do “linha dura” Médici (Souza, 2020, p. 110).

Enquanto se via uma radicalização da ditadura, Vitória da Conquista despontava como um núcleo de oposição, mas que não estava isento de suas contradições nem de suas disputas internas. Embora Conquista despontasse como um oásis do MDB na Bahia, a situação não era das melhores. As eleições de 1974 não deram os melhores resultados e em janeiro de 1975 um seminário do MDB foi realizado na cidade, onde medidas enfáticas para a organização do partido foram discutidas:

Segundo o Jornal O Constituinte, editado pela Ala Jovem do MDB, desde um seminário do MDB ocorrido em Vitória da Conquista em janeiro de 1975, um grupo de opositoristas vinha sendo identificado como Ala Jovem, denominação que vai ser assumida no manifesto publicado por este grupo, em abril de 1975, com o título “CHEGA DE TRAIÇÃO. É HORA DE MUDAR (Espineira, 2009, p. 220).

A partir de então, embates entre adesistas e Ala Jovem do partido foram uma constante. Mas, o MDB de Vitória da Conquista precisava escolher o seu candidato à eleição de 1976, e depois de muita querela, foi decidido que Raul Ferraz e Sebastião Castro seriam os candidatos. Raul Ferraz venceu as eleições municipais de 1976, mas isso não foi o suficiente para apaziguar os ânimos e silenciar as oposições dos partidários do MDB em Conquista. Nesse clima, Raul Ferraz assumiu a prefeitura em 1977, período em que, no horizonte, já se vislumbrava a abertura política, embora o regime ainda fizesse suas vítimas.

No ano de 1980, o presidente João Batista Figueiredo prorrogou os mandatos municipais por mais dois anos, de modo que Raul Ferraz ficaria no cargo até 1983. Porém, ao se afastar em 1982 para se candidatar a deputado, Ferraz não retornou e quem assumiu o mandato foi o seu vice, Gildásio Cairo.

Com o fim do bipartidarismo, os antigos MDB e ARENA se organizaram mais ou menos obedecendo a lógica nacional e estadual. Do lado da ARENA, praticamente todos os membros foram para o Partido Democrático Social (PDS) e do lado do MDB, agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) continuava sendo oposição.

José Pedral, então, retornava ao cenário político conquistense como um forte candidato às eleições de 1982:

[...] com a força do capital político que acumulou, cujas características podem ser assim especificadas: imagem construída na trajetória de jovem prefeito eleito em 1962; identificação com Brizola/Jango na turbulenta conjuntura do início dos anos 60; vítima do golpe de 1964, que lhe tirou um mandato legítimo; expressiva liderança oposicionista na Bahia, e, em 1982, poderia legitimar e legalmente retomar ao cenário político (Souza, 2020, p. 146.)

Venceram as eleições de 1982, José Pedral e o seu vice, Hélio Ribeiro, que mais tarde viria a assumir o cargo de prefeito, quando da nomeação de Pedral para o secretariado do governador Waldir Pires. Eram tempos de abertura política com as campanhas das “Diretas Já!”. José Pedral foi um político controverso, amado até os dias atuais por muitos e não tão querido por outros. Porém, é inegável o seu histórico e contribuição política à cidade de Vitória da Conquista.

No dia 22 de agosto de 2013, a Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista realizou uma audiência pública para a instalação da Comissão Municipal da Verdade, ocasião em que foram homenageadas as personalidades conquistenses atingidas pelo regime militar, dentre os quais, o ex-prefeito José Pedral. Durante a audiência, houve a restituição simbólica do mandato cassado em 6 de maio de 1964. Em entrevista<sup>3</sup> Pedral afirmou:

Para mim foi uma homenagem muito grande essa restauração desse mandato. Eu me senti muito feliz e muito orgulhoso com isso, mas eu devo dizer que isso é para as gerações futuras, para que saibam o que aconteceu de verdade na ditadura e que jamais esqueçam o que isso representa. (Pedral, 2013)

Dentre as personalidades presentes, encontrava-se também o advogado e professor Ruy Medeiros, o vice-presidente da Comissão Nacional da Verdade e da Memória da OAB, também uma vítima da Ditadura.

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao repórter Gabriel Oliveira, no dia 23/08/2013 disponível no Blog da Bia Oliveira (<https://blogdabiaoliveira.com.br/>)

## 2.4 DITADURA MILITAR: DISPUTAS DE NARRATIVAS E DIFERENTES USOS DO PASSADO

O ensino sobre Ditadura na educação básica é alvo de muitas controvérsias, que vem se intensificando após a ascensão das mídias sociais, quando qualquer pessoa pode se autointitular como criador de conteúdo, se apropriar de discursos que sejam simulacros de conteúdos científicos e divulgá-los com o objetivo de chegar ao maior número de pessoas possível, incluindo os estudantes que acessam essas redes.

Segundo Daefiol (2020), os debates sobre a natureza do regime que se instalou no Brasil após 1964 começaram, de fato, a acontecer a partir do ano 2000, nas efemérides de 40 anos do golpe, quando a revisão de pesquisas e narrativas sobre a Ditadura brasileira começaram a se fortalecer.

Discussões sobre a natureza do golpe, se civil-militar ou apenas militar, passaram a fazer parte da cena historiográfica brasileira. Já Bauer (2021) afirma que até os anos de 1990, a circulação de versões negacionistas por meio de publicações nos meios militares se manteve concentrada, porém ela identifica momentos-chaves em que essas versões chegaram ao grande público:

[...] durante e após os mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), tendo como “momentos-chave” as comemorações dos 40 e dos 50 anos do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, respectivamente, em 2004 e 2014; a discussão sobre a interpretação da Lei de Anistia no Supremo Tribunal Federal em 2010; a promulgação da lei que criou a CNV em 2011; e as manifestações de rua de 2013, que explicitaram a demanda de setores da população por intervenção militar, através de discursos apologéticos e nostálgicos em relação à ditadura (Bauer, 2021, p. 44).

Bauer coloca a crise econômica, social e política que o Brasil estava enfrentando naquele momento, como propulsores dessa visão romantizada da Ditadura, como um tempo ideal e próspero, que podia ser recuperado. Não à toa, em muitos lugares do país, pedidos de intervenção militar eram vistos em cartazes e manifestações. Para além disso, o reconhecimento e ampliação de direitos de grupos historicamente excluídos fizeram com que uma reação conservadora se fortalecesse.

No campo historiográfico, alguns dos mais renomados historiadores do Brasil, como

Daniel Aarão Reis passaram ao centro de polêmicas, quando, por exemplo, foram acusado de “encurtar” a ditadura, ao afirmar que o seu fim teria ocorrido em 1979, na ocasião da revogação do Ato Institucional N° 5:

Reis também defendia que a revogação do AI-5, em 1º de janeiro de 1979, representou o fim da ditadura e a passagem para “um estado de direito autoritário”, uma espécie de período de transição para o regime democrático, que teria se concretizado com a Constituição de 1988 (Daefioul, 2020, p. 5).

Essa é uma das grandes polêmicas neste campo, mas não foi a única. Reis ainda retratou a esquerda revolucionária (movimento no qual ele mesmo fez parte, como membro do Movimento Revolucionário 08 de outubro - MR-8) como antidemocrática, pois o seu objetivo seria a superação do capitalismo e uma ditadura revolucionária, de acordo com o padrão revolucionário que se observava no século XX (Reis, 2006).

Outras questões, como a participação efetiva de civis na manutenção do regime, ainda hoje é bastante discutida. Daefiol (2020) discorda desse ponto e argumenta que não se pode desconsiderar as notícias falsas que circulavam na imprensa, qualificando aqueles que eram contrários ao regime como terroristas. Porém, refutando parcialmente esse argumento, ainda que haja um entendimento de que a propaganda do regime fosse bastante eficaz, as relações sociedade e ditadura são bastante controversas e de nenhuma forma, de simples explicação. Ainda que, por ventura, tenhamos uma visão demasiadamente benevolente da sociedade, ao atribuir aos participantes das manifestações de 2013, por exemplo, falta de conhecimento histórico, seria ingenuidade de nossa parte. Alguns grupos sabem pelo que lutam e se afinizam com as pautas dessas lutas. Não é resultado somente de um país sem memória, como muitos dizem, mas o resultado de uma memória falseada ou mesmo, “saudosista”,

Muitos demandantes conhecem muito bem a história da ditadura, e, por estarem de acordo com suas características autoritárias e repressivas, e por seus valores conservadores, moralistas e nacionalistas, solicitam o protagonismo das Forças Armadas para recuperar o status quo dos anos 1960 e 1970. Muitos deles, ainda, podem ter se beneficiado das políticas públicas da ditadura, e, portanto, terem uma experiência e uma memória positiva do regime. Portanto, não é possível afirmar que essas demandas são construídas na ignorância ou na ausência da memória. (Bauer, 2021, p. 45)

Obviamente há um desconhecimento, por uma parcela da sociedade, de questões relevantes sobre a Ditadura, seus impactos sociais e as consequências, mas é preciso analisar essa mesma sociedade brasileira pelo que ela é, pautada em valores cristãos e, historicamente, baseada em relações sociais de autoritarismo. Assim, concordamos com Sena Júnior (2015) ao afirmar que quem escreve sobre história contemporânea precisa enfrentar o tema da memória e de como essa memória é apropriada socialmente.

Dessa forma, o nosso foco nessa discussão é mais centrado na produção historiográfica feita por historiadores, e como essas discussões impactam diretamente os ambientes escolares, visto que aqui se defende que a Ditadura é um tema sensível e alvo de disputas de narrativas que servem a determinados fins.

Nos dias que se seguem, observamos uma ampla produção e divulgação de conteúdos revisionistas e negacionistas que abordam esse período da nossa história. Antes de continuarmos com as discussões, cabe fazermos uma distinção conceitual entre revisionismo e negacionismo. Para tanto, utilizaremos as definições de Mateus Pereira (2015) que entende negacionismo como,

[...] fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento. Em geral, percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em “provas” imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas (Pereira, 2015, p. 865-866).

Sobre o revisionismo, Pereira (2015) o compreende como uma “interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa ‘alternativa’” (p. 866). Portanto, enquanto um contesta a realidade, o outro cria uma realidade alternativa, mas ambos desejam confundir e distorcer acontecimentos históricos, ainda que todo um arcabouço científico, baseado em fontes sérias e estudos robustos, venham a afirmar o contrário.

Segundo Bauer (2021), o negacionismo histórico nunca vem só, mas, na contemporaneidade, vem acompanhado de negacionismo climático e científico e tem por objetivo atacar o pensamento crítico e os cientistas.

Cabe aqui fazer um adendo acerca da divergência na História, própria da função do historiador. Essas divergências são baseadas na interpretação de fontes, pois cada historiador

irá se assentar nos pressupostos teóricos metodológicos que mais lhe aprouver. A divergência é salutar, desde que embasada em pressupostos científicos, pois não há uma verdade absoluta na História, e novas descobertas são bem vindas desde que assentadas em bases firmes, não em achismos ou fantasias de determinados grupos: “Dessa forma, o acesso às fontes e a disponibilização das mesmas é mais uma das formas de evitar a negação e o revisionismo sobre o passado” (Nunes, 2021, p. 33).

Bauer, no entanto, chama a atenção para certas narrativas negacionistas que se propõem revisionistas, notadamente referentes aos passados sensíveis da nossa História, e a Ditadura Militar entra nesse rol. Nem sempre o negacionismo nega os fatos, mas traz narrativas falseadas, “rechaçam determinadas fontes e pesquisas (...) desqualificam determinados pesquisadores” (Bauer, 2021, p. 47) bem como apresentam-se como uma versão crítica, “sem ideologia” (vide o movimento “Escola sem Partido”), dentre outras características.

É importante que se diga que trabalhar em sala de aula com ditadura é um caminho que pode ser amplo, no sentido de trazer reflexões muito mais aprofundadas do que pretendemos, ao mesmo tempo em que se mexe com sentimentos, narrativas e visões de mundo dos nossos estudantes, que são moldados pelo conhecimento prévio que ele já tem sobre o tema e por reflexões, muitas vezes, trazidas de seu próprio núcleo familiar. É um período da História recente e que suscita muitos debates: “um tema sensível, uma herança difícil possibilita a compreensão que ele não é um tema apenas do passado, mas que tem muitas permanências” (Nunes, 2021, p. 31).

Através das discussões sobre Ditadura Militar podemos levantar diversas outras questões que estão no dia a dia dos estudantes ou são temas sensíveis também para a sociedade atual, como por exemplo, liberdade de expressão, o direito ao sepultamento e aos rituais de morte presentes em cada sociedade, violência policial e muitos outros problemas atuais. Importante que o/a professor/a faça essas discussões sempre pautado nos pressupostos dos Direitos Humanos.

A herança da Ditadura brasileira está presente em nossa sociedade em várias frentes. E na escola não é diferente. É cada vez mais comum discursos revisionistas e negacionistas sobre questões relacionadas à violência de Estado no período ditatorial: “Os discursos negacionistas e revisionistas têm origem no próprio regime, com as ‘versões oficiais’ sobre os

assassinatos e sequestros cometidos pelo aparato repressivo, por toda a estrutura de desinformação e censura” (Nunes, 2021, p. 33).

Para Nunes (2021) a Lei da Anistia (1979) foi também uma tentativa de silenciar e dificultar as memórias das vítimas dos militares e tinha o objetivo de colocar no esquecimento toda sorte de crimes cometidos pelo regime ao perdoar os torturadores. Ocorre que a voz daqueles que não podem gritar ecoa nos seus familiares, nos seus amigos e na própria sociedade que espera respostas. Não se esquece por decreto. Não há lei que apague a dor de não ter o corpo ou restos mortais do seu ente querido ao menos devolvido à família, para que haja um ritual de sepultamento, para que o direito de dizer adeus seja respeitado.

Um dos mecanismos utilizados por regimes autoritários é a despersonalização do indivíduo: tanto daquele que sofria as consequências de um regime de exceção, como foi o caso dos torturados e desaparecidos, considerados como terroristas, como daqueles que torturaram, mataram e desapareceram com os corpos, que se justificaram ao afirmar que não agiram como indivíduos, mas como instituições, ou nas palavras de Pilar Calveiro, “não atuavam em termos individuais, mas sim corporativos” (Calveiro, 2013, p.128).

Os passados sensíveis são territórios de disputas de narrativas e as redes sociais têm um papel, pois é dessa forma que *fake news* são disseminadas, numa tentativa de falsear o período ditatorial, reforçar preconceitos e estereótipos, utilizando os aspectos emocionais e experiências individuais para justificar, inclusive, a violência do Estado:

A memória dos que perderam a vida ou desapareceram porque se opuseram à ditadura fica, assim, associada a uma espécie de “contingência de guerra” que naturaliza a morte de “inimigos” como um “efeito colateral” de um momento de exceção, conforme dita a Doutrina de Segurança Nacional (Daefioul, 2020, p. 8).

Esses discursos conflitantes acerca da disputa de narrativas sobre a Ditadura tornaram-se ostensivos e foram escancarados a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no ano de 2012 e, na ocasião da divulgação do seu relatório, no ano de 2014, o qual apurou violações aos Direitos Humanos ocorridos entre 1964 e 1988.

Paralelo ao trabalho da Comissão, textos, livros e outras produções eram lançadas ou vieram à tona, com a justificativa de contar “o outro lado”. Um dos exemplos é o livro “Brasil: sempre” de Marco Pollo Giordani (1988) e as memórias de Carlos Brilhante Ustra (1987) (Nunes, 2021)

Sena Júnior (2015) afirma que é de revisionismo que se trata algumas das obras publicadas também a partir do ano 2000, como é o caso do livro *A ditadura que mudou o Brasil*, cujos organizadores são nomes proeminentes da historiografia brasileira. Nesse sentido, argumenta que

Caso se tratasse de um movimento reflexo de deslocamento das interpretações no sentido das novas evidências que vem sendo reveladas com a abertura dos arquivos da repressão e com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, poder-se-ia admitir os termos de uma revisão. Não obstante, é de revisionismo que se trata, pois não são as evidências que determinam a inflexão conservadora da historiografia, mas o fato de que os historiadores optaram por conciliar com a ditadura, passando de armas e bagagens para o campo da memória dos vencedores (Sena Junior, 2015, p. 130).

Já Caroline Bauer sustenta que “a criação e a circulação de versões apologéticas e/ou negacionistas sobre a ditadura ocorreram ainda durante o regime ditatorial” (Bauer, 2021, p.44), ou seja, as representações criadas pela Ditadura enquanto ela ainda estava vigente são responsáveis pelas falsificações verificadas até os dias atuais, não apenas em comunidades mais fechadas, como o caso dos militares, mas em setores mais amplos da sociedade.

O/a professor/a de História que se vê nessa batalha de narrativas necessita fundamentar cada vez mais os seus métodos e se fortalecer na sua atuação diante de uma história que diz respeito a si também, visto que nesse caso específico, a História da Ditadura diz respeito às histórias individuais, mas também coletivas e memórias públicas. Lidar com o que o/a estudante aprende nas redes sociais, informações deturpadas e fatos sem qualquer fundamentação se constituem em grande desafio para o/a professor/a. A reflexão ocorre quando há uma mediação e a escola ainda é o lugar privilegiado para tal ação.

As aulas de História podem e devem ser espaços onde se reflitam sobre essas disputas de narrativas e a quem servem essas “verdades”, na maioria das vezes, sem embasamento e sem sustentação teóricos/metodológicos. Em tempos de pós-verdade, o parecer é mais importante do que o ser, e é preciso instrumentalizar os/as professores/as e estudantes para compreender criticamente esse fenômeno. Precisamos menos de influenciadores que se dizem experts e mais de experts que possam influenciar. Pesquisadores e cientistas podem e devem disseminar seus conhecimentos nas redes sociais e fincar bandeiras no vasto mundo cibernético. Para que o ensino de história em espaços formais e

não-formais contribua para o fortalecimento da democracia, existem algumas possibilidades de enfrentamento.

De acordo com Bauer (2021), dentre outras possibilidades, deve-se politizar o debate acerca do negacionismo, trazendo à tona projetos políticos beneficiados com determinadas narrativas históricas, bem como ocupar espaços, inclusive os cibernéticos, nunca deixando de lado as questões éticas que permeiam a nossa atuação e o rigor historiográfico.

A educação midiática, nesse sentido, é instrumento imprescindível e aliado da História, visto que é através das redes sociais que se disseminam simulacros e falsificações. Não se trata apenas de notícias falsas e negacionismos, trata-se também de como se comunica e como aquela notícia emociona. Estamos falando aqui de educação, mas também de Psicologia e de algoritmos.

Enquanto não se compreender como notícias esdrúxulas e narrativas falsificadas ganham amplas significações nas nossas escolas e com os nossos estudantes, estaremos nadando contra a maré. Mas, se utilizarmos de armas parecidas para promover conhecimento crítico e baseado em pesquisas sérias, talvez consigamos muito mais do que imaginamos: nesse caso, os dragões não são apenas moinhos de vento, mas lutaremos por causas que ainda não estão perdidas.

### 3. PATRIMÔNIOS DIFÍCEIS E ANTIMONUMENTOS: DOS CORPOS INSEPULTOS AOS MOVIMENTOS EM FAVOR DA MEMÓRIA

“Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.” (Maurice Hawlbwacs)

A Ditadura teve seu fim oficial em 1985, mas para algumas famílias ela permanece vigente, famílias essas que não encontraram os restos mortais de seus filhos e filhas, irmãos e irmãs, pais e mães, amigos e amigas, os quais não foram garantidos o direito à sepultura, numa demonstração de total crueldade por parte dos algozes, que se mantiveram livres e protegidos pela controversa Lei da Anistia, sancionada em agosto de 1979.

As violações dos direitos humanos foram uma prática sistemática no período de 1964 a 1985, os vinte e um anos em que vigorou no Brasil um regime de exceção, tendo como principais orquestradores as Forças Armadas, apoiadas por setores da sociedade e financiadas por empresários. Prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e tantas outras violações foram levadas à cabo por agentes públicos e com total aval do Estado, que forjava provas, se negava a fornecer informações às famílias e promovia medo e terror naqueles que ousavam contestar os seus métodos.

Após a Segunda Guerra Mundial, experiências das comissões da verdade e reconciliação foram estabelecidas em vários países, o que as colocam como uma experiência do século XX, e que tinham como objetivo preservar a memória das vítimas de atrocidades cometidas por governos e nações, esclarecer os fatos que não foram devidamente explicados e prevenir catástrofes e violações de direitos no futuro.

Na América Latina assolada por ditaduras militares financiadas por capital estrangeiro no contexto da Guerra Fria e apoiadas por empresários e outros setores, as experiências de Comissão da Verdade também se apresentaram como uma possibilidade de registrar e esclarecer para a sociedade, crimes que até o momento não foram resolvidos pelos agentes responsáveis, a fim de promover paralelamente uma discussão acerca das violações dos Direitos

Humanos no passado e no presente, e no caso brasileiro, quais os limites da Lei da Anistia, num país que ainda tem casos de desaparecidos políticos cujas circunstâncias jamais foram esclarecidas.

Neste capítulo, abordaremos o luto dos familiares dos mortos e desaparecidos na Ditadura, como o silêncio imposto pela Lei da Anistia foi cruel com essas famílias e como Monumentos em favor da memória são importantes fontes de resistência e um lembrete constante do que não se deve esquecer. Além disso, abordaremos brevemente o momento histórico inédito na história do país, quando militares ocupam o banco dos réus, após uma tentativa de golpe de estado ocorrida em 08 de janeiro de 2023.

### 3.1 O LUTO IMPOSSÍVEL: O LUTO SEM O CORPO E AS MANEIRAS POSSÍVEIS DE ELABORAÇÃO DA PERDA POR PARTE DOS FAMILIARES DOS DESAPARECIDOS NA DITADURA MILITAR.

Ainda que muito já tenha sido escrito acerca da Ditadura ainda há muito a se escrever, muito a se esclarecer e muito a se explicar. A partir de 1964, desaparecimentos de militantes começaram a acontecer e muitos desses desaparecimentos nem sequer foram registrados. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade confirmou, em seu relatório final, 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da Ditadura no Brasil. Entre essas pessoas, 210 estão desaparecidas. (Brasil, 2014)

É importante salientar que o termo “desaparecido” foi utilizado no “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil 1964-1985” para designar pessoas que foram presas ou morreram, mas que nunca foram reconhecidas oficialmente pelas autoridades governamentais como mortos. Foi o caso do deputado federal cassado e engenheiro, Rubens Paiva, que foi preso no dia 20 de janeiro, na capital fluminense. Paiva foi levado a um quartel do Exército na Tijuca, na Zona Norte do Rio, e no dia seguinte sua esposa Eunice Paiva e sua filha, Eliana, de apenas 15 anos, foram detidas para prestarem depoimentos. Eliana foi solta no dia 22 de janeiro, segundo conta em uma entrevista concedida a BBC.<sup>4</sup>

---

4. Entrevista concedida a Leandro Prazeres, repórter da BBC, em 28 de fevereiro de 2025 e atualizado em 3 de março, disponível no endereço ['Ainda Estou Aqui': a carta que expôs o caso Rubens Paiva ao mundo e](#)

Eunice Paiva continuou presa e Eliana precisou recorrer aos amigos da família em busca da libertação dos seus pais. O escritor Marcelo Rubens Paiva conta a história de sua família, especialmente da sua mãe, no livro “Ainda Estou Aqui” que, transformado em filme, com direção de Walter Salles e com Fernanda Torres fazendo o papel de Eunice Paiva, rendeu ao Brasil o seu primeiro Oscar.

Eliana relembra que, inicialmente, os seus avós paternos não queriam levar o caso a público e o seu avô imaginou que pudesse, através de suas relações, conseguir notícias do filho. Em meio a tantas indefinições, os amigos do casal decidiram agir e mobilizaram a imprensa internacional. Eliana Paiva escreveu uma carta relatando toda a situação, que foi publicada pelo The New York Times, em 02 de fevereiro de 1971. Na carta, ela afirmava: "Não sei onde estão meus pais e os quero de volta para mim e meus irmãos". No dia 12 de fevereiro, Eunice Paiva foi libertada, porém, de Rubens Paiva, as notícias que se tinham eram desencontradas, como é comum nos regimes de exceção. Eliana disse que já sentia que seu pai estava morto: “não me pergunte como (eu sabia). Eu não sei. Não sou espírita. Mas parece que havia uma coisa... foi como uma luz que se apaga".

Segundo o Relatório da Comissão da Verdade (2014), o ex-deputado foi morto logo depois de ser preso e torturado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército, no Rio de Janeiro. A versão oficial divulgada pelo Estado foi que militantes de esquerda haviam oferecido resgate e, após o recebimento, Rubens Paiva havia fugido. Somente em 1996, Eunice Paiva conseguiria o atestado de óbito, 25 anos depois do desaparecimento de seu marido. No dia 23 de janeiro de 2025, a certidão de óbito de Rubens Paiva foi corrigida. Diz o trecho do novo documento, emitido pelo Cartório da Sé, em São Paulo, conforme noticiou o site G1, do Grupo Globo:

Procedo a retificação para constar como causa da morte de RUBENS BEYRODT PAIVA, o seguinte: não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964 e para constar como atestante do óbito: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)<sup>5</sup>

---

[ajudou a soltar Eunice - BBC News Brasil](#)

5 Disponível em (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/01/23/certidao-de-obito-de-rubens-paiva-e-corrigida-em-sp-documento-informa-que-morte-foi-violenta-e-causada-pelo-estado-brasileiro.ghtml>)

Finalmente, o Estado reconhecia a responsabilidade na morte do ex-deputado, e embora ninguém tenha sido punido, abriu-se um precedente para que algumas questões fossem levantadas, as quais levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) à reabertura de discussões sobre a legalidade/validade da Lei da Anistia.

Tratar de fatos relacionadas ao desaparecimento de pessoas tendo como perpetrador o próprio Estado é uma das questões que levantam muitas outras, dentre as quais, questionamentos de cunho político, jurídico e psíquico. Iniciamos pelo próprio conceito e entendimento do termo “desaparecido”. Segundo Chiara Fustinoni (2016)

[...] o ‘desaparecido’ político é uma figura tórbida, produzida pela Ditadura Militar, como mais uma artimanha para a sua desculpabilização. Sem reconhecer a captura de militantes, o governo militar, na tentativa de construir acerca de sua atuação uma figura de ‘inocente’, cria o discurso de que os ‘desaparecidos’ sumiram deliberadamente (Fustinoni, 2016, p.47).

Ou seja, se não há o reconhecimento da captura de um militante, então não há o que se procurar, nem o que se encontrar. Ao utilizar o discurso de que o militante não estava sob a tutela do Estado, este não tinha obrigação para com a família, que padecia, em busca daqueles que se foram para nunca mais voltar. A falta de materialidade e a inexistência de um corpo condenou famílias inteiras a uma busca sem fim, impossibilitados de elaborar o seu luto e enterrar os seus mortos.

O desaparecimento não é um eufemismo, e sim uma alusão literal: uma pessoa que a partir de determinado momento desaparece, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou da sua morte. Não há corpo da vítima nem de delito. Podem existir testemunhas do sequestro e do suposições do posterior assassinato, mas não um corpo material que dê testemunho do acontecido (Calveiro, 2013, p. 39).

Esse foi o caso da família Santa Cruz. No livro “Onde está o meu filho?” escrito por Chico de Assis e mais cinco autores, é contada a saga da família, com enfoque na mãe, a dona Elzita Santa Cruz, na busca de Fernando, seu filho, que foi preso e desapareceu nos porões da Ditadura. Por meio de petições e tentativas de ajuda de pessoas influentes do Estado de Pernambuco, a mãe tentou manter a fé e buscou encontrar o seu filho, que desapareceu em 23 de

fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro, um sábado de carnaval, já no final do governo de Garrastazu Médici.

Fernando Santa Cruz Oliveira contava com 26 anos na época, era casado e tinha um filho pequeno. Também tinha emprego e residência fixa, o que desmontava o argumento dos militares que estavam prendendo “apenas” os considerados “subversivos”, envolvidos em guerrilhas e luta armada. Um argumento que servia para desumanizar, ao passo que colocar o Outro como inimigo a ser combatido e retirar a sua humanidade é uma tática dos regimes de exceção.

Dona Elzita percorreu quartéis, buscou a imprensa e rejeitou veementemente versões acerca do desaparecimento do seu filho. Questionou diretamente ao então Ministro da Justiça, Armando Falcão, onde estava Fernando, e não obteve resposta. Dona Elzita Santa Cruz faleceu aos 105 anos, em junho de 2019, após 45 anos de busca incansável pelo filho desaparecido. Dona Elzita sempre esperou por Fernando: não mudou de endereço e nem o seu número de telefone, conservou o quarto do seu filho e não teve, sequer, o direito de enterrá-lo.

Uma das táticas dos militares era justamente confundir as famílias: negavam prisões, forjavam confrontos e disseminavam narrativas falseadas. Fingiam, mentiam, enganavam e o objetivo era desmobilizar e constranger as famílias, desmoralizar os militantes e silenciar aqueles que buscavam os seus entes queridos. Sumir com os corpos fazia parte dessa tática, não eram incomuns relatos por parte dos agentes do estado, que militantes foram vistos em outros países ou mudaram de nome e identidade. A crueldade reside em não ter a certeza da morte.

A experiência do vazio e a incerteza mesclam a vida dos familiares. Aquele que se foi, mas está presente. Uma ausência sentida e chorada, mas sem o corpo, sem o ritual, sem o desfecho e perguntas que ecoam, tal qual a de D. Elzita: “onde está o corpo, o que aconteceu com o meu ente querido?”

O desaparecimento é interpretado por familiares e amigos como uma ruptura brutal e abrupta do processo de acompanhamento e compartilhamento da vida e da morte do ente querido. Essa situação, criada e mantida por uma estratégia estatal que instrumentaliza a dúvida (...) além de prolongar a incerteza do destino do militante (e posteriormente de seu corpo), gera terror e possibilita que o Estado e seus agentes criem versões sobre o desaparecimento com o fim de deslegitimar a memória dos perseguidos políticos (Ribeiro, 2017, p. 91).

A figura do “desaparecido político” nada mais é do que o resultado de uma política de extermínio. No Brasil, a partir de 1970 os DOI-Codis foram os locais onde as decisões sobre vida e morte eram tomadas. Desses locais, muitos nunca mais voltaram para casa. A partir de 1971, houve uma mudança do sistema DOI-Codi, em âmbito nacional: “a partir desse ano, proliferaram centros clandestinos de tortura e extermínio controlados pelo Exército, tais como a ‘Casa da Morte’, localizada em Petrópolis” (Teles; Calveiro, 2013, p.13). Com a figura do desaparecido vem à tona o inacabado, o que não teve desfecho, o filho que não foi sepultado, o pai que nunca chegou. É uma cisão na história coletiva e uma tragédia nas histórias familiares.

Fazia parte da manutenção dessa política de desaparecimento as informações desconstruídas, as dissimulações e as versões propagadas pelo Estado, que eram replicadas pela imprensa da época. Os próprios agentes do Estado confundiam os familiares e os lançavam em pistas falsas:

As versões policiais sobre estes assassinatos cometidos nos Doi-Codis e demais porões da ditadura procuravam distorcer os fatos e esconder os responsáveis por sequestro, torturas e assassinatos (...) A deliberação tomada pela cúpula das Forças Armadas foi a de eliminar aqueles considerados irrecuperáveis, de forma velada, sem chamar a atenção da sociedade. (Assis et al., 2012, p.78)

Nos espaços da ciência não foi diferente, como descreve John C. Dawsey, professor de Antropologia da USP, que prefaciou o livro *Relampejos do Passado*, de Amanda Brandão Ribeiro, ao afirmar que informações falsas ganhavam ali estatuto de verdade:

Ana Rosa, uma professora da Universidade de São Paulo, incinerada com o marido nos fornos da usina de Cambahyba, foi demitida, após o ocorrido, por ‘abandono de emprego’. Médicos-legistas de renome produziram laudos falsos. Mortes decorrentes de torturas eram oficializadas como ‘suicídios’, ‘atropelamentos’, ‘mortes em tentativa de fuga’, ‘mortes em tiroteio com órgãos de segurança’. Diante do pedido de *habeas corpus*, as respostas eram repetitivas: encontra-se foragido (Dawsey; Ribeiro, 2017, p. 13).

A partir de 1980, as buscas pelos militantes desaparecidos se tornaram mais intensas e sob o impulso da Caravana de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos da Guerrilha do Araguaia, formou-se a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. O

silêncio imposto às famílias começava a se dissipar, ainda que lentamente.

No ano de 1990, é descoberto no cemitério de Perus, em São Paulo, uma vala clandestina. Centro de uma reportagem de Caco Barcelos, com cobertura da mídia, no Cemitério de Perus foram encontradas ossadas que, posteriormente, identificaram alguns desaparecidos políticos. Infelizmente, muitas dificuldades institucionais dificultaram a identificação de mais pessoas.

Ribeiro (2017) afirma que o papel desempenhado pelas universidades públicas e seus médicos-legistas na demora das identificações das ossadas, bem como o impedimento da participação de uma equipe estrangeira no trabalho pode ser compreendido como uma ocultação técnico-científica dos corpos.

A morte é uma experiência que pode ser apropriada pela coletividade, de forma simbólica, porém, o morrer se inscreve numa experiência individual. Dito isso, as sociedades pautam a sua organização, em algum sentido, pela morte e pelo morrer (Lima, 2012) Dessa forma, a experiência de morte não é individual, mas ganha um sentido coletivo e social. Se não há corpo, nem ritual, há um deslocamento do sentido, o que impede o seu esquecimento, o que torna incompleta a elaboração de um luto: “O desaparecimento transforma o momento de passagem em estado permanente” (Ribeiro, 2017, p.18).

O luto, portanto, se torna impossível de ser elaborado na sua totalidade. Encontrar vias substitutas para elaboração desse luto é necessário para que a pessoa não se perca nesse vazio. Podemos observar que a luta dos familiares para elucidação dos crimes da ditadura se inscrevem nesse lugar, o lugar de elaboração simbólica. É importante a compreensão de que a busca dos esclarecimentos das mortes e o julgamento dos perpetradores estão intimamente ligados ao processo de elaboração do luto dos familiares. O silêncio imposto aniquila as famílias que não tem como saber dos seus entes,

A ausência do corpo gera um espaço aberto por não poder se fixar a morte em um locus específico. A consequência mais direta é a falta do túmulo, um lugar onde renovar o ritual de lembrança, amarrar a história desse indivíduo e deixar as marcas necessárias para o futuro na sepultura (Ribeiro, 2017 p.. 127).

A falta do corpo diluiu as formas de reconhecimento da morte do ente querido e na mesma família pode-se observar momentos diversos de constatação da morte. Não se tem algo

único, um ritual onde todos se reúnem e que abarca a dor e a perda comum. O desaparecido morre simbolicamente muitas vezes no seio familiar, da mesma forma que permanece vivo diante da esperança de um dia retornar. O luto, às vezes, torna-se transgeracional. Na impossibilidade de se sepultar o corpo, a memória daquele ente, que “está”, mas ao mesmo tempo “não está”, impacta as gerações futuras. São aquelas situações familiares não resolvidas, o que não se conclui, o que faz com que sentimentos diversos surjam nesse processo, desde alívio até a culpa.

O passado que não passou ainda ressoa na nossa jovem democracia: até os dias atuais ainda há uma luta pela localização desses corpos desaparecidos, porém o tempo, esse deus que tudo consome, também leva para o túmulo assassinos e familiares, bem como segredos que nunca serão revelados. Muitos já se foram sem saber o que aconteceu com os seus entes queridos. Não houve punição e os esforços para se descobrir o paradeiro dos corpos não foram suficientes. Porém, as famílias não desistiram.

Foi no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e após muitas pressões por parte dos familiares e de grupos da sociedade civil e órgãos internacionais, que a Lei nº 9.140/95, a Lei dos Desaparecidos Políticos, foi aprovada. Esta lei se constituiu como uma vitória dos familiares que tiveram os restos mortais de seus entes queridos ocultados por agentes do estado brasileiro ao “Reconhecer como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979” (Brasil, 1995).

Importante destacar que, embora a lei 9.140/95 se constituiu num avanço na busca pela memória e justiça dos desaparecidos, ela foi alvo de críticas diante do seu teor, especialmente quando delega aos familiares o ônus da comprovação de suas denúncias, retirando do governo a responsabilidade de apuração das circunstâncias. Essa Lei, desde o seu projeto, também sofreu forte oposição de alguns grupos, especialmente grupos ligados ao militarismo.

É incontestável a importância da Lei 9.140/95, especialmente porque chamou a atenção da sociedade para a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos na Ditadura e abriu caminho para muitas outras discussões acerca da responsabilização do Estado, bem como da contestação da validade da Lei da Anistia. Se ela alcançou parcialmente o seu propósito, por outro lado, muitos familiares continuaram sem respostas.

Os aspectos subjetivos relacionados à perda de entes queridos e a não elaboração do luto

de forma adequada não podem ser desconsiderados. Silva e Féres-Carneiro (2012, p.66) afirmam que “esses eventos traumáticos são como uma fratura do tecido grupal familiar e comunitário, uma implosão catastrófica da própria identidade comunitária” e que podem ser transmitidas para outras gerações, como um vazio, uma cisão, naquela família, grupo e comunidade. O impacto dos mortos sem sepultura se inscreve numa experiência do vazio, numa impossibilidade de conclusão de várias histórias.

Após 27 anos do fim da ditadura empresarial militar instaurou-se no Brasil a CNV - Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2014, durante o governo da primeira e única mulher a assumir a presidência do Brasil, Dilma Rousseff, ela própria, uma militante política torturada nos porões da ditadura. Dilma foi eleita em 2010 e reeleita em 2014, porém não terminou o seu mandato, visto que um processo de impeachment a destituiu do seu cargo, ocupado pelo seu vice-presidente, Michel Temer (Ribeiro, 2017, p. 33).

A Lei nº 12.528 criou a Comissão Nacional da Verdade e tinha a “finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (Brasil, 2011) A CNV aparece como uma providência do governo na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA - Organização dos Estados Americanos, quando o Brasil foi condenado no caso “Gomes Lund e outros”<sup>6</sup>, (Guerrilha do Araguaia), pela desaparecimento forçada de pelo menos 70 militantes e camponeses, no período de 1972 a 1974, dentre os quais, a conquistense Dinaelza Santana Coqueiro e seu esposo Vandick Reidner Pereira Coqueiro.

Dentre as resoluções que constam na sentença, destaca-se a obrigação do Brasil de “investigar, processar e punir graves violações de direitos humanos” além de “julgar e, se for o caso, punir os responsáveis, e de determinar o paradeiro das vítimas” (CIDH, 2010). Porém, a sentença se depara com um obstáculo: a Lei da Anistia (nº 6.683/79), cujo perdão abrange os agentes do Estado que cometeram crimes como homicídio, tortura, violência sexual, bem como desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres (Ribeiro, 2017, p. 35).

A Lei da Anistia se constituiu e se constitui num mecanismo de impunidade, pois todos aqueles que cometeram crimes considerados hediondos no período ditatorial continuaram sem pagar por eles. Além disso, Carlos Fico (2012) nos lembra que os militares não reconheceram a

---

6 Disponível em [https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)

culpa pelos crimes na ditadura, esse reconhecimento ficou à cargo do Estado. Dessa forma, sendo o “Estado” um conceito abstrato, podemos presumir que essa estratégia despersonalizou as responsabilidades, assim como parece ter sido uma estratégia a despersonalização dos torturados por parte dos militares

A responsabilização, nesse sentido, quando à cargo do “estado”, adentra o campo do simbólico sem nomear aqueles que foram o meio para torturas, desaparecimentos e mortes. Pilar Calveiro afirma que “o dispositivo desaparecedor de pessoas e de corpos inclui, através da fragmentação e da burocratização, mecanismos para diluir a responsabilidade, igualá-la e, em última instância, fazer com que ela desapareça”(Calveiro, 2013, p.52)

É fato que as Forças Armadas e seus membros jamais reconheceram a responsabilidade por essa política desaparecedora. Argumentos que lançam a responsabilidade para o Estado ao assumir que o poder burocrático assassinava não são difíceis de serem encontrados nos livros e entrevistas sobre o período. O não-falar, nesse sentido, aparece como uma resposta social, uma impossibilidade de admissão de culpa pelos agentes do Estado:

Com a negação da abertura dos arquivos militares e a impossibilidade de julgamentos dos atos de tortura e desaparecimento, impede-se a reparação, produzindo uma memória oca com a impossibilidade de uma memória psíquica na história da família (Silva e Féres-Carneiro, 2012 p. 66-67).

Também jamais reconheceram suas responsabilidades profissionais médicos e de profissionais de outras profissões, inclusive da área “psi” que participaram de forma ativa dos processos de tortura e desaparecimentos de militantes.

Destaco aqui um livro impressionante de Cecília Coimbra, intitulado “Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil dos ‘milagres’”, publicado no ano de 1995. Neste livro, Coimbra discorre sobre Amílcar Lobo, médico militar e psicanalista que servia no DOI-CODI, Rio de Janeiro e na “Casa da Morte”, em Petrópolis. Até o ano de 1974, o médico Amílcar Lobo assistiu pessoas antes, durante e depois dos procedimentos de tortura. Denúncias contra Lobo foram feitas por Helena Besserman Viana, psicanalista que atuava no Rio de Janeiro e que teve coragem de, em 1973, levar esse caso à França, Espanha, Canadá e Estados Unidos.

Porém, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro - SPRJ defendeu o médico e psicanalista Amílcar Lobo perante a *International Psychoanalytical Association* (IPA), entidade

fundada pelo próprio Freud, a qual a SPRJ era associada. Essa defesa conta, inclusive, com uma testemunha de peso: o comandante do I Exército, Sílvio Frota, um dos nomes mais cruéis da Ditadura brasileira, e que na defesa do seu subordinado afirma a humanidade e a dignidade com que Lobo cuidava dos seus “pacientes”, presos no DOI-CODI/RJ.

A perseguição a qual a psicanalista Helena Besserman passou a sofrer foi inclemente, inclusive nos meios das entidades psicanalíticas nacionais e na IPA, que via na denúncia de Helena uma forma de calúnia contra o seu colega. Porém, resistências dentro da SPRJ já tomavam forma e Lobo pediu o seu afastamento da entidade, não sem antes ameaçar Besserman pessoalmente, na ocasião de um Congresso no Rio de Janeiro.

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ), no ano de 1988, caçou o direito de Amílcar Lobo de exercer a sua profissão, mas, lamentavelmente, neste ano o Conselho Federal de Medicina não ratificou a decisão. Porém, segundo o jornal Folha de São Paulo, em matéria publicada em 23 de agosto de 1997<sup>7</sup>, no ano seguinte, portanto, 1989, o CFM confirmou a cassação do registro de médico de Lobo, sob a acusação de envolvimento com tortura. Na mesma edição, o jornal confirma a morte do médico aos 58 anos de idade e o fato de ele nunca ter confessado nenhuma tortura, embora admitisse ter examinado os presos após as sessões, incluindo o deputado cassado Rubens Paiva.

Amílcar Lobo agia juntamente com seus colegas militares para o que Calveiro (2013) chama de “produzir a quebra do sujeito”. Era preciso utilizar todos os meios para se obter informações e arrancar confissões com a finalidade de exterminar os “inimigos”, e a psicanálise, nesse sentido, esteve à serviço da tortura. Corpos e mentes eram destruídos, na certeza de que o “outro”, enquanto um inimigo a ser combatido tem menor valor, portanto, o símbolo do “subversivo” é a total negação da humanidade da vítima.

Lobo ficou conhecido dentro dos meios militares como “Dr. Cordeiro”, o que nos renderia muitas horas de debates psicanalíticos diante de apelido tão peculiar para as funções as quais ele era investido. Como Calveiro (2013), nós fazemos o questionamento: “Qual poderia ser a lógica da presença de um médico nessas circunstâncias? (...) provavelmente, tinham o papel de criar certo sentido de humanidade, mantendo o homem em condições relativamente aceitáveis até a morte” (p.83).

Essa era uma lógica contraditória, mas muitas são as inconsistências e os antagonismos

---

7 Disponível em [Folha de S.Paulo - Médico Amílcar Lobo morre aos 58 no Rio - 23/8/1997](#)

de um regime de exceção, e a participação de psicólogos, psicanalistas e médicos, profissões associadas à preservação da vida física e psíquica, estão registradas, lamentavelmente, nos depoimentos dos que escaparam com vida. Muitos morreram e desapareceram com a colaboração desses profissionais.

Ao falarmos sobre desaparecimentos, nos deparamos com a ausência do corpo, e a ausência de rituais de morte. Padre (2020) afirma que a Ditadura utilizou-se da máxima “se não há corpo não há crime”, mas pode-se acrescentar que “se não há corpo não há luto”, pois quando o Estado impede a ritualização da morte através dos atos fúnebres, nega a sepultura, que é um marco de referência da memória, onde os entes queridos rememoram aquele que já partiu. Nesse sentido, “o corpo negado tem por consequência o luto impedido.” (Padre, 2020, p. 28)

Imber-Black (1998) afirma que todos os povos conhecidos ritualizam os seus mortos, o que nos leva à conclusão de que para os sobreviventes e familiares, resta o não concluído, ambiguidades e sempre o sentimento do inacabado, impossibilitado pela concretização da perda definitiva. Os sentimentos são contraditórios porque

Não se pode dizer com segurança se o ser amado está vivo ou morto, recuperando-se ou morrendo, presente ou ausente. Não só falta informação sobre o paradeiro da pessoa, mas tampouco existe a constatação oficial de uma perda: não há certidão de óbito, nem funeral, nem corpo e nem algo a enterrar (Boss, 2001, p.19).

Diante disso, familiares e amigos sofrem de uma espera infinitamente dolorosa. Não saber o que ocorreu com o seu ente querido os lançam num limbo, onde negações e esperanças coexistem. Casellato (2015) afirma que diversas pesquisas apontam que o desaparecimento de uma pessoa querida é um dos acontecimentos mais traumáticos que podem ocorrer a uma família e em todas essas pesquisas, é demonstrado que a ausência do corpo, bem como a falta de informações são complicadores da saúde física, psíquica e social dos envolvidos: “Os sentimentos encontrados nessa população são os mesmos descritos em casos de luto por morte, porém agravados pela incerteza” (Casellato, 2015, p. 132).

Os familiares que sofrem com a falta do corpo do seu ente querido oscilam entre o que é racional, e portanto, considerado lógico e o irracional, o que muitas vezes, se inscreve no campo da dúvida, do desejo, da esperança de que se ente querido esteja vivo em algum lugar. Padre (2020) ao estudar o caso Dinaelza Coqueiro e entrevistar os seus familiares observa a

ambiguidade, o oscilar entre a certeza e a esperança: “a falta do corpo e de informações precisas sobre a morte de Dinaelza torna possível essa ambiguidade de pensamentos para os seus familiares.” (p. 23)

A prática sistemática de desaparecer com os corpos se intensificou no período mais repressivo da ditadura, especialmente após o Ato Institucional nº 5. O exemplo mais emblemático refere-se à Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência ao regime, que foi sediado na região amazônica, ao longo do Rio Araguaia e foi um movimento “de resistência armada organizado pelos membros do Partido Comunista do Brasil - PCB (...) entre os anos de 1972 a 1974.” (Sousa, 2019) Formado por cerca de 70 combatentes, estes foram dizimados pelos militares, que desapareceram com seus corpos.

Até os dias atuais não se sabe o que aconteceu com os militantes desaparecidos. Segundo edição do Jornal Folha de São Paulo<sup>8</sup> de 12 de janeiro de 2025 em reportagem de Fernando Granato, intitulada “Operação Limpeza apagou rastros de massacre no Araguaia há 50 anos” ocorreu que,

entre os dias 1º e 10 de janeiro de 1975 cerca 50 corpos foram desenterrados nas matas do Araguaia e transportados em sacos pretos de plástico nas aeronaves. O cheiro era perturbador. Os pilotos colocavam algodão com perfume nas máscaras, para aguentar. Voavam até a serra das Andorinhas, no sul do Pará, e, ali, os agentes do Exército, à paisana, colocavam os corpos misturados a pneus e atearam fogo (Jornal Folha de São Paulo, 2025)

Todas essas informações foram relatadas pelo Coronel da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, no âmbito do processo investigatório nº 1.23.001.000018/2014-5, do Ministério Público Federal - MPF, sobre a ocultação de cadáveres por parte do Exército durante a Guerrilha do Araguaia. Ainda segundo a Folha, o depoimento do coronel se refere à “Operação Limpeza”, ocorrida há 50 anos, com o objetivo de ocultar os corpos dos guerrilheiros e qualquer tipo de prova contra o Exército.

O depoimento do Coronel Pedro Corrêa Cabral faz parte da ação que obrigou a União a abrir seus arquivos e apresentar documentos referentes ao Araguaia no ano de 2003, incluindo a localização das sepulturas dos militantes. Porém, essa decisão nunca foi cumprida, visto que o argumento jurídico para tal se assenta na Lei da Anistia.

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/01/operacao-limpeza-apagou-rastros-de-massacre-no-araguaia-ha-50-anos.shtml>

No dia 15 de dezembro de 2024, Flávio Dino, ministro do STF e relator de um recurso impetrado pelo MPF (Ministério Público Federal) ao STF (Supremo Tribunal Federal) propôs a discussão da Lei da Anistia a “crimes permanentes”, em que a ação se prolonga no tempo, como é o caso de ocultação de cadáveres.

Necessário salientar que ações como essas, de investigação e tentativa de punição são relevantes para que haja uma tentativa de reparação e elaboração simbólica desse luto por parte das famílias. Na impossibilidade de se utilizar de rituais de morte, o símbolo ganha força, pois a impunidade, ao atravessar o sujeito, causa sentimentos de desamparo, desesperança e falta de proteção, bem como um intenso sofrimento psíquico. Por isso que a atuação com outras famílias por meio da luta coletiva pode funcionar como uma forma de elaboração desse luto. É o que afirma Fustinoni (2016) quando diz que é possível que haja a elaboração do luto quando as famílias conseguem substituir simbolicamente o corpo real morto por um corpo ideal, internalizando, dessa maneira, a sua perda.

Nos dias atuais, as discussões acerca da Ditadura e suas ressonâncias sobre o presente ainda são objeto de muitas discussões. Os graves atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023, cujas penas aos perpetradores estão sendo discutidas atualmente no Supremo Tribunal Federal, são a prova de que o passado ainda se mantém presente e que consolidar uma democracia sob corpos sem sepultura nos lança a tramas onde o passado ressurgiu falseado, resultado de uma política de apagamento levado à cabo pelo Estado e pelos militares.

### 3.2 ANTIMONUMENTOS: LUGARES DE MEMÓRIAS DIFÍCEIS

Diante da ideia de “lembrar para que não se repita”, movimentos em favor da memória em diversas partes do mundo foram surgindo, de acordo com os acontecimentos históricos ocorridos nas realidades e contextos de seus países, e dentre essas ações, destacamos a construção de monumentos, a fim de que se constituíssem em uma lembrança constante das violações de direitos humanos bem como uma forma de protesto diante de atrocidades que jamais deveriam se repetir.

Os testemunhos passaram, portanto, a ter grande importância para as sociedades. As histórias dos sobreviventes são de extrema relevância para o conhecimento e elaboração de traumas individuais e coletivos que assolam as nações mundo afora. Será esse o chamado

“dever de memória”, evidenciado na obra de Primo Levi? Contar essas experiências traumáticas para as gerações futuras parecia ser uma espécie de missão para esse químico e escritor italiano e de origem judaica, que passou um ano (entre 1944 e 1945) num campo de concentração.

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de pulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. (Levi, 1988, p.7).

Porém, entendemos que não é tão simples essa relação entre memória e esquecimento, e mais ainda, o que é permitido lembrar e o que é permitido esquecer diante de sociedades que forjam e falseiam memórias, que utilizam narrativas como simulacros e vendem ideias de um grupo dominante como verdades, especialmente, após a emergência das redes sociais.

No contexto brasileiro pós-ditadura foram sendo construídos em várias cidades patrimônios que tinham como objetivo denunciar as violências praticadas pelo Estado, ao mesmo tempo em que se buscava reparação e esforços para a elaboração de lutos:

Em período posterior, uma das formas encontradas pelos sobreviventes e familiares de torturados, assassinados ou desaparecidos, e também ativistas de Direitos Humanos - para, a um só tempo, denunciar as violências perpetradas, ativar a memória de suas lutas e sacrifícios, reivindicar reparação - foi a construção, em espaço público urbano, de antimonumentos (um tipo *sui generis* de monumento que surge após a Segunda Guerra Mundial, a propósito do Holocausto) (Tavares; Dias, 2023, p. 3 )

Nesse sentido, os patrimônios são necessários para que haja uma rememoração da história coletiva e tentativas de reparação e elaboração de traumas e violências. Mas, que não nos enganemos: não há uma certeza da elaboração desses traumas e nem uma segurança da superação de dores. Porém, Ricouer (2007) compreende que testemunhos tornam-se mais potentes ao passo que caminham juntamente com as possibilidades de reparação e busca por justiça. Dessa forma, entendemos os patrimônios que contam histórias difíceis imbuídos também dessas funções.

Os patrimônios que materializam as chamadas memórias difíceis tem a função de lembrar o que a sociedade não pode esquecer, além de incomodar, trazer à luz reflexões facilmente esquecidas nas esquinas do tempo. Tavares afirma que no Brasil existem oito

artefatos, construídos entre 1993 e 2015, em várias regiões do país, mapeados para a sua pesquisa de doutorado intitulada “Memória e Antimonumento: As Memórias Erigidas Contra a Ditadura Militar no Brasil (1993-2015)”. Dentre esses antimonumentos, encontra-se o nomeado “Aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos Políticos Vítimas da Ditadura Militar”, sobre o qual analisaremos mais detidamente no momento oportuno.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) define monumento como:

Um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Existem monumentos construídos especialmente para celebrar ou relembrar algum episódio, momento ou personagem de nossa história, criados por arquitetos, escultores, artistas (...) Outros são remanescentes do passado, que sobreviveram ao tempo, e que são consagrados pela sociedade como símbolos coletivos, e como referências da memória de um povo. (Brasil, 1999 )

Portanto, a função do monumento como testemunho, também aparece na definição do IPHAN, embora utilizada no seu sentido usual e comum: o monumento como uma comemoração, uma homenagem, uma referência dos grandes feitos e dos grandes homens. De fato, o conceito de monumento como local de resistência e denúncia de violação de direitos e violências, não é explorado no Guia de Educação Patrimonial do IPHAN.

Segundo Seligman-Silva (2016), o fenômeno dos antimonumentos surgiu no final do século XX como uma maneira de lidar com a violência de estado através da arte, como no caso do nazismo e das ditaduras latino-americanas:

Sobretudo no contexto do processo de memorialização de Auschwitz, que se desenvolveu uma estética do que se tornou conhecido como antimonumento, que, de certa maneira, funde a tradição do monumento com a da comemoração fúnebre. Desse modo, o sentido heroico do monumento é totalmente modificado e deslocado para um local de lembrança (na chave da admoestação) da violência e de homenagem aos mortos. (Seligman-Silva, 2016, p.50)

Os antimonumentos, portanto, estão voltados aos mortos, às denúncias, às questões incômodas das sociedades. Podemos dizer que eles exercem uma dupla função: relembrar e denunciar. Ao mesmo tempo, aproxima simbolicamente a sociedade dos seus mortos. Reter e

processar ligações com o objeto perdido é imprescindível para a constituição mental de indivíduos e comunidades, embora, a forma de elaboração desses lutos seja realizada de formas diversas. Podemos, portanto, traçar uma linha entre o surgimento dos antimonumentos e a psicanálise, diante do que Seligman-Silva entende como “teorização do trauma”.

Os antimonumentos, portanto, se inscrevem no campo do simbólico, daquilo que passou, mas não é passado, das situações traumáticas que escapam do seu tempo e vem nos lembrar que a ameaça de atrocidades está sempre presente. O testemunho é sempre um recorte, mas esse recorte pode ser poderoso, no sentido que fala onde não há palavras, onde silêncios foram impostos e onde corpos ainda se fazem ausentes.

Discussões sobre o papel da memória pululam na historiografia, mas neste trabalho não constitui nosso objetivo esmiuçá-las. Ao recusar uma visão ingênua da memória também nos estudos sobre o trauma, pretendemos, como Le Goff (1992), compreender que “A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir.” Diante disso, os antimonumentos se apresentam como vozes ressurgidas dos mundos dos mortos, gritando ainda que em silêncio, nas praças das cidades, os tantos nomes esquecidos pelo seu próprio povo.

Diante de um passado que não passou, a memória exerce a sua função nesse “breve século XX” recheado de acontecimentos políticos e culturais que permanecem num *continuum*, um passado como parte do presente (Hobsbawn, 2006). O século XXI nasceu sobre os escombros da Era dos Extremos e parece não querer/conseguir se reconstruir.

Seligman-Silva (2016) nos lembra que há uma tentativa de literalidade quando se busca inscrever as memórias do trauma, e essa tentativa tende a não deixar espaço para o simbólico e é aí que se inscreve o antimonumento e o testemunho: “O testemunho e o antimonumento procuram quebrar essa literalidade e abrir um espaço para a simbolização”(p.51). Para além disso, no antimonumento, há um sentido oposto à musealização (entendido no sentido de guardar, encapsular o passado); ao ganharem o espaço público, trazem à tona sentimentos contraditórios e diversos, levantam questionamentos, causam simpatias e desconfortos.

Talvez, não falte à sociedade a memória em si, mas o desejo de lembrar-se. É sempre mais confortável se convencer que o passado nada significa e que o presente é que deve ser venerado: “é preciso esquecer, olhar pra frente”, eles dizem. Acontece que as histórias estão sempre à espreita, especialmente aquelas que não tiveram o seu desfecho. Ninguém abandona as ilusões pela porta da frente, nem mesmo as nações. Fatalmente, esqueletos cairão dos armários

quando portas mal fechadas sucumbem diante do seu próprio peso.

Essa deve ser uma das razões pelas quais em pleno 2025 ainda se discutem questões como anistia àqueles que atentaram contra a democracia nos recentes atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023. A História se repetindo como farsa não deixa de ser uma grande tragédia.

### 3.3 FLORES ESQUECIDAS NO JARDIM DAS BORBOLETAS: O MONUMENTO AOS MORTOS E DESAPARECIDOS BAIANOS NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Muito se tem falado nos últimos tempos, ainda que em meios restritos como universidades e escolas, sobre o lugar da memória, os monumentos e a história que eles contam. Talvez estejamos vivendo em um tempo de tanta fluidez, “tempos líquidos”, na expressão utilizada por Bauman, que, contraditoriamente, estejamos em busca de locais de permanência, aqueles que contrapõem a velocidade das coisas, que possam nos fazer lembrar ou mesmo não nos deixar esquecer.

Walter Benjamin afirma, na sua obra “O Narrador”, que a morte desperta a narrativa, porém, não contrariando o escritor, entendemos que não basta despertar a narrativa, mas fazê-la perpétua no tempo. A morte biológica nos leva a vida e os afetos, mas é a memória, essa musa, que nos permite ver o passado distante e reconhecer na vida/morte do outro, a história de uma comunidade, de uma sociedade, do que nos constitui como humanidade.

Le Goff entende o patrimônio como algo que está situado entre a História e a Memória. Essa materialização característica do patrimônio não é realizada sem disputas ideológicas e de narrativas, visto que não há neutralidade política nas ações dos homens na História. E é dessa “estética da catástrofe” que várias formas de arte como a literatura, a arte plástica, a pintura e a música fazem emergir nos indivíduos e sociedades dores e lutos, bem como outros sentimentos contraditórios:

As catástrofes produzem uma estética cuja característica é a elevação dos sentimentos, do respeito, da seriedade e do silêncio, enfim uma estética do sublime. No entanto, quase sempre, paralelamente aparece também uma estética do grotesco, marcada pelo

desrespeito, pelos sentimentos baixos e pelo riso. (Oliveira, 2008, p.39)

Após o fim da Ditadura Empresarial Militar, monumentos que denunciavam as violações de direitos humanos no período passaram a fazer parte da paisagem urbana de algumas cidades, dentre elas, Vitória da Conquista, na Bahia. O monumento aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos Políticos Vítimas da Ditadura Militar se constitui como um antimonumento, no sentido que, segundo Tavares e Dias (2023) “o objetivo dos antimonumentos deveria ser fazer-nos contemplar a dolorosa presença do passado no presente, de forma ativa e participativa, e não como meros espectadores” (p.06). A cidade passa a ser também um espaço de luto e rememoração.

Nesse contexto, em Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, uma cidade reconhecidamente de forte resistência à Ditadura, um monumento se ergue aos pés da Igreja Nossa Senhora das Vitórias, na Praça Tancredo Neves,

A ideia para a construção de um antimonumento em Vitória da Conquista pode ser vinculada às práticas de memorialização que se sucedem no país, em período posterior ao governo ditatorial. Essas práticas se estruturaram a partir de um movimento reivindicatório (como já foi mencionado - familiares dos torturados, mortos, desaparecidos políticos; dos sobreviventes; de ativista de direitos humanos) que buscava responsabilizar o Governo brasileiro, preservar a memória dos atingidos pela violência e da própria luta contra a ditadura, denunciar os crimes ocorridos no período (Tavares;Dias, 2023, p. 9).

Ainda segundo Tavares e Dias (2023), o primeiro monumento/antimonumento dessa natureza a ser erigido no Brasil foi o “Tortura Nunca Mais”, em Recife, capital de Pernambuco, em 27 de agosto de 1993. A partir daí, outras obras foram surgindo no Brasil, como foi o caso do monumento/antimonumento de Vitória da Conquista, objeto de nosso estudo. A Romeu Ferreira, com supervisão de Ana Palmira Casimiro, coube a arte do Monumento, que foi erigido na Praça Tancredo Neves, bem no coração da cidade, e inaugurado em 09 de julho de 1998, por iniciativa do Grupo Labor - Assessoria, Documentação e Pesquisa.

Romeu Ferreira Filho me recebeu em sua casa, na cidade de Vitória da Conquista, no dia 21 de janeiro de 2025, uma quente tarde de verão, para uma entrevista que se revelaria mais do que isso, pois me sentindo maravilhada diante da grandiosidade de sua obra, exposta na sala da aconchegante casa, compreendi o privilégio de estar frente à frente com aquele que me

contaria a história do monumento da Praça Tancredo Neves.

Nascido no município de Itapetinga, no dia 04 de abril de 1952, Romeu veio muito pequeno para Vitória da Conquista. Filho de Romeu Ferreira de Melo e D. Maria dos Santos Melo, Romeu tem dois irmãos, é pai de quatro filhos e casado com Margarida Borges de Souza Ferreira. Além disso, é um feliz avô de quatro netos.

Romeu conta que “por ser autodidata, minha mãe dizia que eu só andava riscando o chão, desenhando”, o que revela, desde pequeno, a sua habilidade como artista. Graduado em Estudos Sociais e História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, como ele mesmo relata, sempre precisando trabalhar e estudar, não pôde sair da cidade de Vitória da Conquista para estudar arte, mas foi pesquisando, buscando informações, que ele encontrou, de fato, o seu caminho como artista.

Romeu retrata o seu povo, retrata o sertão, e as suas obras são sempre carregadas de um teor social muito forte: “essa coisa de pintar o sertão, pintar o Nordeste, tem muito a ver comigo mesmo (...) minha mãe é de Feira de Santana, meu pai de Pernambuco, eu nasci na Bahia, mas o sangue de sertanejo, de nordestino me tocou muito, essa ideia de ver o sol se pondo na caatinga, aquele vermelho (...) o cinza na época da seca, mas tem sempre aquele sol brilhante, aquele sol avermelhado.”

Ao revelar que gosta de “trabalhar sobre gente, sobretudo com gente sofrida, como uma denúncia”, compreendemos um dos porquês de Romeu Ferreira estar envolvido no projeto que resultou no monumento da Praça Tancredo Neves. Ao afirmar a arte como denúncia, Romeu Ferreira se posiciona e, conseqüentemente, posiciona a sua arte contra diversas formas de opressão, pois nenhuma expressão de arte é neutra.

Sobre o Monumento aos 27 Mortos e Desaparecidos Baianos, Romeu relata que Ana Palmira, juntamente com o Grupo Labor (o qual participava, dentre outros, o professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Belarmino Sousa e o professor do curso de Direito também da UESB e advogado, Ruy Medeiros), juntamente com outros grupos políticos e sindicatos, decidiram por fazer essa homenagem póstuma aos baianos que foram mortos ou desapareceram no período da Ditadura Militar brasileira: “e aí Ana Palmira teve a ideia de fazer o monumento e me chamou para desenhar, eu que desenhei o monumento” e Romeu continuou, ao ser questionado como surgiu a ideia do desenho: “O monumento, quando eu segui essa proposta de desenhar o monumento, o Grupo Labor foi quem

me convidou, a Adusb (Associação dos docentes da UESB) também participou da escolha, as associações contribuíram monetariamente para a construção do monumento. Aí Ruy (Ruy Medeiros, advogado e historiador) me convidou, Ana Palmira falou comigo e eu fui desenhar (...) por ser um grupo político, na época eram tidos como se fossem comunistas, nem todo mundo era comunista, era de esquerda, aí o que eu fiz, nesse monumento, que eu vou lhe mostrar depois, tem uma foice e tem um martelo, eu deixei isso realmente escondido, porque imagine no período de Bolsonaro se tivesse isso lá”.

A primeira versão do antimonumento foi feita com duas pedras de granito vazado, mas Romeu relata que as pessoas passaram a entrar para tirar fotografias e em uma dessas situações, uma moça forçou a pedra, que se quebrou, inclusive caindo em cima da perna dela. Percebe-se, nesse episódio, o desconhecimento da simbologia do monumento por parte da comunidade e da arte como forma de protesto e de denúncia de crimes contra a humanidade.

Romeu continua: “Quebrou e aí já foi a prefeitura que mandou refazer, mas já feito com alvenaria depois e com aquela placa (...) já é a segunda versão do monumento, só que tive que fazer o desenho novamente, mas o outro era muito mais importante, porque o outro teve a participação dos trabalhadores, de outros trabalhadores, da marmoaria, entendeu?”

Para além disso, uma das placas que continham os dados do monumento e que era feita de bronze, desapareceu no meio da reforma. Romeu Ferreira conta que apelou para a prefeitura para refazer a placa, não foi atendido e ele, com o seu próprio dinheiro, mandou fazer uma nova placa.

Ao ser questionado sobre os seus sentimentos acerca do antimonumento, Romeu Ferreira afirma que para ele “foi um prazer muito grande fazer aquele antimonumento, porque uma participação política, de luta política, em homenagem a uma coisa que a gente não pode deixar morrer, essa memória, não pode deixar morrer, porque há dois anos atrás tentaram um novo golpe e esse golpe iria se transformar em que? Em ditadura...”

Ao pensar sobre o homem vazado, Romeu afirma que como seria uma lápide, tentou fazer sua arte representando todos os que sucumbiram na Ditadura, a presença na ausência: “uma coisa que não está ali, mas que está ao mesmo tempo (...) ao mesmo tempo coloquei a foice e o martelo.” O artista ainda revelou que utilizou a obra “Guernica”, que retrata a Guerra Civil Espanhola, do pintor Pablo Picasso, como uma das suas inspirações.

É curioso observar a localização do antimonumento em Vitória da Conquista: no

coração da cidade, na Praça Tancredo Neves, antiga Praça das Borboletas e defronte à Catedral Nossa Senhora das Vitórias. Em meio às rosas e à exuberante vegetação de uma das praças mais belas do Brasil, vemos ali aquele Monumento que, paradoxalmente, destoava da paisagem, mas que, ao mesmo tempo, parece estar incorporado neste lugar, como um lembrete incomodo para uns, enquanto para outros, é mais um monumento indiferente: “Foi o espaço que a prefeitura autorizou, na época, que colocasse ali naquele espaço (...) passou a ser uma coisa pública, que devia ter mais cuidado, mas não tem (...) as pessoas não sabem o que significa.”, de acordo com o artista.

Sobre esse espaço na Praça Tancredo Neves, o professor Ruy Medeiros, em entrevista concedida no dia 17 de setembro do ano de 2025, afirmou que “foi uma ousadia (...) na principal praça da cidade, na praça mais antiga, de frente a Catedral, isso foi muito marcante, até hoje está lá, pelo menos a memória e aqueles nomes que dizem muito (...) uns ali que dizem muito, como Rosalindo Souza, amigo pessoal, Reidner Coqueiro, amigo pessoal, companheiro de Dinaelza (...) um colega de faculdade que tá lá também (...) a biografia de alguns me marcaram muito, a exemplo de Péricles Gusmão Régis, também está ali, de Dinaelza e de Mário Alves, que foi deputado Constituinte na Bahia e que foi uma figura que sempre me impressionou muito.”

Em uma das dependências do seu amplo escritório na Rua dos Fonecas, no Centro da cidade de Vitória da Conquista, o professor Ruy Medeiros me recebeu com a sua habitual elegância e cavalheirismo. Diante de uma grande janela de onde se via a torre da Catedral Nossa Senhora das Vitórias e ao fundo um céu azul que prenunciava a chegada da primavera, Ruy Medeiros narrou sua trajetória, de menino filho da classe trabalhadora a um jovem estudante de Direito e militante no período da Ditadura Militar Brasileira.

O advogado e professor Ruy Hermann Araújo Medeiros nasceu na cidade de Remanso, na Bahia, no dia 01/02/1947, filho de Alberto Medeiros Pereira e Antonieta Araújo Pereira. Filho de uma família extensa, seus pais tiveram treze filhos. No ano de 1953, o menino Ruy se mudou com sua família para Vitória da Conquista, e foi morar Bairro Alto Maron, onde se recorda de suas brincadeiras de infância com os meninos da rua. Após estudar em Vitória da Conquista e Salvador, o jovem Ruy foi aprovado em Direito na UFBA, porém, foi expulso da Faculdade, acusado pela Ditadura de subversão, e concluiu o seu curso, posteriormente, na Universidade Católica de Salvador. Já advogado, Ruy Medeiros retornou à Conquista, quando

se engajou na luta para organizar posseiros, especialmente na Fazenda Pau Brasil, uma luta que, segundo ele, durou dez anos, e na qual ele defendeu 116 famílias.

O professor Ruy Medeiros foi preso e torturado na Ditadura sob a justificativa, por parte dos militares, da sua atuação junto aos posseiros e a sua militância política. Ao ser questionado acerca das torturas pelas quais sofreu e o motivo pelo qual a Ditadura não o “quebrou por dentro”, para usar um termo de Pilar Calveiro, o professor Ruy não se esquivou de responder, demonstrando uma presença de espírito e uma lucidez que me causou uma grande impressão: “Eu, Emiliano (Emiliano José da Silva, membro da Ação Popular e preso pelos militares em 1970, em Salvador) nós conseguimos sobreviver, ajudou muito o fato de não havermos delatado pessoas (...) eu acredito que a questão ideológica era muito forte em muitos militantes na época, muito, muito forte e aquilo nos ajudava. Por outro lado, tinha a questão ética também, a gente sempre pensava: não posso entregar...”

Sobre as torturas, o professor Ruy acreditava que iria ser assassinado, e em algum momento ele relata que buscou uma “solução de suicídio”, nas suas próprias palavras, porém não conseguia visualizar nenhuma possibilidade, já que nem roupa era permitida: “ficávamos nus, eu dormia no cimento frio e às vezes molhado (...) era inviável uma coisa dessas, significava que a eu tinha que resistir mais, e era uma resistência muito difícil (...) às vezes os torturadores diziam; ‘volto à tarde’ e você ficava esperando, ou então ‘volto amanhã’.”

As palavras de Ruy Medeiros nos mostram claramente os métodos da Ditadura: tortura física e psicológica, promoção do terror, do medo e do desespero. Humilhações diversas, expectativa de torturas, ou mesmo da morte, o que por si só, já se constituía numa forma cruel de castigo: “Uma das vezes mais terríveis é que me disseram que eu teria que ficar acordado até uma hora da manhã, porque seria transferido, é claro que eu imaginei que o meu tempo havia chegado, não é? E quando chegou uma hora, eu já não tinha força física pra ficar acordado, não é? Então veio um barulho terrível, fui acordado com um barulho terrível, parecia uma metralhadora ou coisa semelhante, pegaram um bandeijão e passaram arrastando e batendo em cada uma das hastes da cela, uma coisa horrível (...) eu pensei que talvez fosse perder a razão (...) mas me mantive, me mantive, e tô aqui.”

Certamente não é sem razão que o professor Ruy fala “me mantive” duas vezes nessa mesma frase. A força para se manter são e vivo, para não sucumbir ao desespero e ao desencanto, ainda após a sua libertação depois de 31 dias preso, parece emergir do mais

profundo da sua psique. Talvez essa força, o professor Ruy Medeiros encontrou no menino que foi, correndo pelas ruas do Alto Maron ou ainda pequeno, embalado pelos braços de uma mãe de tantos, mas que, afinal, o via como ele era, único, sem desconfiar do destino que o seu menino teria: um destino às vezes, duro e terrível, mas incontestavelmente grandioso.

Sobre o Monumento aos 27 Mortos e Desaparecidos Políticos Baianos, Ruy afirma que este surgiu de uma proposta sua a um dos grupos que ele pertencia, o grupo Labor: “que foi criado para que a gente desse assessoria para quem quisesse fazer política, fazer sindicalismo, especialmente o pessoal da oposição sindical (...) era o tempo das Comunidades Eclesiais de Base, que eu assessoriei durante algum tempo.” A necessidade um lugar de preservação de memória surge nesse contexto: “nós vimos que era necessário preservar a memória daqueles que lutaram contra a Ditadura, que a Ditadura dizia que eram desaparecidos, que eram fugitivos (...) e que nós sabemos que foram assassinados, aí então pensamos nesse monumento.”

Ao procurar o prefeito de Vitória da Conquista à época, José Pedral, que também tinha sido preso na Ditadura, pediu um espaço para que se colocasse um monumento com o nome dos mortos e desaparecidos na Ditadura: “Reunimos o Labor e estruturamos o que iríamos fazer. Vamos fazer uma mensagem genérica ‘dedicado aos que semearam História’.” Ruy Medeiros fala sobre a inspiração num discurso de Saramago, também um sobrevivente de uma ditadura, a ditadura portuguesa de Salazar.

Ao procurar a professora Ana Palmira, segundo o professor Ruy, ela responde prontamente: “vamos fazer uma grande lâmina e uma figura vazada, porque isso significará ao mesmo tempo, presença e ausência, portanto lembrança, portanto memória.” Então, a professora Ana Palmira sugeriu o artista Romeu Ferreira para a arte do Monumento: “o Monumento de início uma pedra de granito, a pedra sempre é ligada a questão da eternidade, mas duas pedras de granito verde itajubá, questão de esperança, etc, e que foi confeccionada numa Marmoraria da Rua Ernesto Dantas, a Marmoraria Amsterdã, de Roterdan Brito.” Após a quebra da pedra, como já foi relatado por Romeu Ferreira, a nova versão, idêntica à primeira, mas com outro material, foi refeita.

Ao realizar uma pesquisa no site Tripadvisor<sup>9</sup>, um site que oferece informações e avaliações sobre os destinos turísticos de várias cidades do planeta, constatamos o que relatou Romeu sobre a falta de cuidado e divulgação da obra. Das trinta e três avaliações ao

---

9 Disponível em [Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia - O que saber antes de ir](#)

antimonumento, apenas sete sabiam, de fato, o significado da obra. Assim como grande parte da sociedade brasileira, muitos conquistenses não conhecem a história dos mortos e desaparecidos políticos do período da Ditadura, e da mesma forma, desconhecem o Monumento aos 27 Mortos e Desaparecidos, que se perde no meio da paisagem da praça, no centro da cidade. Diante disso, reafirma-se a importância que o poder público se movimenta em prol da divulgação e que escolas, turistas e membros da comunidade visitem este que é um monumento de grande valor histórico para a nossa cidade, nosso estado e o nosso país.

Em entrevista concedida a Karina Rocha, no dia 25/04/2024, ao site Conquista Repórter<sup>10</sup>, o professor José Dias, doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entende o monumento de Romeu Ferreira como forma de evitar o “apagamento ou silenciamento dessa memória”, referindo-se aos mortos e desaparecidos no período da Ditadura. José Dias relembra na entrevista que há alguns anos realizou uma aula de campo com seus alunos de graduação na Praça Tancredo Neves. A metodologia da aula consistia nos alunos abordarem as pessoas que passavam e questionarem sobre o monumento aos 27 mortos e desaparecidos baianos. A conclusão, após a análise das respostas, foi que mais de 90% dos entrevistados não sabiam sobre a existência do monumento naquele espaço: “Não é que eles não sabiam o que significava a obra, eles não enxergavam a presença dela naquele espaço”.

O professor José Dias aventou duas hipóteses acerca dos motivos das pessoas não enxergarem o monumento: a primeira é por ser em frente à Catedral e rodeada por vários prédios históricos, “uma questão de proporcionalidade”, segundo ele. A outra hipótese é que, ao olhar para aquela obra, as pessoas não fazem a associação com a Ditadura Militar, por conta do apagamento, já que durante os últimos 60 anos poucas foram as oportunidades de mostrar para a sociedade brasileira o que este período representou. Ainda segundo o professor, a memória que lembra os mortos e desaparecidos políticos sempre foi silenciada e uma das formas de silenciamento seria justamente não permitir a responsabilização e julgamento dos culpados pelos crimes cometidos no período ditatorial.

José Dias ainda nos lembra que fora o monumento de Romeu Ferreira, não há outra demarcação da violência instaurada aqui na cidade de Vitória da Conquista, embora haja outros espaços que possuem as marcas do golpe de 1964, como a antiga Câmara de Vereadores e as

---

10 Disponível em [Esquecer 1964 é correr o risco de que o futuro seja semelhante ao passado, aponta José Dias](#)

instalações do 9º Batalhão da Polícia Militar, além da Praça Sá Barreto, onde ficava a casa do ex-prefeito, José Pedral. Esse esquecimento deliberado se constitui, também, em uma via de silenciamento da memória.

Os nomes escritos na placa do antimonumento não são apenas nomes: são histórias, familiares de alguém, filhos e filhas, pais, amigos e netos. Mas são também lacunas, como o homem vazado, desenhado por Romeu Ferreira.

As referências materiais, além de serem um fator essencial para a aceitação da morte do ente querido, tornam-se um ponto a partir do qual a memória do morto pode ser lembrada. As fotos, as homenagens e os monumentos se propõem a dar materialidade ao desaparecido que teve o seu nome, rosto e história silenciados (Ribeiro 2017, p. 130).

É necessário singularizar o plural: de “desaparecidos e mortos” para a mãe, o filho, a irmã.” Trazer à luz nomes e biografias, histórias e afetos. Se na placa da praça Tancredo Neves está escrito nomes como o de Dinaelza Coqueiro e seu esposo, Vandick Coqueiro, no coração das suas famílias a saudade é inscrita com muitas ausências. Não há uma sepultura, não houve corpos a serem velados, não houve rituais de passagem. Estamos em 2025 e ainda hoje as respostas são fragmentos.

Segundo Gilneide Padre, autora do livro “Do Corpo Insepulto à luta por Memória, Verdade e Justiça - um estudo do caso Dinaelza Coqueiro” (2020), Dinaelza era filha de Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana, a terceira dos seis filhos do casal e era casada com Vandick Reidner Coqueiro, natural de Boa Nova e estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ambos militavam no Movimento Estudantil em Salvador, quando partiram para o Araguaia em uma “tarefa especial” do Partido Comunista do Brasil (PC do B): “tratava-se, na verdade, da Guerrilha do Araguaia, na qual combateram, tombaram e desapareceram. Desde o final dos anos de 1970, seus familiares vêm empreendendo incessante luta em busca do seu corpo insepulto.” (Padre, 2020, p. 20).

Dinaelza e Vandick Coqueiro se casaram em 25 de abril de 1970. Eles já se conheciam desde quando moravam em Jequié e o reencontro se deu na militância junto ao movimento estudantil em Salvador. Após a repressão ao movimento estudantil se intensificar, Dinaelza e Vandick rumaram para a região do “Bico do Papagaio”, que se localiza na tríplice fronteira entre

Pará, Maranhão, e no atual Tocantins, local onde o PCdoB se preparava para a revolução, através da luta armada. Não foi à toa a escolha do Araguaia como sede da Guerrilha. Distante, abandonado pelos governos e em meio a uma floresta fechada, o território era o lugar perfeito para o treinamento.

Dez militantes baianos partiram para a região do Araguaia. São eles: Antônio Carlos Monteiro Teixeira (1944-1972); Rosalindo de Souza (1940-1973); Maurício Grabois (1912-1973); Nelson Lima Piauhy Dourado (1941-1974); Vandick Reidner Pereira Coqueiro (1949-1973); José Lima Piauhy Dourado (1946-1973); Dinaelza Santana Coqueiro (1949-1973); Uirassu Assis Batista (1952-1974); Dinalva Oliveira Teixeira (1945-1974) e Luzia Reis Ribeiro, a única sobrevivente (Bahia, 2014).

Segundo Padre (2020), tanto Dinaelza quanto Vandick estavam convictos de que aquele caminho era o certo a se percorrer e isso fica claro numa carta de despedida endereçada a Ubirajara, irmão de Vandick, no qual ele afirma que a luta era justa, assim como certa seria a vitória (Padre, 2020, p.56). Após chegarem à região, os militantes construíram relacionamentos baseados na solidariedade com os moradores locais, visto que seus conhecimentos na área de saúde e educação, facilitava o trabalho com a população.

Após duas expedições do governo, a Operação Marajoara marcou o esfacelamento da guerrilha. As forças federais ocuparam a região com o objetivo de exterminar os guerrilheiros, bem como aqueles que tivessem contato com eles. Moradores da região foram presos e torturados e alguns passaram a colaborar com o regime. Foram tempos de terror no Araguaia, pessoas foram retiradas de suas casas, gente simples que não sabia o porquê de tanta violência e humilhação. É o que retrata o documentário da TV Brasil “ Caminhos da reportagem: Guerrilha do Araguaia”<sup>11</sup>.

Diante desse cenário, os militantes foram tombando um a um, dentre eles, Dinaelza, conhecida pela alcunha de Mariadina e Vandick, conhecido como João. Até hoje os seus corpos não foram encontrados, até hoje existe um hiato na história das famílias, e por isso a importância de antimonumentos como o dos Mortos e Desaparecidos baianos, para que não se esqueça, para que a arte fale, denuncie, se posicione.

Os nomes de Vandick e Dinaelza e mais 25 mortos e desaparecidos na Ditadura posam solenes na Praça Tancredo Neves, cercado de borboletas, rosas e toda espécie de lindas flores. É

---

11 Disponível em [Guerrilha do Araguaia](#)

a prova de que o silêncio fala, que a poesia, ainda que dolorosa, encanta, e que a falta se faz presente no corpo que não se tem. Entre flores e um lago de águas calmas, repousam os nomes dos baianos que tombaram diante de um regime de exceção e levaram consigo famílias inteiras, que foram aniquiladas pela dor da perda, intensificada pela dor de não enterrar os seus mortos. A arte está aqui para lembrar dessas flores esquecidas no Jardim das Borboletas.

### 3.4 DE 28/08/1979 A 26/03/2025: DO SILÊNCIO IMPOSTO PELA LEI DA ANISTIA AOS MILITARES NO BANCO DOS RÉUS

O general Ernesto Geisel utilizou o termo “distensão política” no ano de 1973, quando o regime começava a dar sinais de desgaste, devido às muitas denúncias de violação de direitos humanos e ao fracasso do “milagre econômico”. Diante disso, o presidente propôs uma abertura democrática “lenta, gradual e segura”. É curioso notar que após o presidente Geisel falar sobre “distensão política”, o ano de 1974 foi o ano que apresentou o maior número de desaparecidos políticos (Ribeiro, 2017, p. 75-76).

A Lei da Anistia foi promulgada em 28 de agosto do ano de 1979 por um Congresso formado em sua maioria por parlamentares da ARENA e possibilitou o retorno dos exilados e a rearticulação dos partidos políticos, bem como dos movimentos sociais. É fato que a Lei da Anistia é alvo de disputas desde os seus primórdios e de tempos em tempos a sua interpretação é matéria de discussões mais acaloradas, como foi na ocasião da vigência dos trabalhos da Comissão da Verdade e nos dias atuais, após os recentes atos antidemocráticos do 08 de janeiro de 2023.

Sobre a Lei da Anistia, Ribeiro afirma que:

Entretanto, o texto aprovado estava aquém da demanda popular. Além de os presos políticos condenados por terrorismo, sequestro e atentado pessoal - os chamados ‘crimes de sangue’ - não terem sido abrangidos pela lei recebendo apenas atenuações tardias em suas penas, os agentes da repressão foram considerados indultados. O artigo 1º da lei afirma que a anistia se destina a todos aqueles que cometeram crimes políticos ou conexos a este entre a data de 2 de setembro de 1961 e a de 15 de agosto de 1979. (Ribeiro, 2017, p.79)

A crítica maior, no entanto, é no que diz respeito aos “crimes conexos”, visto que na Lei

da Anistia são abarcadas as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado, embora tratados internacionais considerem essas violações como crimes imprescritíveis.

Ao impor uma política do silêncio aos familiares dos desaparecidos, a Lei da Anistia encerrava a possibilidade de elucidação do paradeiro dos militantes. Ao atestar “morte presumida” ou “paradeiro ignorado” nas certidões de óbito emitidas, o Estado lavava as suas mãos diante das ausências. Mas, infelizmente, não se elabora lutos por decretos. A busca continuou e continua até os dias de hoje.

“Pela 1ª vez na História da República brasileira, um ex-presidente e militares são julgados por tentativa de golpe.” Esse foi o título de uma reportagem do site G1<sup>12</sup>, assinada por Sara Curcino e Márcio Falcão, no dia 26 de março de 2025, quando militares tornaram-se réus de ação penal pela primeira vez desde a Proclamação da República, em 1989

Esta decisão foi proferida nesta quarta-feira (26) pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Desde a Proclamação da República, em 1889, nenhum presidente nem militares foram indiciados ou condenados pelo crime de tentativa de golpe de Estado. Entre os réus, há cinco militares, além de Bolsonaro, que já foi capitão do Exército (G1, 2025)

Podemos considerar o dia 26 de março de 2025 como um marco para a nossa jovem democracia, pois se a Lei da Anistia (1979) impossibilitou a punição dos crimes cometidos no período da Ditadura processos judiciais estão sendo perpetrados numa tentativa de punição àqueles que atentaram contra o Estado Democrático de Direito.

Ainda que a Comissão Nacional da Verdade pudesse reconhecer a responsabilidade dos militares nas mortes e desaparecimentos no período da Ditadura, ela não tinha nenhum poder de julgar e nem de punir. As maiores atrocidades ficaram sem nenhuma punição e um silêncio incômodo e doloroso varreu os quatro cantos do país, ecoando nos quartos vazios, nas cadeiras não ocupadas, nos corações daqueles que nunca se esqueceram de seus entes queridos.

No dia 08 de janeiro de 2023, o Brasil assistia estarecido em tempo real, a uma tentativa de golpe de estado, em Brasília. Uma semana após a posse do Presidente eleito democraticamente Luiz Inácio Lula da Silva, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro

---

12 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/26/bolsonaro-reu-por-golpe-de-estado-entenda-o-impacto-historico-da-decisao-do-stf.ghtml>

invadiram e depredaram a Praça dos Três Poderes: O Congresso Nacional, Palácio do Planalto e o prédio do Supremo Tribunal Federal. Os invasores acreditavam que as Forças Armadas iriam depor o presidente recém eleito e utilizaram uma vasta rede de desinformação para disseminar notícias falsas e teorias sem qualquer confirmação, como a não confiabilidade das urnas eletrônicas.

Muitos foram presos e assim continuam, outros fugiram do país. Enquanto isso, deputados de oposição ao governo tentam pressionar o Congresso para que seja aprovada mais uma anistia para os golpistas. A história nos conta, porém, que essa não é uma boa ideia, como afirmou Alexandre de Moraes, relator e Ministro do STF, na abertura de uma aula magna no Conselho Nacional do Ministério Público, no dia 14 de novembro de 2024: “Só é possível essa necessária pacificação do país com a responsabilização de todos os criminosos. Não existe a possibilidade de pacificação com anistia a criminosos”, segundo reportagem da BBC Brasil<sup>13</sup>.

No entanto, a presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que é um órgão do Estado vinculado ao governo federal e que foi extinto no governo de Jair Bolsonaro, tendo o seu funcionamento restabelecido no atual governo Lula, a procuradora Eugênia Augusta Gonzaga, em entrevista a Luciana Lima, do Portal PlatoBr,<sup>14</sup> no dia 08/03/2025, demonstra a sua preocupação ao avaliar as recentes interpretações do STF acerca da responsabilização de agentes do Estado que cometeram crimes no período da ditadura, especialmente no que se refere aos crimes de tortura:

Tenho muito medo de que o Supremo, batendo o martelo de que a Lei da Anistia não vale para esses crimes (permanentes), acabe entendendo que, por outro lado, os crimes instantâneos, que são o contrário dos permanentes, sejam considerados como anistiados e suscetíveis de prescrição. (PlatoBr, 2025)

Ela afirma que o Brasil perdeu a chance de estabelecer uma verdadeira “justiça de transição” devido à interpretação equivocada da Lei da Anistia (1979) e também considera a tese do STF como “tímida”. Para Eugênia, os crimes de ocultação de cadáver jamais deveriam ter sido abrangidos pela Lei da Anistia, pois é um crime contra a humanidade.

---

13 Disponível em [Explosões no STF: ataque derruba tentativa de anistiar condenados do 8 de janeiro? - BBC News Brasil](#)

14 Disponível em [Ainda há punições pendentes, defende presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos - PlatôBR](#)

É fundamental que haja amplos debates em todos os setores da sociedade, especialmente nos espaços formativos, como escolas e universidade, sobre a democracia e as tentativas de aniquilá-la e como estão sempre à espreita algozes que pretendem suprimir o direito de escolher e de existir de outras pessoas, consideradas por elas indignas e inferiores. A desumanização se mostra também em atos que visam aniquilar a vontade da maioria.

#### **4. TEMAS SENSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE SILÊNCIOS, LUTOS E MEMÓRIAS**

“A tática do desaparecimento político é a mais cruel de todas, pois a vítima permanece viva no dia a dia. Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna.” (Marcelo Rubens Paiva em “Ainda Estou Aqui”)

A História, enquanto disciplina escolar e campo científico, é permeada por disputas, interpretações e escolhas que refletem as tensões da sociedade em que está inserida. Longe de ser neutra ou objetiva, a História é construída por pessoas e, portanto, atravessada por subjetividades, interesses e disputas de memória. Nesse sentido, os chamados temas sensíveis, como ditaduras, genocídios, escravidão, racismo, tortura, luto e desaparecimentos forçados, surgem como questões importantes no ensino de História, especialmente no contexto da formação cidadã e crítica dos estudantes.

Este capítulo propõe uma reflexão sobre o papel da História na abordagem desses temas, destacando a necessidade de uma prática pedagógica comprometida com os Direitos Humanos, baseada no afeto, na escuta e acolhimento de professores/as e estudantes, mesmo diante das resistências que permeiam a escola e a sociedade quando os temas sensíveis emergem na prática em sala de aula. Propomos, portanto, uma sequência didática aos professores e professoras, cujo objetivo principal é abordar temas relacionados à Ditadura Empresarial Militar Brasileira, enfatizando questões como tortura, desaparecimentos forçados e censura, promovendo uma reflexão de como essas práticas reverberam, até os dias atuais, na memória individual e coletiva do país.

Refletir sobre a violação dos direitos humanos, compreendendo que algumas práticas são inadmissíveis qualquer que seja o contexto é imprescindível para a construção de uma cultura de paz e justiça. A intenção é promover um espaço de escuta, reflexão e construção coletiva de conhecimento, aproximando os estudantes das memórias silenciadas.

Através de atividades que envolvem análise de documentos, relatos orais, produções audiovisuais, rodas de conversas, debates mediados, produção de biografias e visita ao Monumento aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos Políticos na Ditadura, busca-se estimular o pensamento crítico e a empatia, possibilitando que os alunos compreendam a ditadura não

como um episódio distante ou meramente factual, mas como um período cujas feridas ainda reverberam no presente. É o passado que não passou. Essa abordagem também visa reforçar o compromisso ético do ensino de História com os Direitos Humanos e com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na preservação da democracia.

#### 4.1 OS TEMAS SENSÍVEIS NA HISTÓRIA

O debate em torno da História enquanto ciência é um debate antigo, mas de tempos em tempos ele emerge no meio acadêmico, especialmente por aqueles que relacionam “ciência” ao modelo cartesiano, verificável e repetitivo, que pode ser provado empiricamente, enfim, o modelo das ciências naturais e seus métodos. A História enquanto disciplina também não foge a este debate e controvérsias, pois questionamentos como, o que, quando e por que abordar determinados temas em sala de aula e descartar outros, estão presentes nas discussões sobre currículo nos cursos de licenciatura Brasil afora.

As discussões sobre o currículo nos cursos de licenciatura em História são muito importantes, pois é a partir daí que se entende ou se propõe a entender, de forma crítica, o que falta, porque determinados temas foram suprimidos e como trazer à tona temas que são importantes para a formação dos estudantes.

A importância da disciplina História para a formação de pessoas críticas e que pensem para além do que lhes é ensinado ao longo da sua vida, é incontestável. É nas aulas de História que crianças e adolescentes pensam sobre a sua comunidade, sua ancestralidade, sobre si e sobre o outro. É através das discussões em sala de aula, esse lugar privilegiado, que o estudante enxerga a si e para além de si, suas semelhanças e diferenças e desenvolvem um senso de alteridade.

A história enquanto disciplina, sempre foi palco de disputas políticas, com questionamentos diversos sobre a sua finalidade e a que se destinava, discussões, inclusive, vivíssimas nos nossos tempos após o advento das redes sociais. Sobre isso e diante de tantas controvérsias ao longo do tempo, Piazza e Piori (2023) afirmam

Apesar de todas as dificuldades encontradas durante a implantação da disciplina de História, é possível perceber que ao longo dos anos será considerada, uma matéria de

fundamental importância para a formação do estudante brasileiro, oferecendo-lhe subsídios capazes de desenvolver uma visão mais ampla de mundo e dando-lhe uma maior capacidade crítica (Plazza e Piori, 2023, p. 3).

Oliveira e Freitas (2022) afirmam que “a história é um conhecimento controlado sobre o passado, cuja legitimidade está diretamente ligada a processos de intersubjetividade”. Ou seja, o conceito de História e a História enquanto ciência não são modelos estanques, mas se modificam à medida que a sociedade vai mudando. Portanto, é esperado que o/a professor/a conheça a história do Ensino de História, porque essa é uma das formas pelas quais ele pode pautar a sua prática pedagógica, e de maneira crítica e reflexiva, inserir no seu dia a dia, em sala de aula, conceitos e discussões que em outros tempos não seriam possíveis.

É nesse contexto que as questões sensíveis aparecem no currículo de História: levando em consideração que a História e a Historiografia são feitas por pessoas e como elas se movimentam no mundo e que essas atuações são dotadas de historicidade e subjetividades. Negar os temas sensíveis no currículo de História é desumanizar o que é por natureza, humano, visto que podemos definir a História, segundo o historiador Marc Bloch (2001), como “uma ciência dos homens no tempo” (p. 67), o que reforça a ideia de que é também função do historiador compreender as ações humanas em suas múltiplas dimensões.

As produções que citam as questões sensíveis no ensino de História aparecem na historiografia de modo relativamente recente e com diferentes nomenclaturas, o que nos leva à conclusão que ainda não há um consenso acerca desses conceitos. Gil e Mesquita (2020) citam algumas denominações, dentre as quais: questões sensíveis e controversas (Alberti, 2016); passados sensíveis (Pereira; Paim, 2018); passados vivos (Pereira; Seffner, 2018); temas sensíveis (Andrade; Gil; Balestra, 2018)

A partir dessas nomenclaturas, diversas questões podem ser levantadas em sala de aula, dentre elas, podemos citar: como os estudantes recebem e reagem a determinados temas considerados sensíveis e que são abordados em sala de aula? Quais as formas que os professores/as e a escola abordam esses temas e como eles aparecem nos currículos? O que determina que um tema seja considerado “sensível” ou “difícil”? De quais pontos de vista podemos definir determinados temas como “sensíveis” ou “controversos”? A/O professora/professor está disposto e disponível para a abordagem de temas controversos, tendo

em si mesmo essas questões sensíveis resolvidas? Possui repertório mínimo para, dessa forma, promover um debate pertinente, reflexivo e com potencial de mudança em sua sala de aula?

As nuances são muitas quando pensamos em temas sensíveis/controversos/difíceis, mas é muito importante que não fuçamos deste debate, pois urge a discussão de uma história mais humana, com reflexões mais amplas acerca dos temas que tantas vezes foram suprimidos ou mesmo transformados em narrativas sem alma, ou considerados menores, quando a pretensa objetividade da ciência sufoca a subjetividade de processos penosos que ecoam nas histórias pessoais e coletivas.

Questões sensíveis sempre existiram no decorrer da História, porém esses temas eram (e continuam sendo) tratados com uma certa distância, com um olhar do cientista, como se as emoções e as histórias difíceis não merecessem um lugar nos debates em sala de aula e na pesquisa científica, como se a ciência não fosse feita por homens e mulheres, suas histórias, vivências, vitórias e decepções. Por muito tempo, a escola foi lugar apenas de reprodução acrítica de fatos, uma narrativa patriótica feita por e para “grandes nomes”, os que “mereciam” páginas nos manuais. Em outras palavras, o ensino de História privilegiava a História pela ótica dos vencedores. Porém, mais do que uma necessidade, estudar histórias difíceis no âmbito da sala de aula é um direito, especialmente histórias marcadas por dores coletivas, como é a história da América Latina.

Gil e Mesquita (2020) afirmam que um tema não é sensível por si só, mas questões que aparecem no contexto de “ditaduras, genocídios, racismos, escravizações e outros passados violentos, que geraram traumas, silenciamentos e vergonha” são considerados difíceis quase que unanimemente, porém, cabe ao professor/a utilizar a sua didática, seu conhecimento de mundo e sensibilidade na abordagem dessas questões. Os autores afirmam, ainda, que na América Latina, o debate sobre questões consideradas sensíveis gira em torno da memória relacionada à história recente, quando a escola é chamada a ensinar o trauma e a violência. Essa reflexão destaca o papel fundamental da escola e do ensino de História na formação da consciência crítica dos alunos diante de acontecimentos tão próximos, como é o caso da Ditadura e suas ressonâncias na sociedade brasileira até os dias atuais. Ao se aproximar das experiências pessoais, temas como morte, lutos, silêncios, torturas e resistências vem à tona, e é precisamente a emergência desses temas em discussões nos espaços formativos que defendemos neste trabalho.

No âmbito da história recente acerca das diversas ditaduras que varreram a América Latina após os anos de 1950, há intensos debates e disputas de memória e guerra de narrativas, ampliada por informações que pululam nas redes sociais e que se tornam palco de espetáculos grotescos. Sobre isso, Pereira e Seffner (2018) afirmam que

As questões socialmente vivas se constituem na contemporaneidade em objetos privilegiados dos currículos de história, em função, por um lado, das demandas sociais de grupos identitários e, de outro, dos movimentos que buscam interferir na liberdade de ensinar e no direito de aprender, direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. (Pereira; Seffner, 2018, p. 14)

Dito isso, enquanto alguns setores da sociedade lutam para manter viva as memórias das diversas violações cometidas pelo Estado no período ditatorial, com a finalidade de que não se repitam, outros tentam reescrever, minimizar ou mesmo interferir na liberdade de cátedra do professor, defendendo visões revisionistas (como a tese da ditadura branda) ou promovendo discussões rasas e negacionistas com o objetivo de desacreditar a luta das famílias dos militantes mortos e desaparecidos, bem como daqueles que pautam as ações nos Direitos Humanos, como é o caso de professores e pesquisadores que estudam essas temáticas.

Muitos desses temas considerados sensíveis são alvos de disputas ideológicas, e em tempos de *internet*, quando qualquer pessoa pode se autointitular “criador” de conteúdos ou “*digital influencer*”, alguns desses temas, que em outros tempos eram quase unânimes, passaram a ser contestados por grupos negacionistas ou saudosistas de um passado violento. Esse é o caso da Ditadura no Brasil e questões relacionadas à democracia.

Como nas relações pessoais, os muitos não ditos não se perdem no tempo, mas aparecem em forma de sintomas ou desconfortos nas sociedades. Quando um país foge de discussões que fazem parte de sua própria história, dentre as quais, questões relacionadas a torturas, violações de Direitos Humanos e desaparecimentos forçados, o que se colhe são exatamente discursos rasos e negacionistas, perigosos em sua essência, pois são nocivos para a democracia.

Minimizar crimes contra a humanidade em nome de um discurso travestido de “Ciência histórica” e sua pretensa neutralidade, que conta fatos e não se aprofunda em temas que deveriam ser tratados sem desviar o olhar, mas enfrentando frente a frente um passado doloroso de lutos e dores, é proporcionar aos alunos discussões que ampliem as visões acerca do seu país,

do que são Direitos Humanos e como os regimes totalitários matam pessoas e torturam famílias de forma irremediável, e que essas questões, ainda que tragam desconfortos, podem ser, também, temas da história.

A metodologia utilizada pela professora ou o professor ao abordar os temas sensíveis em sala de aula é, talvez, o que vai definir como os alunos refletirão sobre esses temas, pois cabe ao/a professor/a promover questionamentos, analisar os acontecimentos e fazer *links* e conexões com seus alunos, já que essas questões sensíveis precisam ser problematizadas, pois elas não surgem de forma espontânea, mas como provocações, onde o passado vem à tona e repercute até os dias atuais com desdobramentos importantes para a sociedade.

É também função da História problematizar o presente e entender como determinadas questões ainda não foram superadas, seus porquês, suas repercussões, suas controvérsias e subentendidos, bem como, e especialmente, seus silenciamentos e lacunas.

O lugar da escola enquanto espaço privilegiado de reflexão, diversidade e construção de saberes, deve estar claro nos diálogos e debates acerca dos temas sensíveis, pois, é pela forma que a escola escolhe tratar esses temas que poderá ser o diferencial para a formação dos seus estudantes, e ela não deve se eximir da sua responsabilidade, mantendo-se como um espaço de preconceitos e silenciamentos. Não somos ingênuos neste ponto. Sabemos que, infelizmente, a escola, inserida na sociedade, também é um lugar onde esses preconceitos, silenciamentos e onde dores são intensificadas, pois as disputas ideológicas também estão presentes nestes espaços.

Discutir histórias difíceis da maneira mais honesta possível, pode possibilitar que até mesmo os pontos mais desconfortáveis possam ser embriões para mudanças sociais. De que forma temas como tortura e desaparecimentos forçados aparecem nos currículos? São tratados como temas voltados a um determinado período histórico, sem vínculo com a realidade de hoje ou são relacionados e conectados a acontecimentos atuais e que ferem a dignidade da pessoa?

Necessário coragem e humildade para compreender que determinados questionamentos causarão desconfortos e não produzirão respostas imediatas, mas que, como disse Paulo Freire, “ensinar exige consciência do inacabado” e por isso, não podemos temer o debate.

Ao professor, cabe uma autorreflexão e um estudo aprofundado sobre os temas, o entendimento sobre como essas discussões também lhe afetam, bem como a sua

intencionalidade ao abordá-lo. Para os temas sensíveis, é indispensável a aproximação entre ensino de História e Direitos Humanos e essa “aproximação (...) não é fortuita, pelo contrário, atende a um conjunto de dispositivos legais” (Pereira e Seffner, 2018).

Por fim, a compreensão de que o currículo de História que não leva em consideração temas sensíveis e controversos corrobora com uma prática de ensino conservadora, silenciadora e em conformidade com grupos sociais que não entendem a educação como prática de liberdade, entendemos que o estudo de temas sensíveis é condição indispensável para a mudança em salas de aula e como a história vem sendo ensinada. Não existe neutralidade nas relações de ensino e aprendizagem. Não existe neutralidade em qualquer relação humana.

A História pode ser a voz de quem nunca foi permitido falar, as vozes do passado: os gritos de agonia e a dor das mulheres ao serem queimadas nas fogueiras medievais em nome de uma fé que punia, o desespero nos navios que traziam pessoas para o novo mundo para serem vendidos como animais nos mercados, a peste que matou, especialmente aqueles que não tinham recursos, os gritos das crianças morrendo de fome em Gaza... mas a História também precisa ser a voz do passado que não passou: dos familiares que nunca enterraram os seus entes queridos, dos torturados, dos que sucumbiram ao peso da dor, dos esquecidos e desvalidos, dos que choraram nos cárceres e que, soltos, não se livraram de suas prisões mentais, pois é isso que a tortura faz, ela quebra a pessoa por dentro.

É dever da História revelar os nomes e os rostos daqueles que lutaram e sucumbiram e que tiveram seu direito ao sepultamento negado, um direito humano não respeitado e que, ainda hoje, é uma ferida aberta na história do país.

## 4.2 TEMAS SENSÍVEIS NAS AULAS DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR

Abordar a Ditadura não é fácil, como já foi dito anteriormente. Isso se deve a uma série de fatores, dentre os quais as disputas ideológicas, as discussões que saem do âmbito acadêmico e são recebidas na sociedade por diversos meios, como as redes sociais, que replicam informações, mas não se comprometem minimamente com a verdade histórica. A escola não fica imune a essas discussões e reflexões (ou falta delas), e mesmo diante de um avanço das pesquisas na área de História sobre a Ditadura, ainda é muito visível essa tentativa de

apagamento, por diversos setores da sociedade, acerca dos acontecimentos ocorridos no regime que vigorou no Brasil de 1964-1985.

Embora nas escolas se abordam os fatos, algumas questões mais sensíveis são comum e propositalmente deixadas de fora, como a morte, os desaparecimentos forçados, as torturas, os traumas coletivos, enfim, toda um arsenal de violação de Direitos Humanos que ainda assombra indivíduos e famílias e que impede que o passado fique para trás. Nesse sentido, a escola também aparece como um local de silenciamento pois, feito por pessoas e seus posicionamentos, também tem o poder de escolha diante da abordagem de assuntos controversos ou desconfortáveis socialmente. É o caso da morte e do luto. É o caso da tortura e dos desaparecimentos forçados.

Segundo Fico (2012) o que marca a História do Tempo Presente, seu entrelaçamento com a política, provém da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, vivendo no mesmo tempo histórico, ou seja, estamos diante de um passado que ainda não passou, de algo que é inacabado, e é óbvio que isso traz consequências. Os eventos traumáticos não terminam por si só, eles reverberam no tempo, e essa memória também faz parte da construção de um conhecimento histórico. A repressão violenta do estado brasileiro e sua atuação deixou muitas lacunas na história: embora tenha havido significativos avanços, nem todos os arquivos da Ditadura foram abertos e até os dias atuais alguns ainda permanecem em sigilo, bem como o destino dos corpos daqueles que tombaram, especialmente na região do Araguaia.

Estudar regimes autoritários na escola é automaticamente pensar em nazismo e fascismo e muitos dos nossos estudantes (e talvez professores) se aprofundam mais nos regimes europeus do que nas ditaduras da América Latina, especialmente na segunda metade do século XX. Esse fenômeno pode se explicar pela visão ainda muito eurocêntrica da História, pelo ensino de História que ainda privilegia o olhar do outro sobre nós e, talvez, dentre outras razões, possamos atribuir o maior interesse da população às produções massivas de filmes e livros sobre o período da ascensão do nazifascismo na Europa.

Aqui no Brasil as produções sobre o período ditatorial, referentes à filmes, por exemplo, são relativamente recentes. Daí que a escola ainda continua sendo esse lugar privilegiado:

É no sentido de reverter esse desconhecimento, que afeta especialmente

as gerações mais jovens, que a escola ganha maior importância estratégica, enquanto local privilegiado para compensar e, talvez, reverter esse quadro geral ainda predominante (Gasparotto; Padrós, 2010, p. 183).

Porém, ainda que a escola seja esse lugar diferenciado, ela não é o único espaço de aquisição e reprodução de conhecimento, muitas ideias, noções de identidade e visões sobre o passado, assim como as versões de fatos históricos, são adquiridos de forma paralela com o conhecimento forjados nos espaços formativos. Talvez esse *link* entre passado e presente, numa perspectiva dialógica e reflexiva, seja o principal desafio da escola, acrescida ao impacto das mídias sociais nas relações de ensino e aprendizagem e no que se refere aos temas sensíveis como morte, luto, torturas e desaparecimentos, esses desafios se tornam ainda maiores:

Por um lado, aqueles que vivenciaram e sofreram as consequências daquela experiência; por outro, as gerações posteriores que, sem sabê-lo, são vítimas da ação residual indireta daquele processo ou alvo direto dos efeitos do silêncio e das políticas de esquecimento e apagamento projetadas sobre elas. (Gasparotto; Padrós, 2010, p.184)

Diante disso, nos questionamos: qual o papel do luto e da morte ao estudar Ditadura nas aulas de História? Primeiramente, entende-se que a intencionalidade de conectar passado e presente é condição essencial para estudar a história recente e seus desdobramentos. Mas esse estudo não é feito sem alguma (ou muita) tensão, especialmente quando determinados temas estão mais à tona, como nas efemérides do golpe, por exemplo, ou mesmo em datas ainda mais recentes, onde um novo golpe de estado foi tentado, em janeiro de 2023.

Não faltam acusações aos professores e professoras e pesquisadores/as (inclusive de seus próprios pares) quando se estuda, pesquisa ou ensina temas controversos, que vão desde a falta de objetividade ou neutralidade necessária ao cientista, até o uso político de suas reflexões, o que contribui para um ambiente cada vez mais polarizado.

Acontece que, por mais que se deseje, não há atuação neutra, especialmente a atuação do/a professor/a e pesquisador/a que se propõe a estudar temas traumáticos: estamos sempre fazendo escolhas e não é possível que se relativize tortura e desaparecimentos forçados em nome de uma neutralidade impossível. O estudo de história recente e temas controversos têm desses sabores: quando se trata de estudo do passado mais afastado no tempo, dificilmente o

professor pode ser considerado “engajado” ou “doutrinador”. De certa forma, quando os temas controversos aparecem e as polêmicas surgem, é porque as feridas abertas ainda doem e sempre há aqueles que querem negar dores, ou conscientemente, escondê-las:

O senso comum, estimulado por interesses muitas vezes escusos, associa a opção por trabalhar com conteúdos inseridos nesse recorte temporal como sinônimo de subjetividade, militância política e manipulação da opinião dos alunos. (Gasparotto; Padrós, 2010, p. 184).

As barreiras para o ensino de história e temáticas sensíveis aparecem na sala de aula e fora dela: os currículos, as famílias, a direção da escola, o alinhamento ideológico do/a professor/a, as múltiplas versões e a guerra ideológica das redes sociais são apenas alguns dos aspectos que colocam o/a professor/a numa posição de dificuldade e até medo, diante de temas controversos. Trabalhar tortura, desaparecimentos e morte numa perspectiva dos Direitos Humanos pode minimizar essas questões para o/a professor/a, mas, ainda assim, a qualificação e bases sólidas na formação do/a profissional são fundamentais para que ele/a possa fazer o seu trabalho e garantir momentos de ensino e aprendizagem onde reflexão e senso crítico caminhem juntos.

Inegavelmente, são muitos os desafios para o trabalho docente no que se refere à Ditadura. Porém, o/a professor/a é esse sujeito de saberes e sensibilidades, que juntamente com seus/as alunos/as, pode elaborar estratégias didáticas para o ensino de temas sensíveis. O trabalho com biografias e fontes são exemplos.

Assim, a escrita biográfica de mortos e desaparecidos pelos alunos, partindo dos pressupostos metodológicos da empatia histórica, a partir de fontes históricas, pode se configurar numa contribuição para o Ensino da História e na compreensão da aprendizagem histórica dos jovens (Nunes, 2018, p.31).

O uso de fontes diversas, como documentos escritos, livros testemunhos, livros de ficção ou não, que abordem o tema, filmes, documentários e as visitas aos memoriais ou monumentos devem ser trabalhados e selecionados com muito cuidado pelo/a professor/a. As problematizações que, porventura, surjam a partir de temas sensíveis devem ser tratadas com o

máximo de sensibilidade, seriedade e cuidado, pois é no sentir da história feita por pessoas, com suas contradições, dores e vivências, que podem emergir conteúdos individuais de experiências coletivas, pois professores/as e alunos/as não estão imunes às emoções suas e dos outros e, no caso dos desaparecidos políticos na Ditadura brasileira e de outros países da América Latina, nem mesmo foram lhes dado o direito humano de serem enterrados por suas famílias, direito de serem pranteados por aqueles que os amavam. Daí a importância de professores/as terem acesso a outros saberes, utilizarem da literatura e outras artes, por exemplo, como suporte, para introduzir aos estudantes visões de mundo mais diversas e que abram espaço para a ampliação de saberes: “Pensar e sentir adotando o ponto de vista do outro, pessoas reais ou personagens literárias, é o único meio de tender à universalidade” (Todorov, 2012, p. 82)

Diante disso, mais do que um tema histórico, mais do que um fato, levanta-se uma questão que perpassa qualquer metodologia e parte para o campo do afeto e do que nos faz humanos: por que negar à família o corpo de seu familiar? Que tipo de sociedade nega o sepultamento e a vivência do luto? Como essas questões impactam nos indivíduos, nas famílias, na sociedade e na história de um país? Mais do que um caráter eminentemente pedagógico, a história é feita por pessoas, embora os processos e as objetividades, muitas vezes, encubram isso.

Dessa forma, o uso de documentos em sala de aula, cuidadosamente selecionados pelo professor, como os Relatórios da Comissão da Verdade, os diversos testemunhos escritos e em vídeo, como os disponíveis no canal do Youtube do Memorial da Resistência/SP ([memorialdaresistenciasp.org.br](http://memorialdaresistenciasp.org.br)), filmes como o ganhador do Oscar “Ainda estou aqui” e trechos de livros como “Onde está meu filho?”, sobre a busca de dona Elzita, pelo seu filho Fernando Santa Cruz, “Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar”, de Leneide Duarte e Clarisse Meirelles, que conta a história de Frei Tito e como a tortura devastou a sua mente, bem como músicas da época que podem contar histórias e acessar os alunos pelo caminho das artes, são importantes fontes para o estudo de temas sensíveis e aproximam as pessoas no tempo e na sua humanidade.

Infelizmente, no Brasil, há poucos monumentos e memoriais que tratam do período da ditadura, mas felizmente, na nossa cidade contamos com um, no coração da Praça Tancredo Neves, o qual aludimos anteriormente no capítulo 2 e que também poderá ser usado didaticamente para trabalhar esse tema controverso.

O que pretendemos é defender a autonomia do/a professor/a ao fazer escolhas didáticas e por isso, a nossa proposta de sequência didática apresenta sugestões que podem ser enriquecidas com materiais que mais estejam de acordo com o seu planejamento e suas afinidades com relação à escolha das fontes, embora não perdendo de vista a perspectiva que deve pautar toda e qualquer discussão acerca de regimes autoritários, inclusive no caso brasileiro: um ensino pautado nos Direitos Humanos.

#### 4.3 DO JARDIM DAS BORBOLETAS ÀS SALAS DE AULA: A ESCRITA BIOGRÁFICA ACERCA DOS 27 BAIANOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS - Uma proposta de sequência didática

Fernando de Lima Nunes, na sua dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada “Para não esquecer: Ensino de História e Empatia Histórica a partir da escrita de biografias de desaparecidos políticos da Ditadura Civil-Militar brasileira” apresentada no ano de 2018, defende que a empatia histórica pode e deve ser utilizada como referencial para se estudar os regimes totalitários. Segundo o autor, a partir do que é preconizado por Peter Lee, a empatia histórica dá sustentação ao conhecimento histórico

Esse conceito é entendido como um processo mental no qual os jovens buscam compreender os fatos do passado a partir da perspectiva do passado. Para isso acontecer, é fundamental o uso de documentos produzidos na época a ser estudada. (Nunes, 2018, p.54)

Dessa forma, empatia histórica e biografias se conectam, à medida que entender o contexto vivido pelo personagem estudado é determinante para as suas escolhas, e diante desse contexto, as escolhas sempre são limitadas. Nesse sentido, a problematização do passado e a análise do contexto possibilitaria uma escrita por parte dos alunos sobre as histórias de vida daqueles que foram esquecidos ou silenciados, através das biografias.

O gênero biográfico tem suas origens na Grécia do século V, porém, segundo Schimidt (2012), ao privilegiar o coletivo no contexto da *polis* grega, não houve um favorecimento da escrita de biografias, pois isso poderia sugerir uma afronta ao funcionamento democrático, que não considerava conveniente a possibilidade de dominância de um sobre outros. O mesmo

autor, ao discorrer sobre as questões teóricas e metodológicas da biografia histórica e defini-la como uma “relação delicada”, levanta alguns questionamentos relevantes, enquanto ressalta que a biografia histórica “deve se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se propõe a explicar e/ou a compreender o passado.” (Schmidt, 2012, p. 195); Questionamentos sobre o porquê de biografar determinada pessoa e quais as dimensões do passado que se deseja compreender são importantes, pois é dessa maneira que o uso de biografias se justifica como um contributo às discussões relativas ao conhecimento histórico de um determinado tempo e de um determinado contexto.

O fazer histórico, especialmente no que se refere aos temas sensíveis e às histórias difíceis, é permeado por muitas questões delicadas, mas que não podem ser deixadas de lado, como a relação entre o indivíduo e a sociedade. A importância dos mortos e desaparecidos “ganharem” um rosto e uma história para os alunos é justamente para que eles saiam da categoria geral “mortos e desaparecidos” e se materializem para os alunos de forma mais concreta, mais singular, com um nome, uma história, afetos, local de nascimento, uma pessoa que tinha amigos e família.

Da mesma forma, monumentos que contam histórias difíceis, como o Monumento aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos, objeto de nosso estudo, também são locais privilegiados para a promoção de uma reflexão acerca de lugares de memória por parte dos alunos e da comunidade. E esse é um dos caminhos para iniciar os estudos sobre desaparecimentos forçados, torturas, mortes e luto no contexto da Ditadura e seus desdobramentos até os dias atuais.

Ao conhecer a história dos nomes que estão escritos no Monumento aos 27 Mortos e Desaparecidos políticos baianos, localizado na Praça Tancredo Neves, o próprio monumento ganha um outro status para os estudantes e para a comunidade, que, ao conhecê-lo e entender o porquê dos nomes ali escritos, podem construir sentidos relacionados à história individual e coletiva e promover reflexões sobre o passado recente do país.

#### 4.3.1 RECURSO EDUCACIONAL ABERTO (REA) - SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA PROFESSORES

O ensino de história nas escolas deve ter por objetivo proporcionar reflexão crítica e entendimento de como acontecimentos do passado podem reverberar no presente e influenciar a história de indivíduos e coletividades. Nesse sentido, estudar Ditadura nas escolas e os seus desdobramentos para a sociedade atual e os ecos no tempo presente é fundamental para a construção de uma memória histórica e de uma noção de cidadania baseada e pautada nos direitos humanos, especialmente nesses tempos difíceis, onde informações sem qualquer consistência se espalham rapidamente.

Em tempos de apagamentos, revisionismos e negacionismos, o ensino de História tem por dever garantir o desenvolvimento de competências, como o reconhecimento de diferentes sujeitos sociais, bem como a análise crítica de narrativas históricas, como preconiza a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (Brasil, 2018).

A escolha da sequência didática como proposta pedagógica não foi realizada de forma aleatória, mas por entender que ela permite liberdade e diversidade de métodos, utilizando por base um conteúdo específico, neste caso, a Ditadura Empresarial Militar Brasileira e os seus desdobramentos, perpassando por temas sensíveis e controversos, como desaparecimentos forçados, morte e luto. Segundo Zabala (1988) entende-se sequência didática como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos”

Diante do exposto neste trabalho, a proposta desta sequência didática se assenta no conhecimento acerca do período em que vigorou no Brasil a Ditadura Empresarial Militar (1964-1985) e como questões relacionadas à morte e desaparecimentos forçados, bem como ameaças à democracia, embora temas sensíveis e controversos podem e devem ser trabalhados em sala de aula, através do olhar do/a professor/a, sempre assentado na perspectiva dos Direitos Humanos.

Através de análise de documentos, de músicas da época, de documentários e livros escritos, propomos às professoras e aos professores a abordagem da Ditadura destacando

aspectos desse período histórico, numa perspectiva de reflexão crítica e sensibilização acerca dos desaparecimentos forçados, do luto, da ritualização e simbolização da morte e como a falta do corpo ou morte sob tortura impacta nas famílias e nas sociedades.

Entendendo que a produção do gênero textual de biografias é um importante instrumento didático e em consonância com o pensamento de Carino (1999) quando afirma que “não se biografa em vão”, ou seja, sempre há uma intencionalidade ao se biografar alguém: “Tais finalidades e intenções fazem com que retratar vidas, experiências singulares, trajetórias individuais, transforme-se, intencionalmente, ou não numa pedagogia do exemplo.” (Carino, 1999, p.154) propomos a sua utilização como importante recurso didático.

Propomos às professoras e aos professores utilizarem como referência inicial a história dos 27 baianos mortos e desaparecidos na ditadura militar, cujos nomes estão escritos no Monumento localizado na Praça Tancredo Neves, no município de Vitória da Conquista, BA. São eles: Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Aderval Alves Coqueiro, Carlos Marighella, Dermeval da Silva Pereira, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Eudaldo Gomes da Silva, Jorge Leal Gonçalves, José Lima Piauhy Dourado, João Carlos Cavalcante Reis, José Campos Barreto, Joel Vasconcelos Santos, Luis Antônio Santa Bárbara, Mário Alves de Sousa Vieira, Maurício Grabois, Nilda Carvalho Cunha, Nelson Lima Piauhy Dourado, Péricles Gusmão Régis, Pedro Domiense de Oliveira, Otoniel Campos Barreto, Rosalindo Sousa, Sérgio Landulfo Furtado, Stuart Edgard Angel Jones, Uirassu de Assis Batista, Vitorino Alves Moitinho, Vandick Reidner Pereira Coqueiro e Walter Ribeiro Novaes.

Trabalhar com biografias no ensino de História permite, como afirma Peter Burke (2004) humanizar os processos históricos, evidenciando, dessa maneira, como os sujeitos vivenciam, sofrem e resistem aos acontecimentos.

E é precisamente nesse contexto que a morte e o luto aparecem, como temas sensíveis e incômodos, mas absolutamente necessários no ambiente das aulas de História, pois não há lutas sem dores e a humanização a que se refere Peter Burke perpassa pelo reconhecimento de que as experiências de perda, dor e luto podem e devem ser estudados e entendidos na escola e não suprimidos ou apenas citados (ou, às vezes, nem mesmo isso).

Ainda que a experiência de morte seja universal, o morrer se apresenta como uma experiência individual e os processos de morte e morrer se assentam em questões de caráter social e cultural, o que nos leva ao direito humano dos familiares de realizarem seus rituais e

enterrarem seus mortos, e nisso, o estado brasileiro, no contexto da Ditadura falhou miseravelmente.

Daí que o uso de biografias como instrumento didático potente de investigação e conhecimento da vida de personagens reais, pode ampliar nos alunos a compreensão de um contexto e da estrutura de determinado período histórico. Ao mesmo tempo, ao fazer esse *link* com um antimonumento ou patrimônio difícil, o professor precisa ter uma postura pedagógica cuidadosa, atuando como mediador crítico na construção de narrativas e no respeito ao monumento, sem a banalização do senso comum. Fotografias com poses inadequadas, depredação de patrimônio público e a necessidade de conservação do monumento também podem ser abordados pelo professor. O monumento está ali para denunciar os crimes cometidos pelo Estado, mas também para homenagear aqueles que resistiram e isso não pode ser jamais perdido de vista.

No caso do Monumento aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos na Ditadura Militar, apresentamos uma cartilha virtual, acessada via QR-code e que deverá ser afixado no próprio monumento e produzida para fins de conclusão deste trabalho, juntamente com a sequência didática e de acordo com as normas gerais do PROFHISTÓRIA.

Nesse sentido, a cartilha estará disponível com as informações básicas do monumento, como, quando e por quem foi construído, a que se destina e a importância de monumentos como este para a comunidade e para o país. Após tratativas com a Secretaria de Administração do Município de Vitória da Conquista, afixaremos o QR-code no monumento.

Para tanto, apresentamos às professoras e aos professores, um valioso material para trabalhar em sala de aula, com turmas do 3º ano do ensino médio.

Salientamos que o/a professor/a poderá utilizar na sua sequência didática atividades diversas, como pesquisas, formação de grupos, leituras individuais e em equipe, etc. Pensando na efetividade da metodologia, é imprescindível que, nesse primeiro momento, os alunos compreendam a proposta do estudo, o papel importante que eles representam na relação de ensino e aprendizagem e o que se espera ao fim do trabalho. Para tanto, a metodologia utilizada pode ser aulas dialogadas e expositiva

**Duração: 10h/aulas**

**Público-alvo: 3º ano do ensino médio**

## **AULAS 1 E 2**

Tempo estimado: 100 minutos de aula (dois tempos de 50 min)

Tema: **Contextualização histórica da Ditadura Empresarial Militar**

- O/a professor/a pode abordar inicialmente os conceitos de ditadura e democracia, comunismo, guerra fria, desaparecimento forçado, direitos humanos, ouvindo os estudantes e o que eles sabem sobre o tema.
- Sugerimos a utilização de dicionários ou pesquisa no Google sobre esses conceitos, por parte dos estudantes, e discussão em grupos menores, para posterior socialização com toda a turma.
- Propor à turma a confecção de um “dicionário de conceitos sobre a Ditadura” para que todos pudessem ter acesso sempre que precisarem. Esse dicionário de conceitos pode ser feito no próprio caderno do estudante, em local específico, com o verbete escrito de uma cor de caneta e o significado escrito de cor diferente. Importante que seja deixado o espaço para organização em ordem alfabética.
- Contextualizar o governo de João Goulart e a conjuntura que levou ao Golpe de 1964.
  1. Análise de imagem e elaboração de perguntas:



Fonte: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br)

[br](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br)

2. Mostrar aos estudantes a imagem e pedir para que eles a descrevam.
3. Pedir aos estudantes que façam a leitura das faixas e expliquem o que entenderam.
4. Questionar se essa imagem remete à uma ditadura ou a uma democracia e pedir

para que os estudantes justifiquem a resposta.

5. Discutir a data em que essa manifestação foi realizada (13/03/1964) e explicar o contexto e o que foi o Comício na Central do Brasil.

- Separar a turma em trios ou quartetos, solicitar aos estudantes que escrevam 4 dúvidas e curiosidades sobre o golpe de 1964.
- Responder as curiosidades e questionamentos em uma roda de conversa, enquanto explica a historicidade da ditadura e a sucessão dos presidentes militares, destacando as principais características de cada governo.

Link de texto sugerido:

[João Goulart e o comício na Central do Brasil \(13 de março de 1964\)](#)

### **Aulas 3 e 4**

**Duração: 100 min (2 tempos de 50 min)**

**Tema:** Tortura, desaparecimentos forçados e violação de direitos humanos na Ditadura

- Pedir aos estudantes para retomarem a escrita dos verbetes no “dicionário de conceitos”, acrescentando o significado de “tortura”, “desaparecimentos forçados” e “direitos humanos”.
1. Utilizar o Documentário “Nunca Mais”, disponível no Youtube: [Documentário Nunca Mais](#) (10:22)
  2. Organizar os alunos em trios e pedir para que eles discutam o que mais chamou a atenção deles no vídeo.
  3. Pedir para que o trio socialize suas impressões do documentário.
  4. Explicar, tendo como base os direitos humanos que tortura e desaparecimentos de corpos não são aceitáveis em nenhum contexto, e mesmo em contexto de guerras existem leis que regem conflitos.
  5. Destacar o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Ninguém pode ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”, bem como o artigo 1º da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado “Nenhuma pessoa será submetida a

desaparecimento forçado”

6. Utilizar o vídeo reportagem “Como lidam as famílias dos ‘desaparecidos’ na Ditadura Militar?”, disponível no Youtube  
[Como lidam as famílias dos "desaparecidos" da Ditadura Militar? \(7:48\)](#)
7. Destacar a importância da ritualização da morte para a elaboração adequada do luto fazendo um link com o vídeo apresentado e o filme ganhador do Oscar: “Ainda Estou Aqui”.

Links de textos sugeridos:

[Tortura: violação de direitos humanos – Memórias da Ditadura](#)

[Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado](#)

[O que são direitos humanos e por que são direitos de todos nós](#)

Filmes sugeridos: “Ainda Estou Aqui” (2024) Direção de Walter Salles

“Zuzu Angel” (2006) Direção de Sérgio Rezende

Livros:

“Onde está o meu filho?” Org. Chico de Assis.

“Ainda Estou Aqui” - Marcelo Rubens Paiva

“Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar.” - Leneide Duarte-Plon, Clarisse Meireles.

## **Aulas 5 e 6**

**Duração: 100 min (2 tempos de 50 min)**

**Tema: O patrimônio como lugar de preservação de memórias sensíveis no contexto da Ditadura brasileira**

1. Apresentar aos estudantes o conceito de patrimônio, de patrimônio difícil e antimonumento. Solicitar que eles acrescentem os verbetes no “dicionário de conceitos”
2. Apresentar imagem do Monumento Tortura Nunca Mais, localizado em Recife, capital do estado de Pernambuco.



Fonte: [Monumento Tortura Nunca Mais em Recife – Memórias da Ditadura](#)

3. Questionar aos estudantes o significado do monumento e se são importantes como lugar de preservação de memórias.
4. Apresentar aos estudantes a reportagem da Revista Veja sobre selfies ofensivas em lugares de memórias difíceis [Após selfies ofensivas, Auschwitz pede respeito à memória do Holocausto | VEJA](#) e relacionar aos monumentos brasileiros, promovendo uma reflexão sobre respeito a esses lugares de memória.
5. Em grupos, solicitar que os estudantes pesquisem outros monumentos que contam histórias difíceis sobre a Ditadura no Brasil.
6. Solicitar a um dos grupos que apresente brevemente o Monumento aos 27 baianos mortos e desaparecidos na ditadura militar, situado em Vitória da Conquista/Ba, fazendo questionamentos sobre a percepção dos estudantes acerca do monumento.

Links de textos sugeridos:

<https://www.ibdcult.org/post/antimonumento-passado>

[Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação](#)

**Aulas 7 e 8**

**Duração: 100 min (2 tempos de 50 min)**

**Tema:** Visita ao Monumento aos 27 baianos mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar

1. Apresentar o Monumento aos estudantes, pedindo para que eles observem a arquitetura do local, a localização, o material utilizado para a sua confecção.
2. Questionar aos estudantes o que eles entendem acerca do Monumento, suas impressões e se conhecem algum dos nomes que estão impressos, identificando os dois baianos naturais de Vitória da Conquista, Péricles Gusmão, encontrado morto na sua cela após longas horas de torturas e Dinaelza Coqueiro, vítima dos militares, desaparecida na região do Araguaia.
3. Solicitar aos estudantes que acessem o QR code contendo as informações acerca do Monumento.
4. Fechar a visita solicitando as impressões dos estudantes acerca da atividade e solicitando que escolham, em duplas ou individualmente, um nome impresso no monumento para elaboração de uma biografia.

**Sugestão de livros:**

“Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro”, por Gilneide Padre

“As Dinãs do Araguaia: protagonismo feminino na luta contra a Ditadura Militar”, por Ary Albuquerque Cavalcanti Junior.

**Aulas 9 e 10**

**Duração: 100 min (2 tempos de 50 min)**

Tema: Biografia dos 27 baianos mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar

1. Rememorar a visita ao Monumento aos 27 baianos mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar.
2. Apresentar o [DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS A PARTIR DE 1964](#) aos estudantes e solicitar a escrita da biografia do nome escolhido na ocasião da visita ao Monumento.
3. Solicitar a busca de informações complementares na *internet*, como fotografias.

4. Escolher o formato da apresentação das biografias - sugerimos a plataforma colaborativa [Padlet](#), que permite a criação de murais digitais, ou mesmo a criação de *Podcasts* por parte dos estudantes.
5. Socializar a produção com professores e estudantes de outras turmas em um dia específico, onde os estudantes que produziram os materiais possam explicar aos colegas como foram realizados os trabalhos e incorporar a produção ao acervo digital da escola para uso futuro.

Sugestão de Links

[Publicações - Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Notícias](#)

## RECURSOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

Recursos audiovisuais (caixa de som, data show, computadores); utilização da sala de informática para pesquisa, textos impressos e em formato digital.

## AVALIAÇÃO

A avaliação dos estudantes será realizada de forma contínua e processual, de acordo com o envolvimento nas atividades e o empenho na produção das biografias.

ACESSAR VIA QR code:



#### 4.3.2 RECURSO EDUCACIONAL ABERTO (REA) – COMUNIDADE

Apresentamos uma cartilha que poderá ser acessada pela comunidade via QR code e também fará parte da sequência didática proposta anteriormente. A cartilha contará com informações sobre o Monumento aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos na Ditadura Militar, como foi construído, informações sobre o artista responsável pela obra, Romeu Ferreira, bem como uma pequena biografia dos conquistenses Dinaelza Coqueiro e Péricles Gusmão. A primeira foi vítima de desaparecimento forçado na região do Araguaia e o último foi encontrado morto na sua cela após sessões de tortura.



imagem: acervo pessoal

MONUMENTO AOS 27 BAIANOS MORTOS E DESAPARECIDOS NA DITADURA MILITAR

LOCALIZAÇÃO: PRAÇA TANCREDO NEVES, CENTRO, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

INAUGURADO EM 09 DE JULHO DE 1998, POR INICIATIVA DO GRUPO LABOR - ASSESSORIA, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA.

Construído no antigo Jardim das Borboletas e inscrito na categoria de antimonumento, por seu sentido de denúncia à violação de direitos humanos, o Monumento aos mortos e desaparecidos é ao mesmo tempo, uma homenagem àqueles que lutaram e um lembrete do que não se pode esquecer.

QUEM FOI O ARTISTA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO?

ROMEU FERREIRA, SOB A SUPERVISÃO DE ANA PALMIRA CASIMIRO.

ROMEU FERREIRA É UM ARTISTA CONQUISTENSE, NASCIDO NO DIA 04 DE ABRIL DE 1952.

Graduado em Estudos Sociais e História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Romeu Ferreira Filho é artista plástico, pintor, desenhista e escultor. Sua arte retrata o seu povo e o sertão e as suas obras são sempre carregadas de um teor social.

Não foi diferente com o Monumento aos 27 Baianos Mortos e Desaparecidos, quando afirma a arte como denúncia e contra qualquer forma de opressão. Ao pensar sobre o homem vazado, Romeu afirma que, como seria uma lápide, tentou fazer sua arte representando todos os que sucumbiram na ditadura, ou seja, a presença na ausência.

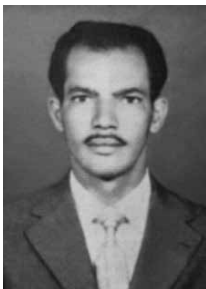


SAIBA MAIS SOBRE ROMEU FERREIRA E A SUA OBRA: (INSERIR O LINK DO SEU SITE - <https://www.romeuferreira.com.br/v1/>)

No Monumento estão escritos os 27 nomes dos baianos mortos e desaparecidos na ditadura empresarial militar, dentre os quais, os conquistenses Dinaelza Santana Coqueiro e Péricles Gusmão Régis.



**DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO** (1949–1973) filha de Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana, nasceu em Vitória da Conquista/BA, no dia 22/03/1949. Estudou em Jequié (BA), no Instituto Educacional Régis Pacheco, onde organizou o grêmio dos alunos. Participou ativamente do Movimento Estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do DCE. Nesse período, casou-se com Vandick, estudante de Economia, que também desapareceu no Araguaia. Dinaelza é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje.



**PÉRICLES GUSMÃO RÉGIS**, filho de Laudiceia Gusmão Régis e Adalberto Regis Keller, nasceu em Vitória da Conquista/BA, no dia 05/12/1925.

Cursou os antigos cursos primário e ginásial (atual ensino fundamental), destacando-se pela inteligência e criatividade. Desde jovem engajou-se nas lutas sociais. Filiou-se ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e foi eleito vereador da cidade de Vitória da Conquista (BA), em 1962, tornando-se líder da Câmara, a pedido do prefeito Pedral Sampaio. Morreu em 12 de maio de 1964, após ser preso no dia 6 do mesmo mês, juntamente com outras 20 pessoas, sob as ordens do então capitão Antônio Bendochi Alves, acusado de crime contra a segurança nacional. A causa da sua morte foi atestada pelo governo militar como suicídio, porém Familiares e amigos contestaram essa versão. O reconhecimento da morte de Péricles Gusmão Regis como responsabilidade do Estado foi aprovado por unanimidade pela CEMDP

## BAIANOS MORTOS E DESAPARECIDOS NO PERÍODO DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR

Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Aderval Alves Coqueiro, Carlos Marighella, Dermeval da Silva Pereira, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Eudaldo Gomes da Silva, Jorge Leal Gonçalves, José Lima Piauhy Dourado, João Carlos Cavalcante Reis, José Campos Barreto, Joel Vasconcelos Santos, Luis Antônio Santa Bárbara, Mário Alves de Sousa Vieira, Maurício Grabois, Nilda Carvalho Cunha, Nelson Lima Piauhy Dourado, Péricles Gusmão Régis, Pedro Domiense de Oliveira, Otoniel Campos Barreto, Rosalindo Sousa, Sérgio Landulfo Furtado, Stuart Edgard Angel Jones, Uirassu de Assis Batista, Vitorino Alves Moitinho, Vandick Reidner Pereira Coqueiro e Walter Ribeiro Novaes.

## SAIBA MAIS SOBRE A BIOGRAFIA DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

EM : <https://memoriasdaditadura.org.br/>

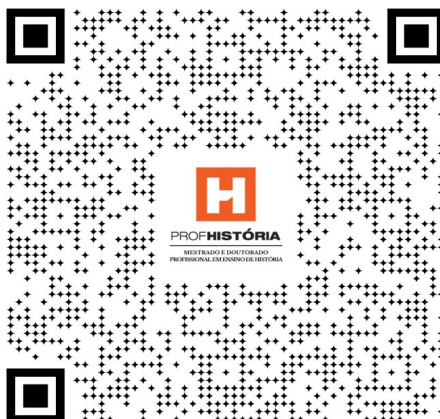
<https://memorialdaresistenciasp.org.br/>

## SAIBA MAIS SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

EM: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

<https://vladimirherzog.org/>

## ACESSAR VIA QR CODE



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta sua existência feita de sangue e carne.”  
(Julián Fuks)

“A Resistência”, de Julián Fuks, foi um dos livros que li nesses anos de escrita de dissertação. Um dentre tantos, pois, para uma apaixonada por literatura, o objeto de sua escrita se torna só mais um pretexto para ler mais e mais. Depois dele, vieram muitos. Não canso de me surpreender com o poder da literatura e dos livros que contam testemunhos de um tempo que passou, mas permanece. Quando comecei a estudar luto, não sabia ainda a real dimensão que ele pode alcançar. Até passar por um. Essa palavra tão pequena adentra casas, senta-se para jantar, se torna raiva, negação, dor, mas se torna também LUTA, com letras maiúsculas. E de luta incansável, os familiares dos mortos e vítimas de desaparecimentos forçados no período da Ditadura, entendem.

Ao longo desse trabalho me deparei com irmãos buscando saber sobre os restos mortais daqueles que saíram de casa e nunca mais voltaram. Mães que não mudaram o número de telefone, nem o endereço, na esperança que seus filhos retornassem, filhos que nunca conheceram os seus pais. Vazios e hiatos nas histórias das famílias, como me disse a neta de uma das vítimas da Ditadura, num encontro do acaso, numa mesa de bar. A pessoa que existe, mas não existe. O luto não tem um desfecho, é como uma ponte que se quebra, torna-se impossível a sua travessia. Alguns conseguem se segurar em cordas e através de substituições simbólicas partem para a outra margem, mas o vazio permanece, o sentimento de que algo faltou, o último adeus não foi possível.

O que a Ditadura brasileira e de outros países da América Latina fizeram foi extremamente cruel. Sumiram com corpos e aniquilaram as esperanças das famílias. O direito humano ao sepultamento foi negado a muitos e ainda hoje, perguntas ficam sem respostas. O que aprendemos com isso enquanto sociedade? Ou será que apenas olhamos de soslaio para a história que incomoda, a história carregada de tabus e decidimos não falar, porque é mais confortável fingir que não vê. Mas, uma democracia que é consolidada tendo o silêncio como testemunha, hora ou outra se vê diante do lixo que empurrou para debaixo do

tapete da História. No dia 08 de janeiro de 2023, uma tentativa de golpe de estado deixava o país inteiro estarecido, ainda que nem todos pelos mesmos motivos.

O passado que não passou está mais vivo do que nunca. E é justamente por isso que entendemos que falar sobre temas controversos em locais formativos é um ato de resistência. É pautado nos princípios dos Direitos Humanos que o/a professor/a poderá introduzir em suas aulas temas sensíveis e fazer reflexões sobre a História e sobre a vida, sobre o indivíduo e a coletividade e sobre aquilo que nos une a todos: a finitude.

É imprescindível falar sobre morte e luto, mesmo diante dos desconfortos, dos tabus e da falta de entendimento e compaixão de todos. O Estado Brasileiro matou, torturou e desapareceu com os corpos e isso foi uma prática sistemática, que promovia a quebra do sujeito, a sua coisificação e por fim, o nada. Mas quem ama, nunca está sozinho. A morte não rompe o amor, ela modifica os vínculos, mas não os desfaz. Essa é a nossa defesa de uma história mais humana e mais humanizadora, a história que chama pelo nome. Quem foram esses desaparecidos? Quem foram os mortos torturados nos porões da Ditadura? Quem chama por eles? Diante de tempos sombrios é preciso estar atento e forte.

Com muito respeito às vítimas dos familiares dos mortos e desaparecidos na Ditadura, deixo aqui a minha humilde contribuição. “Tudo o que amamos profundamente se torna parte de nós.” (Helen Keller) Que as Flores Esquecidas no Jardim das Borboletas sejam lembradas e que suas Vidas sejam celebradas e, embora a morte nos leve a vida biológica, é a história que vivemos e quem nós amamos que nos faz perpétuos no tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO LIMA, Anna Georgea Feitosa Mayer de. “**Estudos sobre desaparecimentos, morte, morrer e luto**”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 11, n. 33, pp. 986-989, dez/2012.

ARY, Zaira. *Masculino e feminino no imaginário católico: Da ação católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

ASSIS, Chico de. et al. **Onde está o meu filho?** CEPE Editora, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. Negacionismos históricos e os usos políticos do passado na contemporaneidade. *In: Transformações sociais no mundo contemporâneo: entre olhares e reflexões*. BONETE, Willian Junior; DANTAS, Jonathan dos Santos (org.) 1ª ed. Ananindeua, PA. Cabana, 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Mortos e desaparecidos baianos: ditadura militar - direito à memória: 50 anos do golpe de 1964**. Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 2014.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: \_\_\_\_\_ **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **A história, os homens e o tempo**. In: \_\_\_\_\_. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório**. Brasília, CNV, 2014.

\_\_\_\_\_. **Guia de Educação Patrimonial**. IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf) Acesso em 15/12/2024

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19140.htm#:~:text=L9140&text=LEI%20N%C2%BA%209.140%2C%20DE%2004%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201995.&text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20ou](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm#:~:text=L9140&text=LEI%20N%C2%BA%209.140%2C%20DE%2004%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201995.&text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20ou)

[tras%20provid%C3%AAsncias](#) Acesso em 28/03/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 12.528 de 18 de novembro de 2011.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm) Acesso em 30/03/2025

\_\_\_\_\_. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.**

\_\_\_\_\_. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)**

BRITO, Antônio Maurício Freitas. Um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes.** Salvador: EDUFBA, 2009.

BOSS, P. **La pérdida ambigua: como aprender a vivir con un duelo no terminado.** Barcelona: Gedisa, 2001.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina.** Tradução: Fernando Correa Prado - 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMPOS, P. **Empresarial-militar, civil-militar ou somente militar? Três conceitos para definir o mesmo golpe.** In: COSTA, Í. NPC – Núcleo de Comunicação Piratininga. Rio de Janeiro: 06 de Nov. 2014.

CASELLATO, G. **O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido.** São Paulo: Summus Editorial, 2015

CIDH (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS) **Caso Gomes Lund e Outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil,** nov. 2010. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf) Acesso em 01/04/2025

CODATO, A. N.. (2005). **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia.** *Revista De Sociologia E Política*, (25), 83–106.

COSTA, Karina. **Esquecer 1964 é correr o risco de o futuro seja semelhante ao passado,**

aponta **José Dias**. Conquista Repórter, 25/04/2024. Disponível em <https://conquistareporter.com.br/esquecer-1964-e-correr-o-risco-de-que-o-futuro-seja-semelhante-ao-passado-aponta-jose-dias/> Acesso: 20/03/2025

COIMBRA, C.M.B. **Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”**. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1995.

CURCINO, Sara. FALCÃO, Márcio. **Pela 1ª vez, um ex-presidente e militares são julgados por tentativa de golpe**. Portal G1.Globo, 26/03/2025. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/26/bolsonaro-reu-por-golpe-de-estado-entenda-o-impacto-historico-da-decisao-do-stf.ghtml> Acesso em 26/03/2025

DAEFIOL, Regina Célia. **Ditadura e revisionismo no Brasil: as disputas de narrativas e seus reflexos no direito à memória, verdade e justiça das vítimas do regime autoritário (1964- 1985)**. XVII Encontro Regional de História da ANPUH- PR. O Futuro do Futuro do Ensino de História. Universidade Estadual de Maringá – 2020

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DIAS, Carlos Henrique. **Certidão de óbito de Rubens Paiva é corrigida em São Paulo; documento informa que morte foi “violenta” e “causada pelo Estado Brasileiro”**. Portal G1.Globo, 23/01/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/01/23/certidao-de-obito-de-rubens-paiva-e-corrigida-em-sp-documento-informa-que-morte-foi-violenta-e-causada-pelo-estado-brasileiro.ghtml> Acesso em 25/03/2025

ESPIÑEIRA, Maria Victória. **A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da ala jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador** *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FERREIRA, Muniz. G. **O Golpe de Estado de 1964 na Bahia**. Salvador, 2004

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia (1917 [1915])**. *In*: \_\_\_\_\_. **A história do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-263

FICO, C. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.**

Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

\_\_\_\_\_. (2004). **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** *Revista Brasileira De História*, 24(47), 29–60.

\_\_\_\_\_. **Brasil: transição inconclusa.** In FICO, Carlos. ARAÚJO, Maria Paula.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 45–59, jan./jun. 2012.

FUSTINONI, Chiara Ferreira da Silva. **O luto nos familiares dos “desaparecidos” políticos da Ditadura Militar: a paralisação melancólica e os movimentos de elaboração.** Dissertação de Mestrado/ Departamento de Psicologia. Universidade Estadual de Maringá, 2016

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura civil-miliar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da História recente e da memória.** In. BARROSO, Vera Lucia Maciel; [et al] (org). *Ensino de História: desafios contemporâneos.* Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

GRANATO, Fernando. **“Operação Limpeza apagou rastros de massacre no Araguaia há 50 anos”** - Portal Folha, 12/01/2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/01/operacao-limpeza-apagou-rastros-de-massacre-no-araguaia-ha-50-anos.shtml> Acesso em 23/02/2025

GIL, Carmen Zeli de Vargas; MESQUITA, Ilka Miglio de. **Ensino de História com questões sensíveis.** *Pensar a Educação em Revista*, Florianópolis/Belo Horizonte, ano 6, vol. 6, n. 2, jun-ago 2020.

GIL, Carmen Zeli de Vargas. EUGÊNIO, Jonas Camargo. **Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas.** *Revista História Hoje*, V.7, nº13, 2018.

GRIN, Mônica (orgs.) **Violência na história, memória, trauma e reparação.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

JODELET, D. **Pensamiento social e historicidad**. Relaciones, México, v. 24, n. 93, p. 97-114, 2003.

KLEIN, Melanie. **O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos (1940)**. In: \_\_\_\_\_, **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)**. Obras Completas de Melanie Klein. Vol. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.) **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1999

LEVI, P. **Isto é um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MAGALHÃES, M. D. B. de . (1997). **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil**. *Revista Brasileira De História*, 17(34), 203–220.

MENEGUELLO, Cristina. PISTORELLO, Daniela. **Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação**. *Revista História Viva*, V.10, nº 19, Jun. 2021.

MORAIS, Thaíse Ludimilla Faria. **A história difícil das ditaduras do cone sul das américas: cultura política, negacionismo e direitos humanos em materiais didáticos de história**/Thaíse Ludimila Faria Moraes, 2022.

MONTEIRO, Tiago. **Caracterização da ditadura pós-1964: discussões teóricas e historiográficas a natureza do sistema ditatorial brasileiro**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.16, n.1, p. 91-112, abr. 2024.

MOSCOVICI, S. **Das Representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/horacio-domingo-campiglia-pedemoonti/> Acesso em 18/09/2024

Nunes, Fernando de Lima. **Para não esquecer : ensino de história e empatia histórica a partir da escrita de biografias de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2018.

NUNES, F. de L. (2021). **Combatendo o revisionismo: ensino de história da ditadura civil-militar brasileira enquanto disputa de narrativas**. *Revista História Hoje*, 10(19), 30–52.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. **História do Ensino de História: memória e possibilidades de construção de um domínio**. ProfHistória (Livro eletrônico): o dito e o feito. Margarida Dias de Oliveira; Itamar Freitas. Ananindeua: Cabana, 2022.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; FREITAS, Itamar. **História do ensino de História: memória e possibilidades de construção de um domínio**. In: \_\_\_\_\_. *ProfHistória: o dito e o feito* [livro eletrônico]. Ananindeua: Cabana, 2022.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Estética da catástrofe**. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PADRE, Gilneide. **Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro**/ Coleção Educação, memória e religião - Curitiba:CRV, 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “**Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)**”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis**. *Revista História Hoje*, V.7, nº 13, 2018.

PLAZZA, Rosemary; PRIORI, Angel o. **O Ensino de História durante a Ditadura Militar**. Disponível em:

<<http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portais/arquivos/956-4.pdf>> Acesso em 18 de junho de 2023

PRAZERES, Leandro. **Ainda Estou Aqui: os bastidores da carta que expôs o caso Rubens Paiva ao mundo e ajudou a soltar Eunice**. Portal BBC Brasil, 28/02/2025, Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckgnnze7j8no> Acesso em 15/03/2025.

REIS, D. A.. (2010). **Ditadura, anistia e reconciliação**. *Estudos Históricos (rio De Janeiro)*, 23(45), 171–186.

REIS FILHO, D. **O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil**. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira> Consulta em 22 jan. 2024

REIS, D. A. (2006). **Ditadura militar e revolução socialista no Brasil**. VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras, (pp. 1-18). Niterói.

RUIZ CORREA, O. (2000). **Legado familiar**. Rio de Janeiro: Editora Contracapa.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia. *In:* ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as “donas” saem às ruas! *In:* ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **O espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno da ditadura**. Crítica Marxista, Campinas, SP, v. 22, n. 40, p. 121–131, 2015.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis**. Revista História Hoje, 2018: v.7, nº13, p.14-33. Disponível em: < <https://tinyurl.com/3x3u3n5z> >

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. *In:* ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia : novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, M. R. N. & FÉRES-CARNEIRO, T. (2012). **Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros**. Psicologia & Sociedade, 24(1), 66-74. <https://www.pmvc.ba.gov.br/monumentos/>

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SOUZA, Belarmino de Jesus. **Uma cidade do sertão em meio à ditadura e à redemocratização: poder e sociedade – Vitória da Conquista (1962 – 1922)**. / Belarmino de Jesus Souza. - - Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020

RIBEIRO, Amanda Brandão. **Relampejos do Passado: Memória e Luto dos Familiares de Desaparecidos Políticos da Ditadura Civil-Militar Brasileira/** Amanda Brandão Ribeiro - São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

Sousa, R. C. (2019). **GUERRILHA DO ARAGUAIA: VIOLÊNCIA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO**. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 66

SCHREIBER, Mariana. **Explosão na frente do STF reduz chances de anistia a condenados do 8 de janeiro?** Portal BBC Brasil. 14/11/2024 Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdrde0mrgnxo> Acesso em 15/01/2025

SELIGMAN-SILVA, M. (2016). **Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência.** *Psicologia USP*, 27(1), 49–60.

SILVA, M. R. N. e FERES-CARNEIRO, T. **Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros.** *Psicologia & Sociedade*; 24 (1), 66-74, 2012

TAVARES, Davi Kiermes. DIAS, José Alves. **Antimonumentos Erigidos contra a Ditadura Militar no Brasil. suportes materiais que rememoram memórias traumáticas.** XIV Reunião de antropologia do Mercosul. Niterói, 2023.

ZABALA, A. *A Prática Educativa: como ensinar.* Porto Alegre: Artmed, 1998.